

AGRO EVENTO

SINDICATO RURAL DE GUAÍRA

5º Encontro Técnico de Soja apresenta novas tecnologias aos produtores

AGRO POLÍTICA

ESCOLHA CERTA

Arnaldo Jardim assume a Secretaria de Agricultura e Abastecimento e já toma atitudes para melhorar o setor



agro sa

/revistaagrosa

O mundo é agro!

Assistência Técnica e Extensão Rural na Medida Certa

A importância do extensionista no desenvolvimento sustentável da agropecuária brasileira

Ano 4
Nº 30
R$ 12,90

UM DIFERENCIAL PARA TODA VIDA



PÓS-GRA

MBA

- **Agronegócio e Organizações Sustentáveis**
- **Gestão Hospitalar e de Serviços da Saúde**
- **Gestão e Tecnologia da Produção Agropecuária**
- **Gestão e Tecnologia de Produção Sucroalcooleira**
- **Logística nas Cadeias de Produção**

Duração
15 a 18 meses

Periodicidade
Aulas quinzenais

Descontos Especiais para ex-alunos da Fundação Educacional de Ituverava (FFCL e FAFRAM) ou para o aluno que trouxer um colega para estudar na Pós-Graduação

(16) 3729.9071 posfafram@feituverava.com.br



DUAÇÃO

ESPECIALIZAÇÃO

- **Desenvolvimento de WEB com aplicação em Banco de Dados**
- **Direito do Trabalho**
- **Direito Penal e Processual Penal**
- **Educação Ambiental e Responsabilidade Social**
- **Emergências na Clínica Médica de Grandes Animais**
- **Emergências na Clínica Médica de Pequenos Animais**
- **Engenharia de Segurança do Trabalho**
- **Geoprocessamento e Georreferenciamento de Imóveis Rurais e Urbanos**

FAFRAM®
ITUVERAVA-SP

www.fafram.com.br

FE

EXPEDIENTE

Conselho Editorial
Alline Casado
Angelo Benko
Antônio Augusto Nogueira Lourenço
Carlos Roberto Rosa Destri
Célio Aparecido Borges
Elynês Antonelli
Érica Cristina da Silva
Fernando Oliveira da Silva
José Eduardo Coscrato Lelis
Laércio Lourenço Lelis
Lincoln S. Ribeiro
Renato Massaro Sobrinho

Diretores Executivos
Lincoln S. Ribeiro
Maria Izildinha Lacativa

Diretora Financeira
Joeni Bagatini Gomes Tosta

Diretora de Negócios
Maria Izildinha Lacativa

Diretora de Desenvolvimento Editorial
Kátia Lacativa

Diretoria de Planejamento e Controle de Gestão
Antônio Rodrigues Ribeiro

Fotografia
Reprodução
Osmar Júnior

Jornalista
Alline Casado - MTB 26.226/SP
jornalismoagrosa@gmail.com

Projeto Gráfico
Érica Cristina da Silva
ericacristina322@gmail.com

Periodicidade
Mensal

Avenida 7, Nº 552, Guaíra/SP
CEP 14790-000 – Centro
CNPJ – 97.536.231/0001-56
(17) 3331-1432
agroizildinha@gmail.com
www.facebook.com/revistaagrosa

TEORIA E **prática**

A agricultura brasileira, nas últimas quatro décadas, passou por reformas estruturais, associadas à mudança da base técnica, com a intensificação do uso dos insumos industriais (fertilizantes, inseticidas, herbicidas, entre outros), e da mecanização agrícola (tratores, arados, colhedoras, etc.). A industrialização da agricultura, como parte da dinâmica dos Complexos Agroindustriais (CAIs), a integração e centralização de capitais industriais, bancários, agrários, etc. e a expansão de sociedades anônimas, cooperativas agrícolas, conglomerados financeiros e empresariais, provocaram uma nova organização socioeconômica no campo.

Dentre eles, o modelo de serviços de Ater (Assistência Técnica e Extensão Rural) institucionalizada no Brasil, público e gratuito, que alcançou seu auge na década de 70 e início dos 80, durante a modernização da agricultura, em associação às políticas de crédito rural e pesquisa agropecuária. Todavia com a extinção da Embrater em 1990, coordenadora do Sistema, acentuou a crise das entidades estaduais de Ater. Contribuiu para a falta de apoio político a inexistência de indicadores de resultados das ações das instituições estaduais de Ater. Situação esta que possa ser revertida com a criação da ANATER (sancionada em 2014).

Apesar das dificuldades, principalmente ao longo dos últimos vinte anos, é importante reconhecer o papel do profissional de extensão rural no desenvolvimento da agricultura, procurando manter esse serviço atuante, sempre buscando aperfeiçoar os seus modelos de atuação e adaptando-se às restrições do momento, colocando a atividade como referência para muitos países.

Os extensionistas são profissionais que atuam ao lado dos agricultores familiares, prestando assistência técnica e auxiliando-os na superação de diversos obstáculos relacionados a serviços, burocracia e comercialização de produtos. São homens e mulheres que contribuem para o desenvolvimento da agropecuária, melhoria da qualidade de vida de famílias rurais e para as transformações sociais e econômicas de uma comunidade.

É necessário resgatar a história do extensionismo rural, porque, quem dela fez parte, jamais esquecerá os caminhos percorridos até que se chegasse a esse patamar de desenvolvimento da nossa agropecuária.

Se o País quiser atender às expectativas mundiais de grande produtor de matérias primas agropecuárias e alimentos, não poderá limitar-se à discussão sobre o fim dos subsídios agrícolas dos países desenvolvidos e sobre a necessidade pesquisas para o desenvolvimento tecnológico do setor. A Ater também tem importância estratégica neste processo de desenvolvimento.

LOCAIS DE DISTRIBUIÇÃO: Adolfo- Bady Bassitt- Bálsamo- Cedral - Guapiaçu - Icém - Ipiguá - Jaci - José Bonifácio - Mendonça - Mirassol - Mirassolândia - Monte Aprazível - Neves Paulista - Nipoã - Nova Aliança - Nova Granada - Onda Verde - Palestina - Poloni - Potirendaba - São José do Rio Preto - Tanabi - Ubarana -Altair - Barretos - Bebedouro - Cajobi - Colina - Colômbia - Embaúba - Guaíra - Guaraci - Jaborandi - Monte Azul Paulista - Olímpia - Pirangi - Pitangueiras - Severínia - Taquaral - Terra Roxa - Viradouro -Borborema - Cândido Rodrigues - Dobrada - Fernando Prestes - Guariba - Ibitinga - Itápolis - Jaboticabal - Monte Alto - Santa Ernestina - Taiaçu - Taiúva - Taquaritinga - Vista Alegre do Alto - Américo Brasiliense - Araraquara - Boa Esperança do Sul - Descalvado - Dourado - Gavião Peixoto - Ibaté - Matão - Motuca - Nova Europa - Ribeirão Bonito - Rincão - Santa Lúcia - São Carlos - Tabatinga - Trabiju - Ariranha - Catanduva - Catiguá - Elisiário - Ibirá - Irapuã - Itajobi - Marapoama - Novais - Novo Horizonte - Palmares Paulista - Paraíso - Pindorama - Sales - Santa Adélia - Tabapuã - Uchoa - Urupês -Adolfo - Bady Bassitt - Bálsamo - Cedral - Guapiaçu - Icém - Ipiguá - Jaci - José Bonifácio - Mendonça - Mirassol - Mirassolândia - Monte Aprazível - Neves Paulista - Nipoã - Nova Aliança - Nova Granada - Onda Verde - Palestina - Poloni - Potirendaba - São José do Rio Preto - Tanabi - Ubarana -Aramina - Buritizal - Guará - Igarapava - Ipuã - Ituverava - Miguelópolis - Morro Agudo - Nuporanga - Orlândia - Sales Oliveira - São Joaquim da Barra -Altinópolis - Batatais - Cristais Paulista - Franca - Itirapuã - Jeriquara - Patrocínio Paulista - Pedregulho - Restinga - Ribeirão Corrente - Rifaina - Santo Antônio da Alegria - São José da Bela Vista – Conceição das Alagoas - Capinópolis -Perdizes -Planura -Uberaba – Frutal - Pirajuba - Alpinópolis – Passos - Frutal - Sacramento - Campo Florido -Uberlândia - Riolandia - Jacareí -Monteiro Lobato- Limeira -São Manuel – Penápolis- Miracatu- Juquiá- Rio Claro- Avaré- Santo Anastácio – Ourinhos- Jacareí- Tupã- Charqueada – Amparo - Monte Mor- Palmeira do Oeste - Novo Horizonte- Brasília- Pompéia - Nova Granada-Curitiba – Itapetininga – Cerquilho – Uchoa- Mogi Mirim - Sta Fé do Sul - Piraju- Urupês – Andradina- Cafelândia – Lins - Presidente Prudente - Presidente Epitácio – Jaú – Queluz – Sorocaba – Mirandópolis - São Paulo - Rio Verde - Fronteira - Pompéia



ÍNDICE



42
AGRO POLÍTICA
Lideranças pleiteiam revogação de norma nociva à produção da cana-de-açúcar

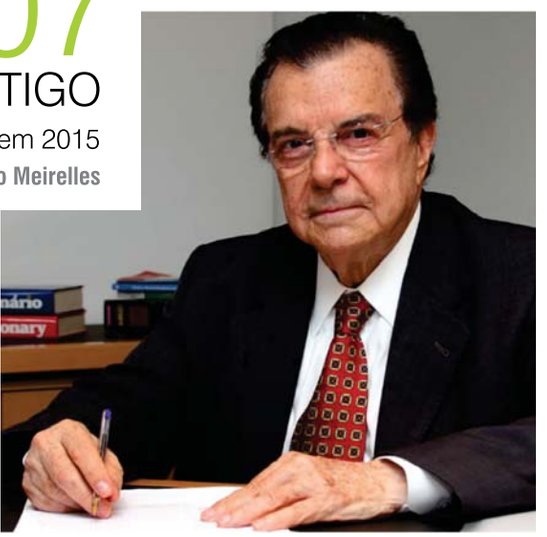


74
CAPA
ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL NA MEDIDA CERTA
A importância do extencionista no desenvolvimento sustentável da agropecuária brasileira



80
AGRO TURISMO
Riolândia: Cidade natureza completa 61 anos

07
ARTIGO
O agro em 2015
Por: Fábio Meirelles



QUALIDADE - SOLIDEZ - CONFIANÇA

CORAM

41 Anos ao lado do Agricultor

SEMENTES, DEFENSIVOS E FERTILIZANTES

PRONTA ENTREGA DA LINHA COMPLETA PARA CANA-DE-AÇÚCAR, CEREAIS E SEMENTES DE MILHO

REVENDA AUTORIZADA COM PORTIFÓLIO COMPLETO PARA CANA-DE-AÇÚCAR

DOW Dow AgroSciences

BAYER Bayer CropScience



ITUVERAVA SP - 16 3829-9020 GUAÍRA SP - 17 3332-1616 ORIZONA GO - 64 3474-1331

O AGRO EM 2015



Fábio Meirelles
Presidente do Sistema FAESP/SENAR-AR/SP e FUNDEPEC

O agronegócio é a base sólida da economia. Alimenta mais de 200 milhões de brasileiros, garante um elevado volume das exportações, produz energia limpa e renovável, gera emprego e renda, sem o mesmo, não teríamos a adequada sustentabilidade econômica e a paz social, indispensável à população brasileira. Infelizmente, nunca houve uma política agrícola consistente e permanente. O agronegócio é uma força real que impulsiona o mercado interno e externo, garante a renda efetiva, sustentabilidade e segurança jurídica. Entretanto, as características específicas do setor, que as diferenciam dos demais, não são compreendidas por parte dos governantes, ou são por eles subestimadas. Como exemplo desses fatores, citamos os entraves que afetam o setor sucroenergético, entre outros, vitimado por ações inconsistentes de Estado, entre as quais ressaltamos a ausência de um plano de longo prazo para a questão logística que tem limitado a capacidade de expansão do setor. Outro problema grave, que atinge especialmente o pequeno e médio produtor: a ausência de uma política de garantia de renda, de modo a gerar a estabilidade na cadeia produtiva. Os agricultores não dispõem de instrumentos de proteção contra os riscos inerentes à atividade econômica. As soluções dependem de políticas setoriais baseadas na garantia de renda dos produtores rurais e na proteção de riscos, da adequação das políticas macroeconômica e ambiental, além de medidas voltadas à indústria, ao comércio e serviços, em áreas onde esses setores se conectam à agropecuária. Mas, principalmente, o setor agrícola brasileiro depende de boa vontade e ações governamentais para execução dos programas e projetos voltados para o meio rural a longo prazo.

A FAESP defende uma política agrícola plurianual, com horizonte de 4 a 5 anos, programas setoriais permanentes, lastreados na elevação da produtividade, no ganho de eficiência, na segurança alimentar e na estabilização da renda no campo. Para a Federação, que reúne 238 sindicatos e 322 extensões de base, o que lhe garante presença na quase totalidade dos municípios paulistas, o agronegócio irá avançar ainda mais se seu protagonista, o produtor rural, seja ele pequeno, médio ou grande, abrigado em Sindicatos Rurais, Cooperativas ou individualmente, for atendido em suas demandas. O homem do campo, precisa de estímulos para se manter à frente de suas atividades. Incentivado, ele gira toda a cadeia à sua volta. O setor é fundamental para o desenvolvimento do País, esperamos que em 2015 receba a atenção, o apoio e o reconhecimento devidos, de maneira a promover o fortalecimento da economia brasileira.

PERSPECTIVAS DA SECA

FAESP pede ajuda imediata aos agricultores

A seca em São Paulo teve graves consequências para a agricultura e a pecuária, com possíveis reflexos no abastecimento. Esse quadro pode continuar no próximo ano, na avaliação da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de São Paulo. "Como se não bastassem a falta de chuvas e a baixa umidade, as temperaturas elevadas foram prejudiciais", afirmou Fábio Meirelles, presidente da FAESP. Em certas regiões, já registram perdas de mais de 30% nas lavouras. A seca aflora uma antiga discussão do campo: a necessidade de instrumentos de proteção contra os riscos inerentes à atividade, em especial um seguro rural amplo e efetivo, como o de receita, tem de estar no cerne da política agrícola, disse Meirelles. A estiagem prolongada merece atenção permanente da FAESP. Seu presidente tem viajado pelo interior paulista para avaliar prejuízos, conversar com autoridades e buscar soluções. Conduziu também amplas consultas com sindicatos e dirigentes rurais para avaliar a situação. O valor médio da produção agropecuária paulista deve chegar a R$ 57 bilhões, 3% menor que em 2013. A produção do arroz diminuiu 54%. "É fundamental a rápida e urgente liberação de recursos para o crédito e o seguro", afirmou Meirelles. "O produtor afetado pelo clima precisa de mais atenção do governo". A escassez de chuvas afetou também os lençóis freáticos. A irrigação não pode ser adotada em algumas regiões. Em outubro, a FAESP, com 26 sindicatos rurais de municípios da bacia PCJ (que engloba os rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí), prefeitos e lideranças regionais lançaram o Pacto pela Água, com o objetivo de aumentar a conscientização e tomada de providências para atenuar a crise hídrica.

Efeitos da falta de água

Problemas provocados pela mudança do padrão climático nas principais culturas dos campos do estado de São Paulo;

CAFÉ

Perdas de 5% a 10%, queda de produtividade e comprometimento da qualidade e da renda dos produtores;

CANA-DE-AÇÚCAR

Antecipação da colheita e quebra de safra de quase 5% em comparação a 2013. Queda de receita no campo da ordem de R$ 1,6 bilhão;

LARANJA

Atraso na colheita e estimativa de quebra de 5%; redução da remuneração dos produtores e descapitalização;

PASTAGENS

Risco de redução de plantel para produtores descapitalizados e prejuízo na engorda de animais; aumento de custos na pecuária leiteira e menor produtividade;

MILHO

Variação negativa média na produção de 12%. A receita no campo caiu e pode haver redução da área em 2015.



03 a 05 de março

feniCafé 2015

Feira Nacional de Irrigação em Cafeicultura

XX Encontro Nacional de Irrigação da Cafeicultura do Cerrado
XVIII Feira de Irrigação em Café do Brasil
XVII Simpósio de Pesquisa em Cafeicultura Irrigada



ARAGUARI
Minas Gerais

REALIZAÇÃO:

ACA 30 anos
Associação dos Cafeicultores de Araguari

Região do Cerrado Mineiro
Denominação de Origem

Federação dos Cafeicultores do Cerrado

LOCAL:
Pica-Pau Country Club

INFORMAÇÕES:
www.fenicafe.com.br

CONTATO:
34 3242 8888

APOIO:

Governo Federal Brasil País rico é país sem pobreza · Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento · Ministério da Integração Nacional Secretaria Nacional de Irrigação · Sebrae · Senar · Embrapa Café · Consórcio Pesquisa Café · CAPES · ABID · Uniube · Canal Rural · TV Integração · Governo de Minas · Emater-MG · Prefeitura de Araguari · Câmara Municipal de Araguari · Polícia Militar de Minas Gerais · Conseg Rural · ebba · Região do Cerrado Mineiro · Coocacer Araguari · Grupo G8 · Banco do Brasil

AN NCIO FENICAF REVISTA 21X28cm
sexta-feira, 30 de janeiro de 2015 11:10:17

FAESP CAPACITA PARA REALIZAR O Cadastro Ambiental Rural

O CAR é um registro eletrônico de âmbito nacional obrigatório para todas as propriedades rurais





O Código Florestal em sua versão de 2012 trouxe consigo a exigência imposta aos Produtores Rurais de realizarem o cadastramento ambiental rural, instrumento criado para auxiliar no processo de regularização ambiental das propriedades e posses rurais.

Basicamente, consiste no levantamento de informações sobre o imóvel e, por ser ato declaratório, haverá necessidade da delimitação das Áreas de Proteção Permanente (rios, nascentes, topo de morro, encostas com declividade superior a 45°, lagos e lagoas, reservatórios naturais ou artificias, etc.), Reserva Legal e Reserva Legal de Compensação, Remanescente de Vegetação Nativa, Área Rural Consolidada, Áreas de Uso Restrito, servidões administrativas e indicação de áreas passíveis de serem declaradas como Servidão Ambiental.

CAR

O CAR é um registro eletrônico de âmbito nacional obrigatório para todas as propriedades rurais e opcionalmente para imóveis urbanos. Não é instrumento de regularização fundiária, mas sim de gestão. Tem a finalidade de integrar informações ambientais que serão lançadas em um banco de dados pelo próprio proprietário ou posseiros, podendo ainda ser feito por representante legal ou técnico. O objetivo fundamental é controlar, monitorar, possibilitar o planejamento econômico e ambiental e combater o desmatamento irregular.

Da precisão das informações cadastradas será possível posteriormente conhecer os ativos e passivos ambientais e, consequentemente, elaborar o diagnóstico ambiental do Brasil contribuindo para a preserva- ção, proteção e conservação de nossos recursos naturais. O sucesso do CAR depende do correto lançamento dos dados pelo próprio Produtor Rural, razão pela qual irá necessitar de informações de qualidade para cumprir essa exigência legal.



Dr. Fábio Meirelles entrega ao governador o Manual do Car

SICAR

A FAESP tem tratado esse assunto desde que a própria Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo trouxe ao conhecimento o SiCAR-SP (sistema eletrônico do CAR). Muitas sugestões, propostas e questionamentos foram encaminhados àquele órgão ambiental estadual, sempre buscando auxiliar no aprimoramento do sistema estadual. A complexidade do assunto e as interpretações jurídicas sobre eventuais lacunas da lei demonstram que uma simples cartilha não traria segurança ao Produtor Rural cujas dúvidas só aumentaram com o passar do tempo.

A decisão estratégica do Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de São Paulo, Dr. Fábio de Salles Meirelles, foi determinar estudos profundos sobre o tema e caminhar no sentido de produzir material que servisse de suporte técnico aos Sindicatos Rurais, que afinal é o elo mais próximo do homem do campo.

A FAESP produziu então o "Manual do Cadastro Ambiental Rural – CAR: Teoria e Prática", que o apresenta como forma de disponibilizar informações precisas sobre o Código Florestal, o CAR e como realizá-lo efetivamente.



Capacitação

Percebeu-se que haveria também a necessidade de capacitar o pessoal dos Sindicatos Rurais de tal forma que pudessem atuar como representantes técnicos, auxiliando o Produtor Rural, que em sua grande maioria não tem afinidade com os recursos de informática necessários para preencher o CAR, conhecimento das áreas de preservação permanente e outros dados que comporão o croquis eletrônico do SiCAR-SP, bem como os documentos digitais a serem transferidos aos bancos de dados do sistema.

Trabalhou-se no sentido de desenvolver um curso próprio, com características que atendessem seu público-alvo, voltados a respeitar a cultura e linguagem local, com tempo para dirimir as dúvidas sobre o assunto, habilitá-los a extrair as informações necessárias desse produtor rural para alimentar o CAR, instrui-los no uso de ferramentas como o Google Earth, um programa de computador cuja função é apresentar um modelo tridimensional do globo terrestre e que pode ser usado como um gerador de mapas bidimensionais e imagens de satélite ou como um simulador das diversas paisagens capturadas pelos satélites ou aeronaves, e assim ser possível identificar lugares, dimensões, alturas de morros, montanhas e serras, declividades, perímetros, tamanho das áreas e outros elementos terrestres ou marítimos.

O curso também teve o objetivo de deixá-los em condições de identificar as APPs (área de preservação permanente) e outras exigências previstas no Código Florestal, compreender o conceito de área rural consolidada e seus benefícios ao declarante, como, na prática, preencher o CAR, desde a criação de usuário e senha, passando pelo preenchimento de dados da Propriedade, de Domínio, de Declarações, elaboração do croqui no Mapa, da inclusão de Anexos, interpretação dos dados do Resumo e como finalizar o cadastramento gerando o número de inscrição no CAR.

Software

Importante ferramenta será disponibilizada aos Sindicatos Rurais através de um software (um simulador do CAR) que construirá um diagnóstico sobre a propriedade como base nas próprias declarações do produtor rural e que antecederá a fase do preenchimento do CAR. Passo relevante porque irá gerar informações que permitirão a compreensão da importância de levar dados de qualidade e que realmente espelhe o que se tem na propriedade ou posse, também irá fornecer o passivo ambiental e seu custo aproximado para recuperar a área degradada ou alterada, conhecimento esse fundamental para a fase do Programa de Regularização Ambiental (PRA).













Importante ferramenta será disponibilizada aos Sindicatos Rurais através de um software (um simulador do CAR) que construirá um diagnóstico sobre a propriedade como base nas próprias declarações do produtor rural e que antecederá a fase do preenchimento do CAR.





Curso

O curso de capacitação para realizar o Cadastro Ambiental Rural – CAR abrange teoria e prática, com aulas em laboratório de informática, cuja estrutura de ensino, com todos os recursos tecnológicos necessários, decorre de parceria com a Faculdade Alfa/FADISP, que atua na área de capacitação profissional. A FAESP disponibiliza o curso com carga de 16 horas, desenvolvido em dois dias, e também toda a logística (material didático, ecobag personalizada, Manual do CAR, hospedagem, alimentação e coffee break).

Ao final, um certificado é emitido para o aluno, o qual tem registro no MEC. A meta é formar pelo menos um representante técnico, por sindicato rural, num total de 210 entidades, em 7 turmas de 30 alunos ainda em 2014 e, para o próximo ano, completar o restante, de modo que cada Sindicato tenha pelo menos duas pessoas habilitadas. Mesmo após o término do curso a FAESP ainda estará dando o suporte técnico àqueles que eventualmente tenham dúvidas e necessitem de novos esclarecimentos ou orientação para bem executar seu trabalho nos Sindicatos Rurais.

Fonte: Informativo FAESP/SENAR



ALCKMIN SANCIONA
Programa de Regularização Ambiental no Estado

O PRA é a ferramenta que colocará em prática o Código Florestal Federal e suas novas regras

O Projeto de Lei 219, que institui o Programa de Regularização Ambiental (PRA) no Estado de São Paulo, foi sancionado no dia 15 de janeiro pelo governador Geraldo Alckmin (PSDB) com sete vetos. O PRA é exigido em todos os Estados pelo novo Código Florestal, aprovado em 2012. Segundo a Secretaria do Meio Ambiente paulista, ainda será preciso regulamentar diversas partes do PRA no estado.

Um dos vetos se refere à questão da compensação ambiental fora do Estado, que era criticada por ambientalistas. "Nós vetamos isso porque pretendemos, na regulamentação, limitar a compensação ao Estado de São Paulo, o que nos ajuda na questão hídrica", disse o governador.



Outros dois pontos importantes a serem destacados são: a possibilidade de início da recuperação de aproximadamente 1,6 milhão de hectares de vegetação em SP; e a segurança jurídica de produtores no procedimento de regularização ambiental de suas áreas.

De acordo com a Secretaria do Meio ambiente paulista, somente através da adesão ao PRA "o proprietário rural poderá continuar o uso de suas Áreas de Preservação Permanente que já eram utilizadas antes de 22 de julho de 2008".

Ainda segundo a secretaria, a nova legislação paulista deixa mais claro quais são as regras para a regularização da Reserva Legal de pequenos imóveis e deve proporcionar maior segurança jurídica.

> **"Assim como no novo Código Florestal [de 2012], em São Paulo os pequenos proprietários poderão compor sua reserva legal com a vegetação nativa existente na propriedade."**

Foram vetados dispositivos pontuais em 7 artigos, mas a essência do projeto não foi alterada, tendo sido preservadas as regras de isenção de recomposição de RL para pequenas propriedades e a desnecessidade de regularização de quem desmatou de acordo com a lei da época em relação à reserva legal.

Dispositivos vetados:

Art. 6º - suspensão de multas em caso de adesão ao PRA
A Lei Federal suspende multas por supressão de vegetação em APP, Reserva Legal e Áreas de Uso Restrito e o artigo da lei estadual que foi vetado previa esta suspensão para a supressão de vegetação em qualquer local, suprindo a falta do programa de conversão de multas previsto no Decreto 8235 para quem desmatou fora das áreas proibidas;

Art. 14 § 5º, 1 - metragens de recomposição de faixas de APP para imóveis de 4 a 10 módulos
Tinha sido proposta uma redação simplificada, mas com a retirada aplica-se a lei federal, não há prejuízo;

Art. 14 § 10 - APP de restinga
A redação previa a identificação das restingas do Estado pela SEMA e foi vetado porque esta medida demandaria recursos do Estado e portanto não poderia ter sido proposta pelo legislativo, tinha vício de origem. Infelizmente a confusão sobre o que é e o que não é APP nas restingas do litoral paulista;

Art. 18 - intervenção em APP para aquicultura
O PL havia disciplinado como seria a intervenção nas APPs das pequenas e médias propriedades para a realização da atividade de aquicultura permitida pela Lei Federal, o veto dificulta ou até impossibilita a realização da atividade;

Art. 20 §2º - dispensava de autorização o acesso à água para realização de atividades de baixo impacto
O acesso continua garantido, mas poderá haver exigência de autorização ambiental;

Art. 23 - previa a identificação e homologação de APPs com necessidade de recomposição
O veto não altera a permissão da Lei Federal de recomposição limitada a porcentagens das propriedades conforme o tamanho das áreas;

Art. 26, § 1° - detalhava a metodologia de reconhecimento das áreas de uso restrito com inclinação entre 25 e 45° que tinham uso consolidado e as que necessitavam de recuperação
O veto apenas retira o detalhamento, mas mantém as regras federais de limitação de uso;

Art. 35 § 2º e 3º - previa possibilidade de relocação de reserva legal fora da propriedade
O veto deixa uma brecha nas possibilidades de relocação uma vez que a lei federal não dispõe sobre o assunto de forma direta;

Alguns vetos retiram do Estado a oportunidade de detalhamento das disposições da lei federal, pois dela não discordavam mas diferiam no nível e profundidade de informação. O balanço, no entanto, é positivo uma vez que a nova lei estadual trará mais clareza na forma de cumprimento da lei federal.

Perguntas e respostas divulgados pela Secretaria do Meio Ambiente sobre o novo código:

1. Esta nova Lei pode ser considerada um Código Florestal do Estado de São Paulo?
A lei não cria um Código Florestal Paulista, mas sim estabelece a forma que o Programa de Regularização Ambiental – PRA será realizado em São Paulo. O PRA foi criado pelo Código Florestal Federal para possibilitar a regularização ambiental das propriedades rurais no Brasil que estavam em desacordo com o Código Florestal anterior (Lei 4.771/65).

2. A Lei diminui a proteção dos cursos d'água e nascentes?
Não. Em São Paulo a proteção garantida aos corpos d'água e nascentes é a mesma proteção prevista no Código Florestal Federal para todo o país. As faixas de recomposição obrigatória de APP, no âmbito do PRA, que já são tratadas de forma diferenciada pelo Código Florestal, são objeto da Lei recém publicada e também seguem exatamente os limites impostos nacionalmente.

3. O que a Lei diz sobre a necessidade de Reserva Legal para o pequeno e para o grande imóvel rural?
A Lei deixa mais claro quais são as regras para a regularização da Reserva Legal dos pequenos imóveis rurais, proporcionando maior segurança jurídica: assim como no Novo Código Florestal, em São Paulo os pequenos proprietários poderão compor sua Reserva Legal com a vegetação nativa existente na propriedade.

Para os demais proprietários, a porcentagem de Reserva Legal necessária será determinada pela época de abertura da área, de acordo com regulamento a ser editado pelas Secretarias de Meio Ambiente e Agricultura.

4. A Lei libera a compensação de Reserva Legal fora do Estado?
Não. A Lei apenas coloca o já disposto no novo Código Florestal quanto à compensação de Reserva Legal. A compensação de RL será regulamentada de acordo com os interesses do Estado de São Paulo na preservação de seu território, garantindo o bem estar da população.

5. Quais os benefícios na adesão do proprietário ao Programa?
Somente através da adesão ao PRA o proprietário rural poderá continuar o uso de suas Áreas de Preservação Permanente que já eram utilizadas antes de 22 de julho de 2008.

Além disso, o proprietário que aderir ao Programa e cumprir todas as obrigações de recomposição presentes no Termo de Compromisso não poderá ser autuado por supressão de vegetação ocorrida antes desta data.

Ao final dos compromissos, o imóvel será considerado ambientalmente regular.

6. Com relação ao plantio de exóticas em APP de pequenas propriedades, afirmam que a Lei Paulista é mais branda, prossegue essa informação?
Não. A Lei Paulista segue o regulamentado pela legislação federal, a possibilidade de utilização de espécies exóticas em 50% nas APPs das pequenas propriedades rurais, que está prevista na Lei Federal (12.651/2014), no inciso IV, do parágrafo décimo primeiro do artigo 61-A.

7. As pequenas propriedades que tiverem nascentes terão uma regra diferente da Lei Federal.
Não. A nova lei, neste ponto, também segue a legislação federal, ou seja, o parágrafo quinto do artigo 61-A da Lei Federal, já prevê os 15m de raio para nascentes em áreas com uso consolidado.

Ampla discussão

Antes do PRA ser sancionado pelo governador Geraldo Alckmin, houve, em Audiência Pública realizada no dia 25 de novembro, a discussão do mesmo entre representantes de sindicatos rurais, movimentos sociais, institutos de pesquisa, universidades, ONGs, representantes do governo estadual, deputados estaduais e federais, produtores rurais e interessados no tema.

Foram apresentadas diversas análises sobre o projeto apresentado pelo deputado Barros Munhoz (PSDB) e outros. Coordenada por Munhoz, a mesa dos trabalhos foi composta, entre outros, pelos deputados Bruno Covas (PSDB), Itamar Borges (PMDB), Davi Zaia (PPS), Pedro Tobias (PSDB), José Zico Prado (PT), Beto Trícoli (PV), Roberto Moraes (PPS), Ana do Carmo (PT), Enio Tatto (PT), Welson Gasparini (PSDB), Professor Tito (PT) e o deputado federal Arnaldo Jardim (PPS/SP).

No dia 10 de dezembro uma Assembleia aprovou o Projeto de Lei 219/2014, do deputado Barros Munhoz e outros, sobre o Programa de Regularização Ambiental das propriedades rurais, criado pela Lei Federal 12.651/2012, e sobre a aplicação da Lei Complementar Federal 140/2011, na forma da Emenda Aglutinativa Substitutiva 14. Após isso, o projeto foi encaminhado ao governador.

Colaboração: Samanta Pineda, Conjur e FAESP







PRA:
regularizar para cuidar e produzir



Arnaldo Jardim
Engenheiro, Deputado Federal pelo PPS-SP e Presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Infraestrutura Nacional.

O Governo Geraldo Alckmin sancionou o Projeto de Lei nº 219/2014 – proposta que define as bases para a implementação do PRA (Programa de Regularização Ambiental) das propriedades e imóveis rurais com o propósito de adequar a legislação estadual ao novo Código Florestal promulgado em 2012 e que a Assembleia Legislativa de São Paulo havia aprovado.

O que se busca com o PRA é a adequação ambiental com menor impacto social e econômico dentro das regras previstas pelo Código Florestal. Assim o PL 219/2014, agora convertido na Lei nº 15.684, de 14 de janeiro de 2015, detalha os procedimentos de regularização. A nova legislação estadual dá capilaridade maior ao que já consta na lei federal com a definição de conceitos, garantia de compatibilidade dos cadastros estaduais e federais das propriedades rurais e segurança jurídica para regularização.

Os aspectos relevantes considerados no PRA são as boas práticas ambientais de forma a não permitir a supressão de vegetação nativa; a revitalização das matas ciliares como prioridade; o aumento da vegetação nativa – São Paulo possui hoje 17,70% de vegetação nativa e passará a ter 24,04% de cobertura do território do Estado – ; e ganho ambiental com respeito às cláusulas sociais.

Enquanto a média de recomposição da vegetação no entorno dos rios no País é estimada entre 3,5% e 4% do território, em São Paulo com a regulamentação do PRA será de 6,54% , o que representará 7,94% de toda a área efetivamente utilizada na agropecuária.

Com a nova lei estadual em consonância com todos os critérios do Código Florestal, é esperado que a recuperação vegetal em nosso Estado possa atingir de 1,5 a 1,8 milhões de hectares, praticamente dobrando o que já existe de vegetação nativa nas propriedades paulistas.

O PRA determina a constituição das chamadas RLs (Reservas Legais), ou seja, a reserva de um percentual da propriedade para a execução do restauro e da recomposição florestal.

Cria em São Paulo um modelo inovador para facilitar a implantação e operacionalização dos métodos de compensação de reserva legal. Com isso, o governo estadual poderá colocar em prática instrumentos econômicos de mercado que poderão, inclusive, em alguns casos, serem negociado em bolsa de valores, trabalharemos isto na regulamentação que virá em breve.

A geração dos ativos ocorreria para financiar a restauração ecológica de áreas degradadas em diferentes situações (recuperação de mata ciliar, restauração de áreas para formação de corredores de biodiversidade, recuperação de Unidades de Conservação e plantio de florestas para produção sob manejo sustentável em áreas agrícolas).

A ideia é que o governo estadual e instituições credenciadas emitam títulos para financiar projetos de restauro ecológico elegíveis de acordo com critérios técnicos e de propriedade, como de áreas essenciais para a garantia da segurança hídrica do Estado.

Os compradores dos certificados seriam os detentores de obrigações de realizar plantios de vegetação, assim como os interessados em executar compensação de reserva legal ou mesmo os interessados em compensar, voluntariamente, emissões atmosféricas ou "pegadas hídricas".

Ao facilitar o encontro de obrigações de plantio, restauro ecológico, constituição de RLs com a necessidade de financiar projetos ecológicos de prioridade governamental, uma série de benefícios podem ser considerados, como o enquadramento do "devedor ambiental" às novas regras; o planejamento e execução de projetos mais robustos de restauro ecológico; e a solução para o financiamento de restauração ecológica, dentre outro já citados.

Ao fim processo legislativo da instituição do PRA com a sanção governamental, a Secretaria de Agricultura e Abastecimento entra agora em campo para uma nova etapa, a regulamentação do programa que concilia produção e preservação para ampliar a cobertura vegetal no Estado de São Paulo. Aliás, esta é uma das prioridades definidas durante meu discurso de posse na Pasta, onde afirmei:

São Paulo aceitou enfrentar a questão da preservação versus produção para transformá-la num paradigma de produção sustentável.
Hoje a secretaria apresenta seu balanço ambiental, toca o projeto de "microbacias" do programa de desenvolvimento rural sustentável.
São animadores os dados sobre a recomposição de mata nativa, ampliou-se o cuidado com as matas ciliares e são inúmeros os programas de preservação de fontes e nascentes, muitos deles com destacada participação dos municípios e eles terão sua prioridade acentuada em nossa gestão."

A partir de agora vamos trabalhar intensamente, conforme orientou o Governador Alckmin, para o cumprimento de todos os objetivos previstos na lei que instituiu o PRA e assim garantir tranquilidade ao homem do campo, capacidade para cuidar do meio ambiente e produzir para todos!

DESOBEDIÊNCIA ao Código Florestal Brasileiro



Joaquim Augusto S. S. Azevedo Souza
Presidente da Associação e do Sindicato Rural de Ribeirão Preto

Não é segredo para ninguém que a área política ambiental, engordada por diversas ONGs estrangeiras e algumas nacionais, ao lado de radicais do ambientalismo, nutre grande prevenção contra a classe produtora rural, taxando-a como a maior vilã do meio ambiente.

Evidentemente que esta antipatia gratuita e sem nenhum respaldo na realidade do cotidiano campestre, embora lamentável, não constitui nenhuma surpresa e pouco nos incomoda exatamente por vir de onde vem. Além do que, os verdadeiros defensores do meio ambiente, muito mais lúcidos e conscientes, sabem que a grande maioria dos integrantes da classe agropecuária são seus parceiros na luta pela preservação das necessidades ambientais.

O que tem intrigado e preocupado sobremaneira a classe produtora rural é a postura soberba e aética de algumas autoridades do setor ambiental que, mal assessoradas, vem seguindo antigos procedimentos aplicados quando da fiscalização de incêndios acidentais nas propriedades rurais. Pela antiga legislação, que tanto a secretaria estadual do meio ambiente quanto a Cetesb persistem em utilizar, na ocorrência de incêndio em área rural, simplesmente autuavam o proprietário do imóvel como o responsável e "culpado" pelo incidente.

Com a aprovação do novo Código Florestal brasileiro, este absurdo disparate legislativo que responsabilizava alguém por algo que não fez foi, muito justificadamente, abolido, trazendo a luz da justiça também para o campo, de forma a responsabilizar por eventual dano ambiental seu verdadeiro causador e responsável. Nada mais justo!!

A matéria está contida e disciplinada, de forma clara e transparente, no artigo 38 e seus parágrafos 3 e 4, " na apuração da responsabilidade pelo uso irregular do fogo em terras públicas ou particulares, a autoridade competente para fiscalização e autuação deverá comprovar o nexo de causalidade entre a ação do proprietário ou qualquer preposto e o dano efetivamente causado. É necessário o estabelecimento de nexo causal na verificação das responsabilidades por infração pelo uso irregular do fogo em terras públicas ou particulares."

Não há, portanto, razão plausível para se negar o óbvio ! O Código Florestal Brasileiro é como se fora a constituição nacional do meio ambiente e deve ser seguido e obedecido por todos, inclusive pelas autoridades ambientais e respectivos corpos fiscais, independentemente de suas ideologias ou posições políticas.

Aqui em nossa região, no último período de persistente e anormal seca, quando inúmeros prejuízos puderam ser anotados nos cafezais, nos pomares, nos canaviais e demais lavouras perenes e pastagens, ocorreram muitos incêndios que queimaram também matas, capoeiras, pedaços de cerrados, além de algumas benfeitorias como cercas, por exemplo, e grandes trechos marginais de rodovias, além de terrenos urbanos etc.

E, este lamentável episódio não pode ser ignorado e tão cedo não será esquecido, pois, trata-se da maior seca das últimas décadas em Ribeirão Preto e na antiga alta mogiana!

Diante deste quadro catastrófico, registrado por toda a mídia, inclusive a televisiva, o que foi feito pelos zelosos fiscais da Cetesb? Simplesmente multaram proprietários rurais sem nenhuma apuração do nexo de causalidade como determina o Código Florestal. E no que se basearam para aplicação das penalidades? Em supostas denúncias... Feitas por quem? Ninguém sabe e ninguém viu... E o proprietário rural, muitas vezes vítima da ocorrência do incêndio, que vá se defender.

Diante do acima exposto indagamos, insistentemente, da secretaria estadual do meio ambiente e da Cetesb, quais os critérios usados pela fiscalização para a apuração da responsabilidade pelo incêndio ocorrido em propriedade rural diante da necessidade de comprovação do nexo de causalidade, conforme previsto no código florestal. E o que nos foi respondido? Ao invés de uma resposta objetiva, trouxeram informação técnica pela qual o funcionário que a subscreveu envereda-se simplesmente para uma posição antiempresarial em relação ao setor industrial sucroalcooleiro... sic!

É de fundamental importância para a democracia que a fiscalização ambiental dispa-se dos subterfúgios para mera aplicação de multas e aja com isenção e dentro da legalidade.

Fica aí o alerta aos produtores rurais para que façam valer seus direitos como usual nos dias presentes e não se acanhem de acionar suas Entidades de classe e, até mesmo, o Judiciário, se assim for preciso.

É de fundamental importância para a democracia que a fiscalização ambiental dispa-se dos subterfúgios para mera aplicação de multas e aja com isenção e dentro da legalidade.



VIVEIRO

Flor do Mato

Deixe seu
reflorestamento
por **nossa conta!**



Mudas nativas | Preparo do solo | Plantio | Manutenção | Serviços especializados

Fones: 17 9 9979.7799 | 9 9141.0000 | 9 8141.0100
www.viveiroflordomato.com.br | e-mail: viveiroflordomato@gmail.com



Certas regiões, e para algumas atividades, as perdas podem superar 20%, mas há casos de produtores que isoladamente reportam perdas de até 70%."

Presidente da FAESP/SENAR, Fábio Meirelles, sobre a crise na agricultura deste ano por consequência da baixa reserva hídrica e as elevadas temperaturas.



R$ 88,6 bilhões. Este é o possível valor que corresponde ao assalto perpetrado pelas gestões petistas na Petrobras, seja na forma de desvios e corrupção, seja na de negócios mal feitos, ineficiência e desperdício de dinheiro que deveria servir ao desenvolvimento do país. Quem vai pagar por isso? Nós, brasileiros. Para se ter uma ideia, com este dinheiro seria possível construir Ferrovias, Hidrovias e Rodovias para melhor infraestrutura do transporte no Brasil."

Duarte Nogueira, Secretário do Transporte e Logística, sobre o arrombo na estatal Petrobrás.

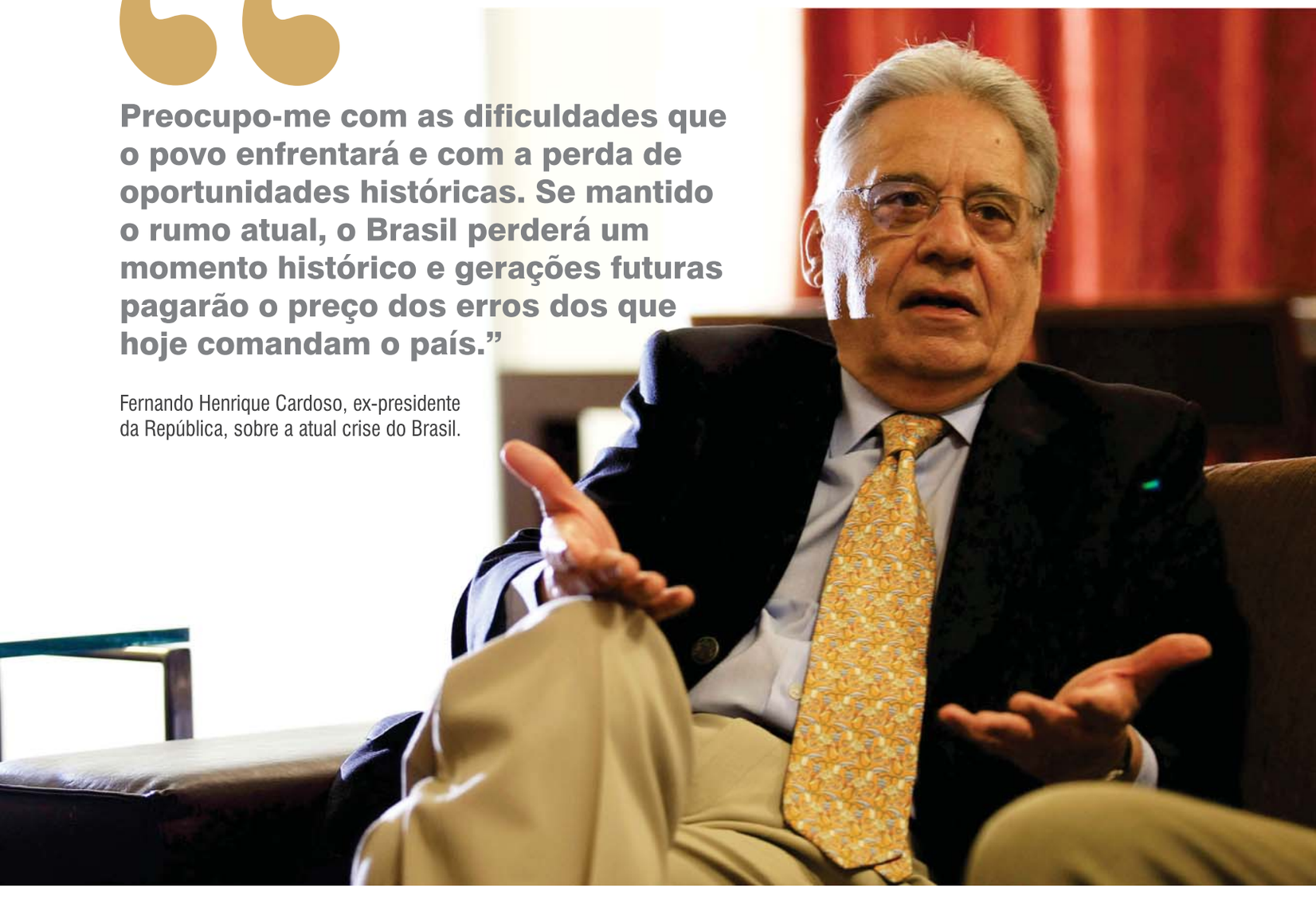


A criação do PRA é um avanço para o Estado e um dos grandes exemplos de democracia e de produção profícua em benefício da sociedade. O projeto foi aprimorado após inúmeras reuniões e audiências públicas com entidades.”

Deputado estadual Barros Munhoz (PSDB), sobre a aprovação do Programa de Regularização Ambiental das propriedades rurais (PRA) do Estado de São Paulo.

Preocupo-me com as dificuldades que o povo enfrentará e com a perda de oportunidades históricas. Se mantido o rumo atual, o Brasil perderá um momento histórico e gerações futuras pagarão o preço dos erros dos que hoje comandam o país.”

Fernando Henrique Cardoso, ex-presidente da República, sobre a atual crise do Brasil.



ESCOLHA **certa**

Arnaldo Jardim assume a Secretaria de Agricultura e Abastecimento e já toma atitudes para melhorar o setor









O deputado federal Arnaldo Jardim assumiu o novo cargo de secretário de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo no dia 8 de janeiro. A solenidade de transmissão de cargo ocorreu no Salão Nobre da Secretaria, que ficou pequeno diante do público presente.

Em seu primeiro discurso como Secretário de Agricultura e Abastecimento, Arnaldo Jardim colocou a satisfação de integrar o Governo Geraldo Alckmin, enfatizou a importância da agricultura para o estado, e falou sobre a necessidade de políticas públicas estáveis, de segurança jurídica e de previsibilidade nos parâmetros econômicos, para o pleno desenvolvimento do setor.





“São Paulo é o maior produtor de açúcar e etanol, de borracha natural e de laranja, além de grande produtor de café, madeira de reflorestamento, flores ornamentais, ovos, frutas, frangos e suínos, e ainda tem posição destacada na exportação de carne e genética bovinas”, afirmou.



Jardim colocou a sustentabilidade e o setor sucroenergético como prioridades em sua gestão, com a missão de atuar junto ao Governo Federal na proposição de medidas de enfrentamento da crise, como a retomada da Cide, por exemplo. “Esse setor responde hoje por 34% do PIB agrícola de São Paulo, e nós estamos vendo o setor definhar, e todo o entorno desse setor sofrer de uma forma muito grave esta crise”, disse o Secretário.



Além disso, a questão do abastecimento estará entre os destaques. "A Secretaria vai recuperar de uma forma mais acentuada a sua vertente de abastecimento. Nós estamos conversando com o Governador para que programas como o Bom Prato e o Viva Leite, que hoje estão com outros órgãos do Estado, sejam feitos de uma forma integrada com a Secretaria de Agricultura. Nós temos hoje centros de compras, feiras de orgânicos, tudo isso será fortalecido. Então, sobre a vertente alimentação e segurança alimentar haverá uma concentração de esforços aqui da Secretaria", afirmou.

Sobre a estrutura da SAA, o Secretário falou da importância de repor o quadro de colaboradores e da integração do trabalho. "Nós sabemos que a secretaria perdeu fôlego recentemente, porém já há demanda por novos concursos públicos, tratei disso pessoalmente com o Governador. Vamos buscar melhores condições de trabalho, mas nós vamos cobrar contrapartida. Há muitas vezes uma multiplicidade de esforços e temos que ajustar isso, fazer um esforço para a integração das equipes".

"Destaco que a Secretaria deve reforçar o cooperativismo e os valores que incluem a participação democrática, a solidariedade, a independência e a autonomia. O Cooperativismo já demonstrou sua capacidade de enfrentar os desafios econômicos, urbanos e rurais brasileiros, com as ferramentas da produtividade, competitividade e responsabilidade social", afirmou o Secretário.

Marcaram presença na posse, o secretário de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação e vice-governador, Márcio França, que representou o Governador Geraldo Alckmin; a secretária do Meio Ambiente, Patrícia Iglecias Lemos; o secretário da Casa Civil, Edson Aparecido e o secretário de Energia, João Carlos de Souza Meireles.

Participaram ainda representantes do agronegócio paulista e brasileiro, como o presidente da Datagro, Plínio Nastari; o ex-ministro Roberto Rodrigues; presidentes das Câmaras Setoriais; a presidente da Unica, Elizabeth Farina; o presidente da Abag, Luiz Carlos Corrêa Carvalho; o presidente da ABC – Associação Brasileira dos Criadores, Luis Alberto Moreira Ferreira; o Superintendente de Governo São Paulo, Evaldo Estevão Fabiano Borges; o presidente da Codasp, Jairo de Almeida Machado Júnior.



O Sistema OCB foi representado por Américo Utumi e Júlio Gushiken, ambos da Ocesp; o vice-presidente do UGT e presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Abastecimento, Alemão; o diretor da Fiesp, Mário Sérgio Cutait; o presidente da Fetaesp, Braz Albertini; o presidente da Udop, Antonio Salibe; representantes da Embrapa, da Esalq, representantes Fecomercio e do Crea-SP.

Também prestigiaram os deputados estaduais, Barros Munhoz, Davi Zaia, Roberto Morais, Marcos Zerbini, Gilson de Souza, Fernando Cury, Hélio Nishimoto, Campos Machado, Welson Gasparini, Dilador Borges e Vitor Sapienza, além do vereador do município de São Paulo, Andrea Matarazzo.

Fonte: SAA/SP









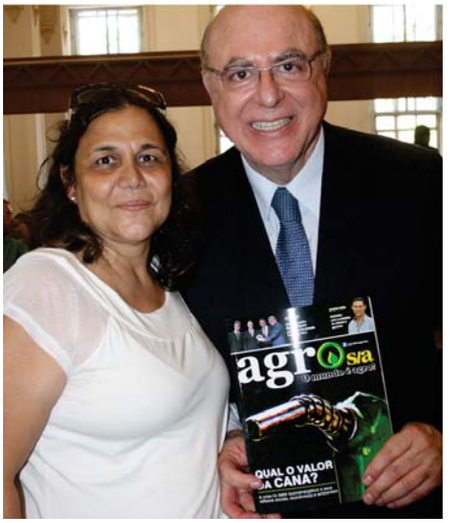











agro SA
QUAL O VALOR
A CANA?




CRISE DA CANA:
protesto reúne 15 mil pessoas em Sertãozinho

A manhã do dia 27 de janeiro de 2015 entrará para a história da cidade de Sertãozinho, quando 15 mil pessoas se reuniram com o objetivo de sensibilizar os governos estadual e federal, sobre os efeitos que a atual crise econômica e a falta de investimentos têm causado aos munícipios da região e do país.

Durante o ato, totalmente pacífico e ordeiro, trabalhadores, empresários, lideranças políticas, produtores de cana, cidadãos e representantes das entidades realizadoras do Movimento pela Retomada do Setor Sucroenergético realizaram uma caminhada, que culminou com o ato de leitura da carta reivindicatória da manifestação, no entroncamento das rodovias Armando de Salles Oliveira e Carlos Tonani, que foram fechadas com o apoio da Polícia Civil, Polícia Rodoviária, Guarda Civil Municipal e Vianorte.

Dentre as lideranças políticas, destacaram-se as presenças do secretário estadual de Agricultura e Abastecimento, Arnaldo Jardim; dos deputados Paulo Pereira da Silva (Paulinho da Força), Leo Oliveira, Davi Zaia, Welson Gasparini e Antônio Carlos Mendes Thame; do prefeito de Sertãozinho, Zezinho Gimenez, e outros prefeitos da região; e do secretário municipal de Indústria e Comércio, Carlos Roberto Liboni, além de outras autoridades.

Como representantes das entidades realizadoras, receberam destaque as participações do presidente da Orplana e Canaoeste, e diretor superintendente da Copercana, Manoel Ortolan; do presidente do CEISE Br, Antônio Eduardo Tonielo Filho; do presidente da OAB, Joanilson Barbosa dos Santos; do presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, Samuel Marqueti; do presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Alimentos, Antônio Vitor; do presidente da AMASERT, Claudinei Luís Silva; do presidente do SINCOMERCIÁRIOS, Jonathan Faleiros; do presidente da ACIS, Geraldo Zanandréa; do coordenador do projeto Governança Corporativa da Cadeia Produtiva Sucroenergética, Evandro Ávila, entre outros.

Ao receber a carta, o secretário Arnaldo Jardim destacou o exemplo que os cidadãos de Sertãozinho deram ao resto do país.



O Brasil inteiro deveria seguir o exemplo dos trabalhadores, empresários e agricultores de Sertãozinho, que estão de parabéns pela grandiosa manifestação, pacífica e organizada. Assumo o compromisso de levar as reivindicações do povo sertanezino ao governador Geraldo Alckmin, e de apoiar esse Movimento, para que em Brasília, possamos cobrar medidas reais de incentivo e investimento ao setor sucroenergético", afirmou.

Balanço

De acordo com o secretário municipal de Indústria e Comércio, Carlos Roberto Liboni, que atuou na coordenação da ação, o balanço do evento foi positivo. "A adesão popular atingiu nossas expectativas, já que contamos com a participação de 15 mil pessoas, contando os dois pontos de concentração e a caminhada. Outro ponto de destaque, foi a receptividade dos municípios da região com o Movimento, que enviaram representantes e se uniram em torno de um mesmo objetivo: retomar os investimentos e a produtividade do setor sucroenergético com urgência", avaliou.

É importante destacar que, nos próximos dias, o Grupo de Trabalho envolvido na realização do Movimento pela Retomada do Setor Sucroenergético se reunirá para definir as estratégias do próximo passo, que levará as reivindicações ora apresentadas ao Governo do Estado, para Brasília.

O Movimento tem realização da Prefeitura de Sertãozinho, Sindicato dos Metalúrgicos, Força Sindical, CEISE Br, ACIS, SINCOMÉRCIO, Canaoeste, Câmara Municipal, SINDINAP, OAB, AMASERT, SINCOMERCIÁRIOS e Copercana, e apoio da UNICA, Coopercitrus, Coplacana e Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Alimentos de Sertãozinho.





A voz do Sindicato Rural de Ituverava

Gustavo Ribeiro Rocha Chavaglia, presidente do Sindicato Rural de Ituverava, que também fez parte da manifestação, fez uma declaração sobre a crise do setor, pedindo atenção do governo federal para o problema, deixando claro que os trabalhadores e suas instituições representantes não vão deixar de lutar. Segue na íntegra:

A principal razão deste manifesto regional, e porque não dizer nacional, que aconteceu em Sertãozinho, é a falta de políticas públicas para o setor sucroenergético, pois o setor vem dando sinais de preocupação há praticamente dois anos e as autoridades federais parecem não se preocupar. Pois, se há dois anos tivéssemos definições políticas pró ativas frente ao etanol e Cogeração de energia, buscando incentivar o setor sucroenergético, teríamos um segmento mais estruturado e remunerado, o qual continuaria investindo, gerando empregos e impulsionando o comércio e indústria. Ainda, se o governo federal, dotado de excepcional incapacidade, conseguisse realmente enxergar este importante setor como ele é, poderia torna-lo um aliado, colocando o Brasil como destaque mundial em energia limpa e menos dependente do petróleo e da energia elétrica oriunda das hidrelétricas. Portanto, se lá atrás, somente políticas definidas e alguns incentivos ao setor seriam suficientes, agora será preciso socorrer as usinas, o produtor, o trabalhador, as revendas e cooperativas e consequentemente os agentes de crédito. Talvez, na visão dos tecnocratas do governo federal seja mais importante produzir petróleo em Pasadena EUA, gerando empregos nos Estados Unidos e gerando também denúncias de corrupção no escândalo Petrolão!




ETANOL


METALÚRGICOS DE
SERTÃOZINHO E REGIÃO
NA LUTA PELO EMPREGO E PRODUÇÃO


POR UM PLANO DE
RECUPERAÇÃO DO
SETOR SUCROENERGÉTICO


Associação dos Plantadores
de Cana da Região de
Monte Aprazível
APLACANA
www.aplacana.com.br
PRESENTE NESTE EVENTO
ETANOL: COMBUSTÍVEL LIMPO, GERADOR DE ENERGIA E EMPREGOS EM TODO PAÍS.


FORNECEDORES
VIRADOURO - SP


O ETANOL É A ENERGIA QUE MOVE O BRASIL.
Sertãozinho


Dezenas de usinas fechadas. Chega!
associcana


Estão jogando sujo com o
combustível limpo. Salve o etanol!


CANAVIEIROS
SERRANA - SP


ETANOL - COMBUSTÍVEL VERDE
COM CUSTO DE PRODUÇÃO NO VERMELHO.
Socicana


ETANOL
ECONÔMICO,
SOCIAL E
SUSTENTÁVEL


MAIS RESPEITO PARA NOSSA INDÚSTRIA!
Sertãozinho



PREJUÍZO PARA A PRODUÇÃO **da cana-de-açúcar**



Welson Gasparini
Deputado Estadual (PSDB), advogado e ex-prefeito de Ribeirão Preto

Em recente reunião no gabinete de trabalho de Joaquim Augusto S.S. Azevedo Souza (presidente da Associação e do Sindicato Rural de Ribeirão Preto) com Tomaz de Aquino Lima Pereira (presidente da ASSOVALE – Associação Rural do Vale do Rio Pardo), recebi alerta sobre uma situação que está dificultando o trabalho dos médios e pequenos produtores de cana: a vigência da NR 31, editada pelo MTPS (Ministério do Trabalho e Previdência Social) impedindo, no plantio da cana de açúcar, o uso de caminhões ou de carretas. Pediram-me para interferir, inclusive, junto ao secretário da Agricultura, Arnaldo Jardim (já alertado pelo próprio presidente da ASSOVALE sobre esse problema) e às lideranças maiores do setor (CNA, FAESP, SRB, OCESP etc) , numa ação conjunta voltada para a revogação da referida norma.

Segundo Tomaz, se esse quadro persistir em breve teremos a extinção total dos pequenos e médios fornecedores de cana que terão, inevitavelmente, de partirem para outras culturas ou, então, arrendarem suas propriedades para as usinas. Esse argumento foi reforçado pelos expostos por Joaquim Augusto, lembrando-me o fato dos profissionais que trabalham na coleta dos sacos de lixo, em ruas de grande movimento, depositando-os em caminhões, com muito maior risco, não enfrentam tal tipo de restrição; mesmo porque, como me asseguraram tais lideranças, a prática do uso de caminhões e carretas é comprovadamente segura e não há razão, pois, para ser

interrompida com graves consequências econômicas e, sobretudo, sociais.

Sensibilizei-me, é claro, com o pleito que me foi apresentado e me comprometi a envidar todos os esforços no sentido de atendê-lo. Como um dos coordenadores da Frente Parlamentar de Defesa do Setor Sucroenergético na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, aprendi a valorizar ainda mais o esforço do trabalhador e do produtor que dependem da cana-de-açúcar para sobreviverem.

As dificuldades desse setor, por sinal, tendem mesmo a se agravarem diante da conjuntura mundial determinada pela queda do preço do petróleo cujo resultado imediato é a diminuição da competitividade do etanol diante da gasolina. Ainda assim, cabe-nos buscar saídas para garantir a sobrevivência dos produtores de açúcar e do álcool bem como, igualmente, dos milhares de empregos por eles gerados.

O trabalho, acredito, deve e precisa ser recompensado; a legislação, portanto, deve ser feita – conforme sábia ponderação de Joaquim Augusto – com extrema cautela de modo a proteger e estimular quem produz, gerando empregos, prosperidade e divisas para o nosso país. Equívocos, quando houverem, devem ser corrigidos e é o que tentaremos fazer, no caso em tela, juntando os nossos esforços aos de lideranças igualmente empenhadas em restabelecer a competitividade brasileira na geração de energia limpa e renovável.





GOVERNADOR AMPLIA BENEFÍCIO E SIMPLIFICA **operações do setor sucroenergético**

Medida reduz custos de produtores de açúcar, álcool e energia e restaura o método de cálculo do valor adicionado dos municípios que possuem usinas credenciadas pela Fazenda



Governador assina decreto que amplia benefício e simplifica operações do setor sucroenergético (Foto: Edson Lopes Jr)

O governador Geraldo Alckmin alterou o regulamento do ICMS para simplificar, racionalizar e atualizar as normas tributárias do setor sucroenergético, desburocratizando as obrigações tributárias sem perder arrecadação nem o controle sobre as atividades desenvolvidas. O ato do governador beneficia municípios que detêm usinas e atividades que integram a cadeia produtiva do setor.

O decreto assinado pelo governador no início de fevereiro (dia 03), no Palácio dos Bandeirantes, simplifica o lançamento do imposto nas operações com o objetivo de reduzir custos e facilitar o cumprimento das obrigações acessórias dos contribuintes paulistas que atuam em todo o Estado de São Paulo.

> **Isso pode aumentar muito a produção de eletricidade no Estado de São Paulo por meio da bioeletricidade. Essa medida facilita e racionaliza a questão tributária e faz o diferimento de ICMS para insumos, não só para o bagaço e a palha da cana. A meta é aumentar muito a produção de eletricidade do Estado de São Paulo", explicou Alckmin.**

O secretário da Agricultura e Abastecimento, Arnaldo Jardim, ressaltou a importância dessas medidas. "Quero agradecer ao governador e à todo o setor, que tornou isso possível. O decreto, como explicou o nosso secretário da fazenda, do ponto de vista prático, cria a possibilidade de agilidade do uso de diferimentos, cria uma ampliação no conceito da cogeração e permitirá que além do uso do bagaço, possa ser utilizado outros materiais para produzir energia.", disse o secretário.

A medida estende o diferimento do ICMS, antes previsto apenas para a cana-de-açúcar, a todas as demais matérias primas como sorgo sacarino, milho, eucalipto, palha, cavaco e outros resíduos da colheita, além dos subprodutos resultantes do processo de industrialização para produção de açúcar, álcool e geração de energia limpa a partir de biomassa, como o melaço e o bagaço de cana.

O imposto das operações de transferência de combustível, lubrificante e insumos agrícolas, realizadas pelos estabelecimentos que centralizem a compra desses produtos, desde que exerçam exclusivamente atividade agropecuária, ficou também diferido de modo a concentrar o crédito do imposto unicamente nestes estabelecimentos centralizadores.

A medida firmada pelo governador Alckmin promove também a simplificação dos procedimentos tributários das empresas do setor, dispensando de emissão de documento fiscal em cada operação de fornecimento de combustível, lubrificante ou insumo agrícola para fornecedores, transportadores de matéria prima ou consumo próprio. As operações poderão ser reunidas em um único documento fiscal, lançado no último dia de cada mês.

Este benefício é extensivo também ao estabelecimento centralizador de compras de insumos das empresas agrícolas do setor.

A mudança no regulamento do ICMS restaura o método de cálculo do valor adicionado da produção de açúcar e álcool de usinas credenciadas pela Secretaria da Fazenda instaladas em municípios que integram a cadeia do setor sucroalcooleiro, com impactos positivos no indicador que determina a distribuição dos repasses do ICMS para as prefeituras.

A definição do aprimoramento da legislação elaborada pela Secretaria da Fazenda contou com a participação da União da Indústria de Cana-de-Açúcar (ÚNICA), entidade representativa do setor, e das empresas Copersucar, São Martinho, Raízen, Bunge, Biosev, Noble, Odebrecht, Guarani e Zilor.

Outras ações

A assinatura desse decreto é mais uma ação do Governo do Estado para promover o desenvolvimento do setor, que está entre os cinco mais importantes do agronegócio paulista. São Paulo é o maior produtor de cana-de-açúcar, açúcar e etanol do mundo.

Atento ao potencial positivo do biocombustível e à importância sócio econômica e ambiental do setor sucroenergético para São Paulo, o governador Geraldo Alckmin, em 2003, reduziu para 12% o ICMS do combustível na bomba, diretamente para o consumidor. Esta medida foi, e continua sendo, um grande incentivo, que tem emprestado competitividade ao etanol. São inegáveis os ganhos ambientais com o uso do etanol. A tecnologia flexfuel trouxe tranquilidade para os consumidores. Importantes ganhos poderiam ser contabilizados para o setor se a medida fosse adotada por outros Estados da federação.

O Estado de São Paulo possui uma das matrizes energéticas mais limpas do mundo, com 55% de participação de energias limpas. O governo paulista assumiu voluntariamente, em 2012, o compromisso de elevar esta porcentagem para 69% até 2020.

O etanol e a bioeletricidade terão papel fundamental no alcance desta meta. A cogeração de energia elétrica se configura como um potencial negócio para as usinas de açúcar e etanol, além de ser uma importante fonte de energia limpa e renovável para a matriz energética paulista e brasileira.

A Secretaria de Agricultura de Abastecimento do Estado de São Paulo tem trabalhado em sintonia fina com o setor privado. O Governo de São Paulo é referência em pesquisa e tecnologia, com o Centro de Cana do Instituto Agronômico (IAC), que fica em Ribeirão Preto. Em 20 anos, o Programa Cana, do IAC, desenvolveu 22 variedades de cana-de-açúcar.

Cerca de 23% das variedades lançadas em todo o país são do Governo do Estado de São Paulo. No ano passado, o governador Alckmin inaugurou a Biofábrica de mudas, com capacidade de produzir 4 milhões de mudas ao ano, e lançou o sistema inédito de MPB – Mudas Pré-Brotadas de Cana.

Diferimento - lançamento do imposto

- Imposto incidente nas saídas internas das matérias-primas de produção paulista e subprodutos: fica diferido para o momento em que ocorrer a entrada no estabelecimento que os receber.

- ICMS incidente na saída interna dos produtos resultantes da industrialização das matérias-primas e subprodutos, com destino à cooperativa: fica diferido para o momento em que a cooperativa promover sua saída.
- ICMS que incide na saída de bagaço e torta de filtro, palha, cavaco e outros resíduos da colheita das matérias-primas indicadas, com destino a empresa geradora de energia termoelétrica: fica diferido para o momento em que ocorrer a saída da energia elétrica para o Sistema Interligado Nacional.
- Na saída de energias elétrica e térmica, promovidas por empresa geradora de energia termoelétrica, com destino a estabelecimento fabricante de açúcar, álcool ou melaço, o lançamento fica diferido para o momento em que esta promover a saída de seus produtos.
- Imposto incidente na saída de insumos agropecuários*, realizada por estabelecimento centralizador de aquisição de insumos, com destino a estabelecimento do mesmo titular: fica diferido para o momento em que e ocorrer a saída dos produtos resultantes da utilização destas mercadorias.

*exceto beneficiados com a isenção no artigo 41 do Anexo I do Regulamento do ICMS.

Amido de milho

O governador Geraldo Alckmin também firmou o decreto que desonera insumos utilizados pela indústria alimentícia. A medida do governador altera a base de cálculo do ICMS para reduzir de 18% para 7% a carga tributária que incide nas saídas de amido de milho e derivados realizadas pelos fabricantes ou seus centros de distribuição.

"Essas medidas de redução de impostos, dentro do critério de responsabilidade fiscal, são para estimular o emprego e a renda no Estado de São Paulo", declarou o governador.
O benefício abrange uma série de insumos como amido de milho, glicose, xarope de glicose, amido modificado e dextrina de milho e colas fabricadas a base de amido. O decreto autoriza também o diferimento do ICMS das remessas de produtos do fabricante para seus centros de distribuição, mediante regime especial. Com esta mudança, o recolhimento do imposto devido passa a ocorrer somente no momento da saída das mercadorias.

Medida desburocratiza as obrigações tributárias sem perder arrecadação nem o controle sobre as atividades desenvolvidas (Foto: Edson Lopes Jr)



O trabalho já começou

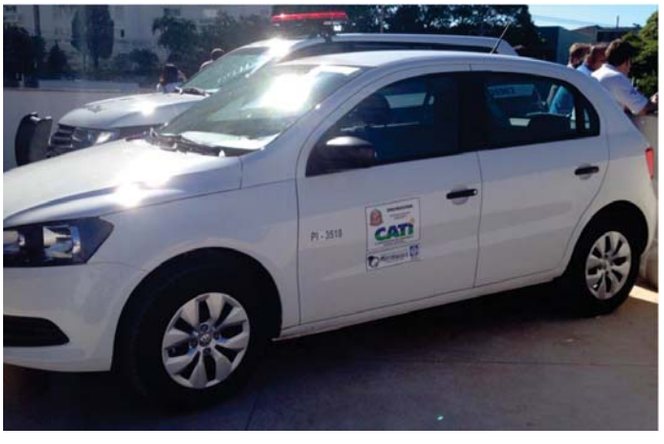
O Governo de São Paulo entregou, no dia 4 de fevereiro, em Uchôa, 25 novos veículos para as Casas da Agricultura das Regiões Administrativas de Franca, Ribeirão Preto, São José do Rio Preto, Araraquara e Barretos. Os carros serão usados pelos técnicos da Coordenadoria de Assistência Integral (CATI), órgão da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo.

"Os novos veículos são instrumentos importantes para melhorar o atendimento ao produtor rural. Nossos técnicos diminuem a distância entre o produtor e o conhecimento", afirmou o Secretário Arnaldo Jardim. A aquisição faz parte dos investimentos do Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável - Microbacias II – Acesso ao Mercado, um programa do Governo do Estado de São Paulo em parceria com o Banco Mundial. O objetivo é investir na infraestrutura para melhorar as condições de trabalho dos técnicos de extensão rural e ampliar o atendimento aos agricultores.

Entre 2012 e 2014, o Governo do Estado entregou 363 novos veículos, com investimento total de R$ 8,9 milhões. Para este ano está prevista a entrega de 72 carros para todas as regiões do estado – além dos 25 entregues hoje, outros quatro foram liberados no último sábado na região de Araçatuba.

No final de janeiro, também em evento com o Governador Geraldo Alckmin, foram entregues 4 novos veículos para as Casas da Agricultura de Coroados, Birigui, Nova Independência e Gastão Vidigal.





Microbacias II – Acesso ao Mercado

O Projeto Microbacias II – Acesso ao Mercado tem por objetivo a melhoria de renda dos produtores rurais e suas famílias e o desenvolvimento sustentável por meio do apoio às iniciativas de negócio voltadas ao setor.

Os beneficiados são associações e cooperativas formalmente constituídas no Estado de São Paulo e produtores rurais, membros dessas organizações, além de comunidades tradicionais indígenas e quilombolas.























SINDICATO DOS COMERCIÁRIOS
SÃO PAULO











SP

SP




SETOR SUCROENERGÉTICO PODE TER FÔLEGO EM 2015, **mas marco regulatório é imprescidível**

O setor sucroenergético avalia que a sinalização do governo em favor do etanol e a perspectiva de preços mais remuneradores para o açúcar no segundo semestre de 2015 devem apenas minimizar as dificuldades enfrentadas nos últimos anos.

A análise ainda é de que nada tira o foco da grande questão estrutural, que é a necessidade de um marco regulatório para o biocombustível. Ele estimularia novos investimentos em toda cadeia, desde a indústria de base até as próprias usinas, cujo endividamento apenas no Centro-Sul beira os R$ 70 bilhões.





Já para o sócio-diretor da consultoria Canaplan e presidente da Associação Brasileira do Agronegócio (Abag), Luiz Carlos Corrêa Carvalho, a crise é tão aguda que mesmo com um eventual aumento da competitividade do etanol nos primeiros meses de 2015 o setor só terá algum alívio na safra 2017/2018.

Cide

Entre os mecanismos mencionados por Carvalho está a volta da Contribuição de Intervenção sobre Domínio Econômico (Cide) na gasolina, zerada em 2012. "É uma taxa sobre o impacto ambiental da gasolina, e o governo precisa arrecadar", disse ao Broadcast. Ele espera a volta da Cide, na sua totalidade, para o primeiro semestre.

O diretor da Archer Consulting, Arnaldo Luiz Corrêa, no entanto, não vê o retorno do imposto de R$ 0,28 por litro tão cedo. "Com o preço do petróleo em queda, o governo tem menos premência de fazer isso agora, o que poderia pressionar a inflação", explicou.

Se pairam dúvidas sobre a Cide, há pelo menos uma certeza: o aumento da mistura de anidro na gasolina. Espera-se que o porcentual passe de 25% para 27,5% já no mês que vem e gere uma demanda adicional de 1,2 bilhão de litros, de acordo com cálculos da consultoria Datagro. Prevendo o incremento, a Unica estima que a produção de anidro deverá crescer 11,2% na próxima safra, para 11,9 bilhões de litros.

Com as medidas, o setor espera recuperar importante parcela de participação na matriz energética brasileira. Na safra 2008/2009, o biocombustível respondeu por 60,2% da demanda do chamado Ciclo Otto, que engloba hidratado e gasolina C. A partir de 2010, contudo, passou a cair e em 2014/2015 ficou em 46,8%.

Açúcar

Hoje com preços menos remuneradores que os do etanol, o açúcar deve mostrar recuperação apenas no final de 2015, com provável aperto nos estoques globais. Mas nada que aponte para uma mudança significativa do patamar de preços no médio prazo.

O mercado de açúcar demerara, negociado na Bolsa de Nova York, espera uma reversão apenas daqui a dois anos, quando as reservas - que serão consumidas ao longo do período - caiam para o equivalente a 29% da demanda mundial, de 180 milhões de toneladas, segundo estimativas da Biosev. Historicamente, quando essa relação, hoje em 46%, se aproxima de 30%, há valorização expressiva dos preços. Foi assim no final da década passada, quando as cotações pularam a 30 centavos de dólar por libra-peso com o porcentual entre 31% e 32%.

Até 2017/2018, as usinas comercializarão açúcar por valores próximos ou até abaixo do custo de produção. Hoje, o contrato mais líquido da commodity ronda os 15 centavos de dólar por libra-peso, mesmo valor gasto para produzir essa quantidade do produto, segundo a Archer Consulting. No momento da comercialização, contudo, o açúcar acaba sendo vendido com descontos que podem levar o preço para perto de 14 centavos de dólar por libra-peso.

Para a próxima safra, a Unica diz que até nove usinas não devem processar cana por conta das dificuldades financeiras e apenas uma nova unidade, em Santa Vitória (MG), deve ser inaugurada em 2015.

Fonte: Agência Estado/José Roberto Gomes e Gustavo Porto

LIDERANÇAS PLEITEIAM REVOGAÇÃO DE NORMA **nociva à produção da cana-de-açúcar**



Joaquim Augusto, Tomaz Pereira e Welson Gasparini

Em reunião no gabinete de trabalho de Joaquim Augusto S.S. Azevedo Souza (presidente da Associação e do Sindicato Rural de Ribeirão Preto) com Tomaz de Aquino Lima Pereira (presidente da Assovale – Associação Rural do Vale do Rio Pardo) o deputado Welson Gasparini (PSDB) foi alertado para uma situação que está dificultando o trabalho dos médios e pequenos produtores de cana: a vigência da NR 31, editada pelo MTPS (Ministério do Trabalho e Previdência Social) impedindo, no plantio da cana-de-açúcar, o uso de caminhões ou de carretas.

Foi solicitado ao deputado que interfira, inclusive junto ao secretário da Agricultura, Arnaldo Jardim e às lideranças maiores do setor (CNA, FAESP, SRB, OCESP etc), numa ação conjunta voltada para a revogação da referida norma. "Se esse quadro persistir, em breve teremos a extinção total dos pequenos e médios fornecedores de cana que terão, inevitavelmente, de partirem para outras culturas ou arrendarem suas propriedades para as usinas" afirmou o ruralista Tomaz.

Os argumentos de Aquino foram reforçados por Joaquim Augusto que lembrou o fato dos profissionais que trabalham na coleta dos sacos de lixo, depositando-os em caminhões, com maior risco, não sofram esse tipo de restrição.

> **"A prática do uso de caminhões e carretas é comprovadamente segura e não vejo porque deva ser interrompida. É preciso extrema cautela e muita consciência por parte dos editores desses NRs para que não travem as atividades do campo ocasionando graves e severas consequências sociais e econômicas" relatou Joaquim.**

Gasparini sensibilizou-se com o pleito a ele apresentado e se comprometeu para atendê-los.

> **"No que depender de mim vocês podem contar, pois, na condição de coordenador da Frente Parlamentar de Defesa do Setor Sucroenergético, aprendi a valorizar ainda mais o esforço do trabalhador e do produtor que dependem da cana-de-açúcar para sobreviverem" garantiu Welson.**



EDINHO ARAÚJO RECEBE CARGO DE **ministro chefe da SEP**

"Espero ser um gestor global, um arquiteto da capacitação dos Portos para o mundo de amanhã"



Edinho discursa e fala em preparar postos para o Brasil do futuro

Nomeado pela presidente Dilma Rousseff como novo ministro chefe da Secretaria de Portos da Presidência da República (SEP), o deputado federal Edinho Araújo (PMDB-SP) recebeu o cargo no dia 2 de janeiro, do ministro César Borges, com quem já vinha discutindo a transição. O ato solene foi às 10h, em Brasília, na presença de convidados, como o líder do PMDB Eduardo Cunha, o ministro da Aviação Civil Eliseu Padilha, de deputados, empresários e funcionários da pasta. Edinho estava acompanhado da esposa Maria Elza.

Na cerimônia, Cesar Borges despediu-se do cargo destacando a "capacidade e experiência" do novo ministro. Em discurso, Edinho Araújo deu o tom do que pretende fazer no comando dessa pasta, considerada estratégica para tornar o Brasil mais competitivo e movimentar a economia. "Espero ser à frente do Ministério de Portos um gestor global, um arquiteto da capacitação dos portos para o mundo de amanhã. Não estarei limitado ao resultado para o Brasil dos próximos quatro anos, mas com o olhar voltado para o futuro desta nossa grande Nação", afirmou o ministro.

Edinho Araújo estabeleceu como prioridade solucionar os arrendamentos de áreas portuárias junto ao Tribunal de Contas da União e as pendências que emperram a nova Lei dos Portos, aprovada pela Câmara Federal e sancionada pela presidente Dilma Rousseff em 2013. O ministro também defendeu a busca pela competividade e uma "sinergia entre os modais de transportes rodoviário, ferroviário, hidroviário, portuário e aeroportuário".

O novo ministro destacou a atividade portuária como grande importância para o desenvolvimento do país. "O Brasil tem pressa e sabemos que a atividade portuária é fator crucial no avanço para o desenvolvimento. Estou aqui, caríssimo ministro César Borges, para continuar o seu trabalho que foi intenso, como tem sido toda a sua vida pública. Espero honrar a confiança da presidenta da República, Dilma Rousseff, do vice-presidente da República, Michel Temer, do líder Eduardo Cunha, que aqui representa a Bancada do PMDB na Câmara".

Edinho ainda ressaltou os novos obstáculos que enfrentará com o novo cargo de ministro de Estado Chefe da Secretaria de Portos da Presidência República.

> **"Ao assumir o cargo, quero dizer que sei dos desafios que me esperam. Trata-se de uma pasta estratégica, setor vital para impulsionar a atividade produtiva e facilitar as exportações.**

Vencer a burocracia, baixar preços e destravar onde for preciso os portos brasileiros são as necessidades que se impõem. Quanto mais eficientes e competitivos formos nessa área, menor será o custo Brasil. Há, também, gargalos importantes no acesso aos principais portos do Brasil. Não é possível disputar espaço no mercado internacional se não tivermos a capacidade de escoar os produtos dentro de prazos e custos razoáveis".

Ministro César Borges discursa ao transmitir cargo a Edinho Araújo



Araújo também afirmou compromisso com algumas soluções imediatas que o setor necessita colocar em prática. "Há demandas imediatas e urgentes a resolver, como colocar em prática a Lei Geral dos Portos (aprovada na Câmara por nós e sancionada pela presidenta Dilma Rousseff) e o Programa de Arrendamentos portuários, ambas sob exame do Tribunal de Contas da União (TCU).É importante dizer que a expansão e a modernização da infraestrutura dos portos brasileiros dependem de investimentos diretos da União e de parcerias estratégicas com o setor privado, além de uma sinergia entre os modais de transportes rodoviário, ferroviário, hidroviário, portuário e aeroportuário".

Para finalizar, Edinho firmou compromisso com o cargo e que fará de tudo para melhorar a situação dos portos brasileiros. "Espero ser à frente do Ministério de Portos um gestor global, um arquiteto da capacitação dos portos para o mundo de amanhã.

"Não estarei limitado ao resultado para o Brasil dos próximos quatro anos, mas com o olhar voltado para o futuro desta nossa grande Nação. Deus não nos faltará. Muito obrigado".

O novo ministro da SEP, Edinho Araújo, assina o termo de posse



Fotos de: Janaína Valadares SEP/PR



GOVERNO APOIA PLANO DE MINISTRO **para escoar safra**

O destaque do plano é a automatização do sistema de agendamento e controle do fluxo de caminhões que descarregam no Porto de Santos, conhecido como PORTOLOG



“O governo de São Paulo irá apoiar integralmente o plano de escoamento da safra agrícola pelo Porto de Santos. Essa interação entre órgãos federais e estaduais será a base para o sucesso da operação”. A frase é do governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, ao receber em audiência o ministro da Secretaria dos Portos, Edinho Araújo, no dia 21 de janeiro, no Palácio dos Bandeirantes.

O ministro levou ao governador detalhes sobre o plano conjunto com os ministérios da Agricultura e Transportes para evitar filas de caminhões que transportam granéis nas proximidades do Porto e congestionamentos nas principais vias das cidades da Baixada Santista.

Segundo Edinho Araújo, o plano estimula o agendamento prévio de dia e horário de descarregamento dos caminhões que levam grãos e farelo de soja ao porto de Santos.

Para ele, o apoio do governo de São Paulo, por meio da Secretaria dos Transportes e da Polícia Rodoviária, auxiliando n fiscalização e apoio aos caminhoneiros em casos de avaria em veículos, será essencial para o sucesso do escoamento de safra agrícola, cujo pico vai de abril a maio.

“Na safra passada, o agendamento evitou um caos nas áreas portuárias e nos acessos. Este ano, estamos aprimorando o programa, com a disponibilização de mais um pátio para estacionamento temporário de 650 caminhões na Baixada, para que eles aguardam a hora certa de chegar ao Porto, sem comprometer o tráfego local”, explicou o ministro.

O destaque é para a automatização do sistema de agendamento e controle do fluxo de caminhões que descarregam no Porto de Santos, conhecido como PORTOLOG. O controle de acesso do veículo ao Porto será feito a partir de fevereiro, experimentalmente, por meio de câmeras, que filmam as placas e enviam a imagem uma central de controle. Até a safra passada, este processo era feito manualmente.

Também foi anunciada a ampliação da capacidade dos pátios de estacionamento, que regulam o fluxo e o horário de descarregamento dos veículos que transportam grãos e farelo de soja, e a criação de uma sala de acompanhamento do processo no Porto de Santos, que trabalhará em sintonia com as autoridades de Brasília.

Os veículos que desobedecerem ao agendamento estão sujeitos a multas

“O Porto de Santos é a principal porta de saída dos grãos brasileiros, respondendo por 18% da exportação nacional de soja. O escoamento tem de ser monitorado o ano todo para melhorar o trânsito nas cidades da Baixada e diminuir despesas no Porto, na medida em que caminhões e navios se livram do custo da hora parada”, disse o ministro Edinho. Ele lembrou que na safra passada (2014) os terminais portuários economizaram o equivalente a 7%, apenas com o sincronismo das operações.

ADESÃO

O ministro disse acreditar na adesão maciça do setor privado ao Plano de Escoamento da Safra. “No ano passado, tivemos uma adesão progressiva, que começou com 42% em fevereiro e terminou o ano com 95% de agendamentos prévios em dezembro, organizando o fluxo e evitando filas e transtornos nas proximidades do Porto”, lembrou o ministro.

O Plano também contempla outras medidas de escoamento da produção nos chamados portos do Arco Norte, em Estados da região Norte do Brasil.

Os ministros dos Portos, Agricultura e Transportes anunciaram para este ano um trabalho conjunto, visando a dar uma agilidade ainda maior às exportações de grãos, com conclusão de trechos rodoviários, ferroviários e hidroviários estratégicos para baratear o transporte e ganhar tempo na viagem entre as regiões produtoras e os portos.

“A imagem da placa do veículo é enviada a uma central que a processa, fazendo um raio-x do movimento de caminhões no porto e indicando se o agendamento prévio foi, ou não, cumprido”.











As melhores máquinas para sua obra!

ADS TERRAPLANAGEM

17 9 9613-9608

TERRAPLANAGEM - LOCAÇÕES - DEMOLIÇÕES - DRENAGENS - CONSTRUÇÕES DE REPRESAS - CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS - TRANSPORTE DE MÁQUINAS

www.adstransportadora.com.br



Por Dani Moisés



FLORAIS X moda country

O ano de 2015 chegou e ele vem todo marcado pelas cores e estampas. Dando charme para a mulher, o estilo de estampas florais vem com tudo e elas ficam quase que o ano inteiro. Eu adooooooooooro, acho super moderno e deixam as mulheres tão sensuais e tão menininhas. Mas, para isso, vamos combinar né?

Fica tão, mas tão fofo florais com uma bota não é? Só tenham cuidado quando forem combinar com peças florais, então vamos a umas dicas bem basiquinhas:

Quando forem usar uma peça floral, escolha a outra peça com uma cor só, assim não fica aquela poluição visual e ajuda dar um contraste nas cores.

Agora, imaginem só que lindo; uma saia floral + um camisete branco + uma bota de cano alto? Fica um arraso! Então abuse!

Dica:

Use as botas combinando-as com vestidos florais, se preferir coloque um coletinho jeans. Use saia com babado, regata e a bota, fica romântico e fashion ao mesmo tempo, shorts jeans e batas também combinam.











CERTIFICAÇÃO DE ALIMENTOS E O **comportamento dos consumidores**

O livro "Agronegócio Brasileiro: panorama e perspectivas para o mercado de alimentos certificados", escrito por Andréa Cristina Dörr, Marivane Vestena Rossato e Aline Zulian em 2012, objetiva reunir informações a respeito da certificação de alimentos, bem como sobre o comportamento dos consumidores em relação aos alimentos certificados e orgânicos.

A edição traz uma abordagem que seja ao mesmo tempo ampla e específica sobre o tema de alimentos certificados, com também satisfazer os anseios dos leitores em relação a este assunto, servindo de base para a busca de mais conhecimento na área.

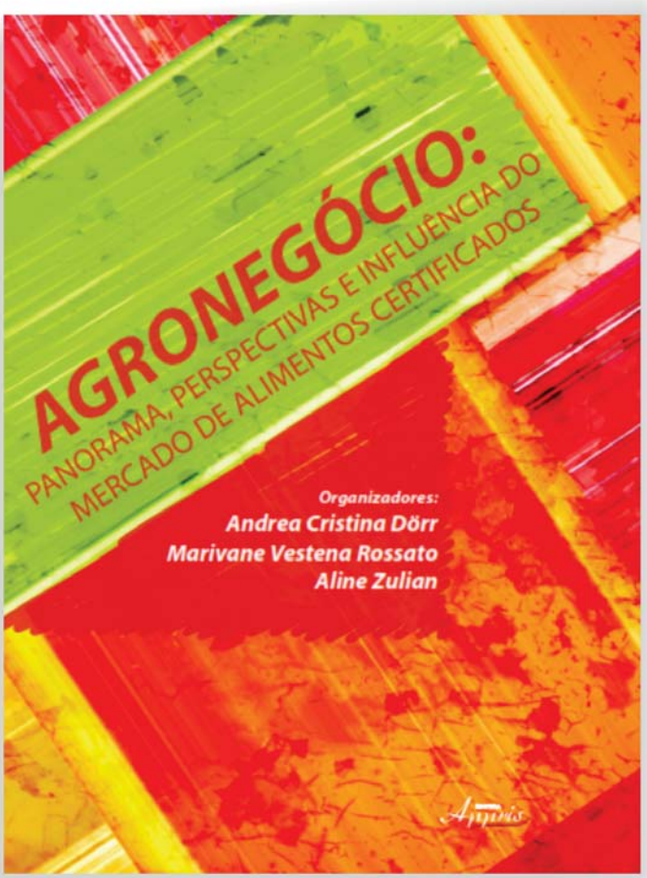
O livro é vendido online em diversos sites de editoras como Saraiva, Appris, Livraria Cultura, Cia dos Livros, entre outros.

As autoras: Andréa Cristina Dörr é Dra. em Economia pela Leibniz Universität Hannover, professora Adj. do Depart. de Ciências Econômicas e Coordenadora do Grupo de Pesquisas em Agronegócios; Marivane Vestena Rossato é Dra. em Economia pela Universidade Federal de Viçosa e professora Adj. do Depart. de Ciências Contábeis; e Aline Zulian é acadêmica de Ciências Econômicas.









DESCASO E maldição

Por Adilson Silveira / Morro da Garça-MG

Era um vaqueiro dos bons, o patrão sempre falava, era pau pra toda obra, sempre alguém lhe exaltava. Criado na lida do gado, herança de seu pai e avô, crescidos na mesma fazenda, coisas que no passado ficou.

Ali satisfeito vivia, cuidando dos filhos seus, em tudo o patrão acudia, só nunca matou a mando seu. Mas era vinte e quatro horas agarrado, homem de confiança do patrão, até seus filhos pouco estudo tiveram, para não arredar o pé do chão. Viraram família de lavoura e pecuária, muitas riquezas produziu, mas como homem fica velho, o camarada um dia velho se viu.

O patrão lhe encarcava o serviço, como se suas forças nunca tivessem fim, queria que o velho trabalhasse, fosse como fosse, vida de empregado é assim.

Certo dia tocando boiada, pelo caminho o velho caiu, sentiu suas forças faltarem, o coração não resistiu, foi um adeus em grande estilo, a boiada parou e mugiu, despedindo-se do velho vaqueiro, que no seu último suspiro, fechou os olhos e sorriu.

Buscaram seu corpo num carroção, que a todos espantou pelo caminho, pois o carro carregava apenas seu corpo magro, era leve, mas mesmo assim o cocão cantou. Cantou por todo o caminho, sua música o vento levou, por todas as redondezas, esta toada, seu testemunho deixou.

No clamor da despedida houve revolta e decepção, todos ficaram chocados, com a decisão do patrão, "enterrem este velho nesta cocheira, tá bom demais, não vamos gastar com caixão".

Contam que dentro da cocheira, havia uma proa de estrume de gado, quando alguém tentou limpar, o patrão falou debochado, "limpa não, deixa esta bosta aí, vai servir de travesseiro, para conforto do coitado".

Assim o cortejo seguiu, numa cova o velho foi morar, a fazenda deveria continuar produzindo, mas, não foi isto que ouvi contar.

Pouco a pouco a tristeza tomou conta, daquela fazenda grã-fina, gado que ali ficava, logo comida virava, de ave de rapina. Parece que do descaso do patrão, uma praga ali se alojou, não adiantava oração fazer, gado ali, nunca mais prosperou. Morreram um a um na fazenda, parece que podia contar, todo dia um animal morria, foi assim até tudo se acabar.

A fazenda ficou falada, de desgosto o patrão faleceu, mas levou consigo a maldição que seu deboche causou, voltando a produzir novamente, com um herdeiro que ali se instalou. Disto tudo ficou a lição, pra nunca mais se esquecer, não desmereça quem trabalha, pois podes a Deus ofender, suor alheio é coisa sagrada, não despreze, pois Deus a tudo vê. (obra de ficção, qualquer semelhança com fatos da vida real é mera coincidência).



SENAR CAPACITA PRODUTORES ATRAVÉS **do ‘Negócio Certo Rural’**

No curso Negócio Certo Rural, o produtor adquire uma nova visão de mercado e começa a colocar na balança tudo o que conta para um empreendimento vitorioso

Gabriel Petelinkar: Maio 2014 - Negócio Certo Rural



Grande ou pequena, com milhares de alqueires ou pouco mais de um hectare, toda propriedade rural pode render e produzir muito mais com planejamento e boa administração. Esse é o foco do curso Negócio Certo Rural, oferecido no portal de ensino à distância do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR). E as experiências positivas dos alunos comprovam: a gestão eficiente é mesmo meio caminho andado para o sucesso.

A iniciativa pioneira do SENAR vem buscando melhorar a gestão dos negócios no meio rural, por meio da capacitação de produtores em larga escala. Por ser à distância e gratuito, o curso é acessível até mesmo a quem vive nas regiões mais isoladas do país, atraindo um público crescente e variado. Homens e mulheres, jovens e bem vividos, com formação básica ou pós-graduados, do Oiapoque ao Chuí, uma gente ávida por formação na área do agronegócio, acumulando histórias de sucesso nascidas durante as aulas.

Foi assim que, incentivado a analisar e repensar o seu negócio pra torná-lo mais lucrativo, o produtor Hermínio Cândido decidiu iniciar em seu sítio, no município paulista de Penápolis, uma criação de frango colonial. Aprendeu como fazer um plano de negócio e deu a largada para o novo empreendimento.

“É um curso de alta qualidade profissional e muito prático. Dá pra aplicar tudo o que é ensinado e, com certeza, fazer sua produção crescer e render mais”.

Novas ideias, planejamento, sucesso garantido

Boas ideias não bastam para levar um negócio adiante. No curso Negócio Certo Rural, o produtor adquire uma nova visão de mercado e começa a colocar na balança tudo o que conta para um empreendimento vitorioso. Aprende a identificar novas oportunidades, a criar projetos e, o mais importante, colocá-los em prática. Enquanto assimila a teoria, ele já vai partindo para a concretização do projeto, desenvolvendo, ainda durante o curso, o plano de negócio, com o levantamento de todos os recursos fundamentais para sua viabilização.
Seu Hermínio, por exemplo, não se aventurou no negócio do frango colonial sem antes colocar tudo no papel. Por ter uma carne menos gordurosa, a ave conquista um número cada vez maior de consumidores preocupados em manter a boa forma e a saúde. Um nicho de mercado promissor e um negócio especialmente interessante para o pequeno produtor. A viabilidade econômica, entretanto, depende não apenas de se ter os conhecimentos adequados de avicultura, mas também de planejamento, estudo de mercado, investimento em infraestrutura, cuidados sanitários, estar atento à legislação, entre outras coisas. Toda essa soma de fatores, que garantem a qualidade e competitividade do produto, seu Hermínio precisou considerar.

Calculando o capital inicial indispensável, o preço de venda do produto, a rentabilidade, o prazo de retorno, encargos sociais, impostos e tudo o mais que deve constar de um bom planejamento, seu Hermínio partiu primeiro para um voo mais baixo, mas seguro. Atualmente já conta com um plantel significativo e a sustentabilidade do projeto está garantida. E ele também aplica o que aprendeu no curso do SENAR na Escola Técnica João Jorge, onde atua como auxiliar de docência.

“Complemento os ensinamentos dos professores, orientando os alunos na hora de colocar a teoria em prática. Em apenas dois meses, a gente adquire muito conhecimento, por isso eu sempre recomendo o curso Negócio Certo Rural até mesmo para os professores da escola.”

Os interessados podem se inscrever no portal da EaD SENAR. O endereço eletrônico é: http://ead.senar.org.br/cursos/negocio-certo-rural-%E2%80%93-internet . O único requisito exigido é ter mais de 16 anos de idade. O tutor Leonardo Cabral explica que a linguagem é simples e os alunos sempre contam com seu apoio e também de um monitor para ajudar a resolver qualquer dificuldade. “Nosso ambiente possui ferramentas que facilitam o uso pelos alunos. Além disso, eles têm toda a flexibilidade no ritmo do estudo. Cada um mantém seu próprio ritmo e ainda pode estudar na hora e no lugar que melhor lhe convém”.

SINDICATO RURAL DE RIOLÂNDIA promove cursos de capacitação

Apenas no mês de janeiro, o Sindicato Rural de Riolândia ofereceu mais de cinco cursos de capacitação para seus associados e para a população da cidade do interior de São Paulo.

Os coordenadores do Senar, Celso Heli Moreira e Dalva Borges Siqueira Moreira, e o assessor jurídico do sindicato rural de Riolândia foram responsáveis pela organização dos ensinamentos, realizados na sede do sindicato, como: curso de Processamento Artesanal de Produtos de Higiene e Limpeza, nos dias 02 e 03; curso de Aplicação de Agrotóxicos com Pulverizador Costal Manual, entre 26 e 28 de janeiro; Processamento Artesanal de Olerícolas nos dias 24 e 25; de Processamento Artesanal de Leite, entre 21 e 14; curso de Sangria em Seringueira, entre 19 e 21; e curso de Processamento Artesanal de Milho entre 19 e 20 do mês.













Curso de Agrotóxico



Curso de Leite



Curso de Higiene e Limpeza



Curso de Milho



Curso de Sangria de Seringueira



Curso de Olericolas

NOVA TECNOLOGIA ANTIFALSIFICAÇÃO **trará segurança ao agricultor**

Novo dispositivo antifalsificação deve oferecer uma forma simples e rápida de identificar a autenticidade dos produtos



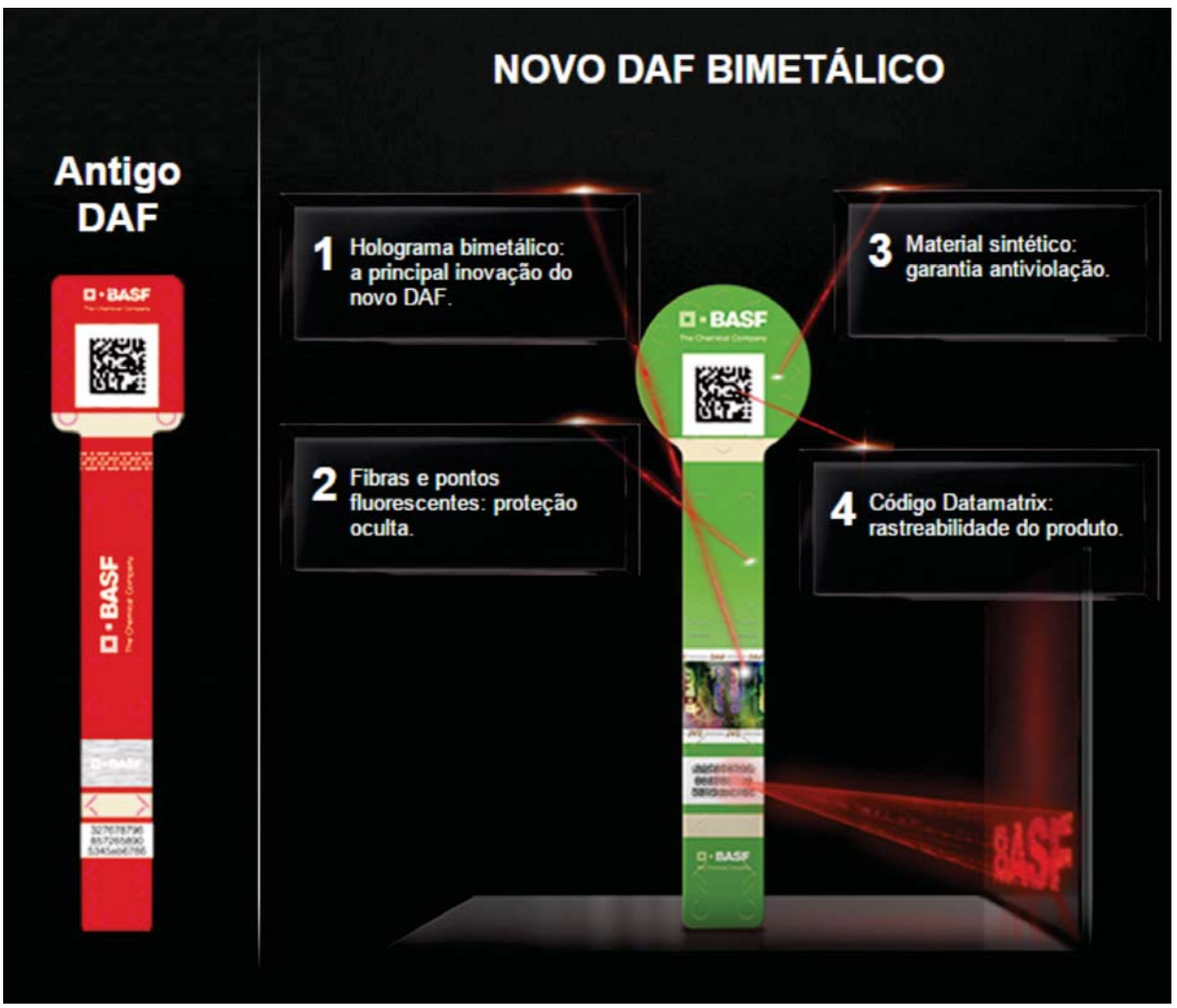
A BASF lançou em janeiro de 2015 o novo Dispositivo Antifalsificação (DAF) para sua linha de defensivos agrícolas. Com a função de facilitar a identificação da originalidade dos seus produtos por meio de elementos de segurança, o novo DAF apresenta agora um holograma bimetálico que utiliza alumínio e cobre em sua produção. Com o novo DAF será possível enxergar estrelas e espirais com efeitos 2D e 3D em cores que variam de acordo com o ângulo de visão.

Além disso, a utilização de um laserpoint permite o aparecimento da palavra BASF de forma sombreada em uma superfície plana. "Você deverá encontrar o melhor ângulo de projeção variando a direção do laser e do holograma para uma visualização mais efetiva. Quanto menor a luminosidade do ambiente e quanto maior a intensidade do laserpoint, mais nítida será a projeção afirma Redson Vieira, gerente de Relações Governamentais e Sustentabilidade da Unidade de Proteção de Cultivos da BASF.

O projeto, iniciado em 2012, visa proporcionar mais segurança para os consumidores e garantir a autenticação da qualidade. Sua aplicação está sendo em princípio nos fungicidas **Opera®**, **Opera® Ultra**, **OrkestraTM SC** e nos inseticidas **Standak®**, **Standak® Top**, **Regent® 800WG**, **Regent® Duo** e **Tuit®Florestal**.

Toda esta tecnologia – desenvolvida para o mercado brasileiro – é resultado de um grande esforço conjunto entre diversas áreas da companhia e também parceiros externos. O projeto é pioneiro no segmento de agroquímicos:

"Somos a primeira empresa brasileira do setor a oferecer esta tecnologia a nossos clientes. Nosso objetivo é oferecer uma forma simples e rápida de identificar a autenticidade dos produtos, proporcionando mais tranquilidade e segurança aos agricultores no momento da compra", finaliza Vieira.



5º ENCONTRO TÉCNICO DE SOJA APRESENTA **novas tecnologias aos produtores rurais**

O evento aconteceu em Guaíra-SP e recebeu mais de 500 visitantes entre produtores e empresários do município e região



Na foto estão Natal Pereira, José Eduardo Coscrato Lellis, Francisco Muraishi, Renato Massaro e Jeronimo Camilo

Tendo a missão de sempre manter os produtores rurais informados, o Sindicato Rural de Guaíra, interior de São Paulo, realizou o 5º Encontro Técnico de Soja, na última sexta-feira (06), na fazenda Matinha do Francisco Muraishi, com o apoio da Federação da Agricultura do Estado de São Paulo (FAESP), SENAR, prefeitura municipal e Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI).

O sindicato promoveu o evento com o objetivo de apresentar as novas biotecnologias para a agricultura, como os transgênicos através dos estandes de diversas empresas. Neste ano, foram expostas 21 cultivares de soja INTACTA e 15 cultivares de soja RR, adaptadas para a região. Segundo o engenheiro agrônomo do sindicato, Renato Massaro Sobrinho, "Para alcançar resultados de produtividade desejados com a tecnologia é preciso integrar ações de manejo com plantas daninhas e manejo integrado de pragas, seguindo as recomendações oficiais de refúgio".

Renato se surpreendeu com o número do público vindo de diversas cidades. "Foi um encontro muito positivo. Fui surpreendido com os participantes da região e eles também ficaram surpresos com a qualidade dos materiais e cultivares apresentados", disse o engenheiro, que também se mostrou satisfeito com o desenvolvimento dos cultivares mesmo com essa seca que a região enfrenta.

O presidente do sindicato rural de Guaíra, José Eduardo Coscrato Lellis, ressaltou a quantidade de visitantes para o encontro deste ano, sendo mais de 500 participantes entre produtores, empresários e visitantes do município e região.





Gostaria de agradecer a presença de todos neste evento. O Sindicato tem o intuito de contribuir com a expansão gradativa dos negócios do produtor rural com as melhores opções de manejo e exposição das novidades do campo" afirmou José Eduardo.



Vários pontos foram discutidos com os agricultores, entre eles o PRA sancionado no Estado de São Paulo, alguns convênios e a criação de uma sala no sindicato da cidade para tratar sobre o seguro rural.

Durante o Encontro, José Eduardo também avisou aos agricultores que o Sindicato já está recebendo o Cadastro Ambiental Rural (CAR).

> **“Nós já estamos recebendo os interessados em fazer o cadastro, através do Geraldino, que está disposto a tirar todas as dúvidas e fazer todos os procedimentos.”**

Após a feira de exposição, todos os convidados puderam apreciar um bom jantar ao som de uma banda de Franca.













Foram mais de 14 empresas, que divulgaram os novos produtos e tecnologias e ofertaram novas informações técnicas, apresentando as novidades para o setor. Entre elas estavam: Syngenta, Mauá Sementes, Fundação Pró-sementes, Copercana, Massey Ferguson, KWS, Coopercitrus, Brasmax, Brejeiro, Pioneer, Agroeste, Coodetec, Nidera Sementes, Coopadap, Elitt, Laboratório Farroupilha, Bayer CropScience e Yara.


















FUNDAÇÃO
PRÓ-SEMENTES








Cope


DUPONT
PIONEER


www.sementesmaua.com.br


Sementes
de soja Syngenta.
Desenvolvidas
para a sua região.













“Para alcançar resultados de produtividade desejados com a tecnologia é preciso integrar ações de manejo com plantas daninhas e manejo integrado de pragas, seguindo as recomendações oficiais de refúgio”.

SOLO BEM NUTRIDO GERA MAIS LUCRO **ao produtor**

Foto: Acervo do pesquisador Antônio Marcos/Embrapa
Por: Embrapa Milho e Sorgo



O sistema de produção integração Lavoura-Pecuária (iLP) visa integrar os componentes pecuário e agrícola (em rotação, consórcio e sucessão) na mesma área, em um mesmo ano agrícola ou por vários anos. Um dos objetivos do iLP é buscar soluções eficazes para o setor produtivo. A recuperação de pastagens degradadas é uma das recomendações essenciais para que o produtor mantenha uma boa produtividade sem precisar expandir a área plantada.

O pesquisador da Embrapa Milho e Sorgo (Sete Lagoas/MG), Antônio Marcos Coelho, esclarece que na maioria das regiões produtivas do Brasil predomina o solo com baixa fertilidade natural e com alta acidez. Em consequência, ocorre a necessidade de importação de fertilizantes. Para a safra de 2011/2012 foi necessário importar 70% dos insumos, o que representou um gasto de nove bilhões de dólares. "Esse percentual tem crescido a uma taxa de 4% ao ano no Brasil. Por isso, para reverter essa situação, é necessário construir a fertilidade dos solos, usando tecnologias mais eficientes, que permitam reduzir o uso de fertilizantes", afirma.

O manejo da fertilidade do solo começa com uma boa amostragem para análise química e física de fertilidade. O diagnóstico da análise permitirá fazer um planejamento da adubação, considerando as culturas que vão compor os sistemas de produção, a exemplo do milho consorciado com a brachiaria.

“Temos que observar também as exigências nutricionais das culturas e compor o solo com os nutrientes necessários para a cultura mais exigente. Isso nos dá como retorno maior sustentabilidade do sistema e ganhos econômicos", coloca Antônio Marcos.

O calcário e o gesso agrícola são dois insumos utilizados para corrigir o solo. Assim como para fazer a calagem, o resultado da análise de solo permitirá mensurar, também, a necessidade ou não de aplicação de gesso. A quantidade de gesso é determinada após a verificação do grau de acidez na camada subsuperficial do solo, abaixo dos 20 cm de profundidade. "Se essa camada apresentar grau de acidez que prejudique a planta, bem como baixo teor de cálcio, é justificado o uso do gesso agrícola. O gesso proporcionará uma melhoria da fertilidade do solo e maior desenvolvimento do sistema radicular da planta. Consequentemente, haverá maior tolerância da cultura aos períodos de déficit hídrico", orienta Antônio Marcos.

O representante da Agronelli – Insumos Agrícolas, João Donizette do Amaral Júnior, ressalta que o gesso agrícola é um fertilizante condicionador de solos, porque é uma fonte eficiente de cálcio e enxofre, promove maior desenvolvimento radicular em profundidade e permite a redução da saturação por alumínio.

“O gesso agrícola aumenta a eficiência agronômica no aproveitamento dos fertilizantes e promove maior resistência da planta à seca e maior acesso ao volume de água e nutrientes disponíveis no solo", diz.

Ao fazer o planejamento da adubação para o cultivo de gramíneas o produtor deve observar, na análise laboratorial, todos os micronutrientes necessários para o solo e dar especial atenção aos elementos zinco e boro, que são limitantes para a produtividade do solo. Antônio Marcos alerta para a necessidade de se fazer a adubação nitrogenada de cobertura, principalmente para o cultivo de gramíneas como o milho e a brachiaria para pastagem. Para isso, o produtor precisa observar o resultado da análise química do solo e determinar qual potencial produtivo deseja alcançar na safra. "As exigências nutricionais das culturas em relação aos componentes nitrogênio, fósforo e potássio (NPK) também devem ser avaliadas" afirma.

Cama de frango é uma alternativa de adubo orgânico

A cama de frango é um adubo orgânico que pode ser utilizado para a preparação do solo nos sistemas de iLP. É uma compostagem eficiente para eliminar agentes patogênicos, evitar a infestação de moscas e a proliferação de pragas de solo como cupins e larvas de besouros.

O gerente da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (Emater-MG), Walfrido Machado Albernaz, informa que a região de Sete Lagoas (MG) tem a maior produção desse fertilizante natural no Estado. "A adubação com a cama-de-frango permanece por mais de um ano. Porém, antes de aplicar esse recurso, o produtor deve fazer a análise de solo e do composto para a adubação, de acordo com a exigência nutricional da cultura a ser semeada, para, se necessário complementar com adubo químico", diz.

De acordo com a Emater, a análise do fertilizante orgânico, que neste caso é a cama de frango, é necessária para determinar a quantidade de nitrogênio, fósforo e potássio que o fertilizante possui. Além de nitrogênio, potássio e fósforo, enxofre, zinco, cálcio, magnésio, ferro, cobre e outros micronutrientes, a cama de frango também possui matéria orgânica. A matéria orgânica melhora a capacidade de armazenamento de água, facilita o crescimento das raízes das plantas e retém água e nutrientes no solo.

"Para ser mais viável como fertilizante, a cama de frango deverá ser compostada usando-se aditivos biológicos e químicos, como fosfato, gesso, etc. Além disso, a mistura da cama de frango com o esterco bovino pode favorecer a compostagem, pois melhora a relação carbono-nitrogênio", afirma Albernaz.

Walfrido considera que são necessários mais investimentos em pesquisa para o desenvolvimento de melhorias contínuas no processo de compostagem, na distribuição e na transferência da tecnologia para os produtores. Ele destaca também a necessidade de haver maior fiscalização do uso irregular da cama de frango para incentivar sua melhor utilização como fertilizante.

Pastejo de animais favorece a recuperação do solo

A pastagem realizada em área degradada faz o rebanho bovino produzir mais gás metano e ocasiona o aumento da emissão de gases de efeito estufa, além de prejudicar o desenvolvimento dos animais. "No sistema integração Lavoura-Pecuária recomenda-se ao produtor fazer a rotação das culturas e dos pastos, para beneficiar os dois sistemas. O manejo adequado propicia ganho de peso para os animais nos períodos de seca e equilíbrio na época de chuva", orienta o médico veterinário da UFMG, Fabiano Alvim.

Outro benefício de pastagens intensificadas é evitar a desertificação do solo. "Muitas áreas desertas decorrem da ausência de herbívoros. O pastejo com animais pode reverter a situação. Além disso, para o pecuarista, uma área bem tratada, proporciona maior produção de leite ou de carne, com menos animais", afirma Leovegildo Lopes de Matos, pesquisador da Embrapa Gado de Leite (Juiz de Fora). "O solo é o principal recurso do produtor, de onde ele deve tirar o recurso (forragem e grãos) para alimentar melhor o rebanho. O gado bem alimentado tem mais saúde e gera mais lucro", afirma Matos.

Garantia de safra

O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) é uma das instituições financeiras que incentivam os produtores que adotam os sistemas de integração Lavoura-Pecuária-Floresta (iLPF), por meio do "Projeto Rural Sustentável". De acordo com o gerente, Tiago Araújo Mendes, o projeto busca levar tecnologias para serem implementadas no campo, a fim de evitar perdas de safras e apoiar o produtor com financiamentos e capacitação técnica e gerencial.





365 dias
conquistando
paladares

Churrascaria

Recanto Gaúcho

Melhor rodízio de carnes de Guaíra

Já pensou em se deliciar com mais de 30 opções de saladas, massas e as melhores carnes nobres?
A Churrascaria Recanto Gaúcho é a mais antiga churrascaria de Guaíra. Quem visita volta, o ano todo!

17 3331-2316
Rua 8 nº 1595
entrada da cidade
Guaíra SP

PRODUTORES ESTÃO PREOCUPADOS COM A **falta de segurança no campo**

O Sindicato Rural de Guaíra realizou reunião com autoridades e agricultores para discutir o problema



Roubos têm se tornado cada vez mais frequentes na zona rural do país. A calmaria que antes existia agora é dor de cabeça aos fazendeiros que, a cada dia que passa, sofrem mais prejuízos com roubos de equipamentos, maquinário e produção. O principal alvo dos bandidos são os pivôs, já que os mesmos possuem fiações de cobre que são vendidas e ficam localizados longe das matrizes.

Para tentar minimizar o problema na região de Guaíra, interior de São Paulo, o Sindicato Rural da cidade realizou no mês de janeiro uma reunião com autoridades e agricultores para discutir medidas de segurança para a zona rural. O assunto foi abordado depois que os roubos no campo tornaram-se mais frequentes na região.

Participaram do encontro o Presidente do Sindicato de Guaíra José Eduardo Coscrato Lelis, o prefeito Sérgio de Mello, o vereador José Natal Pereira, o atual coordenador de agricultura do município José Carlos Junqueira, além de agricultores guairenses e o Capitão PM Comandante André Luiz Hannickel. Também foram convidados a participar os delegados Evandro Abraão Nacle, e Dr. Rafael Faria Domingos, que justificaram a ausência.

“Precisamos ter a concepção do nosso papel para atuar constantemente na busca por soluções de problemas como os enfrentados atualmente. Alguns produtores estão assumindo a liderança para solucionar esses problemas e discutir essas questões. Precisamos buscar alternativas para solucionar essas dificuldades e essas reuniões servem para esse papel”, declarou José Eduardo Coscrato Lelis, presidente do Sindicato Rural de Guaíra e Diretor do Sistema Faesp/Senar.



A intenção do Sindicato é realizar um trabalho dentro da legalidade para que a segurança seja fortalecida na zona rural. Uma das opções seria criar um Fundo Municipal para que os produtores e agricultores, juntamente com as usinas, disponibilizem recursos para que a Prefeitura realize uma parceria com a Polícia Militar possibilitando um serviço de segurança mais efetivo na zona rural da cidade.

O Presidente do Sindicato cobrou um apoio efetivo do executivo e legislativo, destacando que a agricultura é um dos mais importantes contribuintes do município.

“Queremos fazer um cadastro, no sindicato, de todos os produtores de forma georeferenciada para passarmos à policia. E mais do que isso, todo o acontecimento de furto e roubo no campo, queremos fazer um procedimento dentro do sindicato para que sirva de referência no futuro. Vamos montar uma estratégia de inteligência junto ao pessoal das usinas, onde haverá dois profissionais que vão absorver todas as informações dos produtores para que possamos antecipar alguma questão relativa ao assunto. Mas claro, precisamos do feedback da policia militar” relatou José Eduardo.

O principal ponto destacado foi solicitar uma comunicação integrada entre a Polícia Militar e os produtores rurais. Assim a interceptação de um suspeito seria mais rápida, e as fazendas vizinhas ficariam atentas com seus patrimônios para coibir a prática de roubos.

Segundo o Secretário da Agricultura de Guaíra, José Carlos Junqueira, há a opção dos rádios amadores e a criação de um manual de segurança rural.

“Nossa diretoria buscará outras opções, como o rádio amador e uma cartilha explicativa que vamos distribuir a todos os produtores e funcionários das fazendas.”



Para o coordenador do PAME – Plano de Auxílio Mútuo em Emergência – Eli N. Ferreira, a comunicação é o principal ponto de prevenção. "A disponibilização de um canal direto via entidade é uma das soluções. O produtor rural também precisa ter um bom relacionamento com o vizinho, e trabalhar com esse diálogo, além é claro dos cuidados do dia-a-dia, principalmente a comunicação de prevenção" destacou Eli.

De acordo com um dos produtores presentes na reunião, André de Campos Fischer, os ladrões de pivôs são especializados no assunto e o prejuízo com estes furtos está crescendo no bolso dos produtores. "Espero solução para isso. Do jeito que está não tem condições. Tivemos um prejuízo de mais de 20 mil só em 2014 com roubos de pivôs. Temos sistemas de segurança, mas eles estão cortando os alarmes antes de fazer o furto. São pessoas capacitadas que sabem de todo o esquema para desinstalar o alarme e roubar o pivô."

Um problema apontado pelos agricultores é a dificuldade de realizar seguros para os pivôs já que algumas instituições estariam constantemente encontrando alternativas para não realizá-los, complicando ainda mais a situação desses produtores que ficam com grandes prejuízos.

André Fischer, agricultor e idealizador



Problema de Segurança Pública

O problema da falta de efetivo da polícia é o que preocupa o comandante André Luiz Hannickel, que afirmou ter todos os equipamentos, mas não possui policiamento o suficiente para a cidade e para o campo. O comandante ressaltou ser um problema de segurança pública de todo o Estado de São Paulo

"De seis anos pra cá só estamos perdendo efetivo, e para ajudar, Guaíra elevou-se ao nível de Cia e tomamos conta de mais cidades (Colômbia, Colina e Jaborandi). Isso complicou muito a situação e não conseguimos mais realizar efetivamente a Patrulha Rural. Perdendo efetivo, perdemos a força de ação. Mas esse problema é geral em todo o Estado de São Paulo, por isso nos últimos anos o problema com a Patrulha Rural se agravou", enfatizou o Comandante André Luiz Hannickel.



Uma das opções fornecidas durante a reunião foi que a prefeitura realizasse uma parceria com a Polícia Militar, se responsabilizando por pagar horas extras aos Policiais que trabalhariam na fiscalização da zona rural.

O prefeito Sérgio de Mello também falou sobre o caso e se mostrou sensível ao assunto, informando que vai estudar a situação para auxiliar o problema enfrentado em Guaíra.





“Uma medida prática será encaminhada para a assessoria jurídica da prefeitura para tentar minimizar este problema. Uma delas é a possibilidade de criar um fundo municipal de segurança para receber aporte de instituições públicas e privadas e regularizar isso, afirmou Sérgio de Mello.”





Seu diferencial
está na especialidade que escolheu.
O nosso também.

OPÇÃO
Assessoria Contábil
equipe especializada em negócios imobiliários e agrícolas.
Av.: 11 | nº 660 | Centro | 3331.7087

ASSISTÊNCIA TÉCNICA **e Extensão Rural na Medida Certa**

A extensão rural permite que os agricultores acessem de forma qualificada as políticas públicas de desenvolvimento rural, tecnologias e informações voltadas à melhores condições de vida



Engana-se quem pensa que extensão rural é a medida do comprimento de uma propriedade rural. A extensão rural e a assistência técnica têm importância fundamental no processo de comunicação de novas tecnologias, geradas pela pesquisa, e de conhecimentos diversos, essenciais ao desenvolvimento rural no sentido amplo e, especificamente, ao desenvolvimento das atividades agropecuária, florestal e pesqueira.

A Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), oficialmente e institucionalmente consiste em serviços de educação não formal, de caráter continuado, no meio rural, cujo objetivo é a promoção de processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização das atividades e dos serviços agropecuários e não agropecuários da agricultura familiar, inclusive, das atividades agroextrativistas, florestais e artesanais.

Em relação à sua missão, a ATER é mais do que simplesmente levar assistência técnica para ampliar a produção. Ela se caracteriza como uma agência de desenvolvimento capaz de contribuir para despertar o conjunto das energias capazes de fazer do meio rural um espaço propício na luta contra a exclusão social.

Uma pesquisa realizada pelo Censo Agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE mostrou a importância da Extensão Rural no Brasil. De acordo com o Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural (Dater), o serviço da ATER, ao longo dos anos, tem contribuído significativamente para o desenvolvimento da agricultura familiar. Esse serviço que é levado ao homem do campo por intermédio do extensionista, proporciona aos agricultores melhores condições de vida, acesso às políticas públicas voltadas para o setor primário e a oportunidade de trabalhar com as novas tecnologias da agricultura, que facilitam a atividade do homem no campo.

É preciso e de fundamental importância dar o destaque para o extensionista, pois é o profissional que vai ao campo, conhece a realidade da agricultura familiar brasileira, contribui de maneira fundamental e estratégica para que este segmento produtivo cumpra seu papel de garantir a segurança alimentar e nutricional do país.

Mas, infelizmente os serviços de assistência técnica e extensão rural no Brasil têm apresentado dificuldades de serem efetivados na prática, principalmente no que tange à assistência aos agricultores familiares. Não há suporte financeiro adequado por parte do governo federal e ainda existe resistência por parte dos conservadores às mudanças exigidas por este novo tempo.

O fato é que as instituições públicas já não atendem aos interesses da sociedade, que reclama por mudanças. Quando se fala em esgotamento, em estado de limite das instituições, não é apenas reduzir o problema à crise institucional que vive o serviço público de assistência técnica e extensão rural, mas, também, à crise que também vive as instituições de pesquisa, universidades, saúde, educação, dentre outras.

Para o deputado Zé Silva, de Minas Gerais, engenheiro agrônomo, extensionista rural e ex-presidente da EMATER de Minas Gerais, a ANATER precisa de mais atenção por parte do governo, pois não está repassando o alto orçamento.

“A agência é o terceiro momento na história de um serviço criado há mais de 6 décadas. Só que ficou 1 ano com orçamento de mais de 1 bilhão e as nossas empresas estaduais [EMATERs] precisando dos recursos para contratar mais extensionistas, levar tecnologia na hora e no momento certo aos agricultores.”



De acordo com o deputado, a ANATER pode garantir às EMATERs do Brasil melhores infraestruturas, que tenham concurso público, planos de cargos e salários para os extensionistas, além de tecnologia de informação. "Que as pesquisas feitas pela EMBRAPA, pela EPAMIG, pelas entidades estaduais de assistência técnica e extensão rural possam chegar àqueles que mais precisam, que são os agricultores familiares, os ribeirinhos, sem contar os agricultores, os grandes produtores, grandes empresários rurais, que também precisam desse serviço. O conhecimento gerado pela pesquisa, gerado pelas universidades, só tem valor se ele chegar até os agricultores. Nesses 25 anos de caminhada pelo Brasil e por Minas Gerais, eu tenho falado que talvez seja a primeira ou a última esperança de um agricultor de acessar uma política pública, de ter a presença do Estado", alegou Zé Silva.

A Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, ANATER, foi regulamentada no ano passado pela presidente Dilma Rousseff para ampliar o extensionismo no Brasil, mas ainda não está em funcionamento na prática. O deputado Zé Silva pediu o apoio dos membros da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) no sentido de pressionar o governo federal para nomear logo os novos dirigentes da Anater. "A falta desse sistema é sentida em todas as regiões do país onde se pratica a agricultura familiar, notadamente agora quando se inicia os plantios de lavouras como o feijão, a mandioca, o milho e o arroz", alertou o deputado, que é presidente da Frente Parlamentar da Assistência Técnica e Assistência Rural.

Zé Silva disse que o pleno funcionamento da assistência técnica terá grande impacto na produtividade e no fortalecimento da agricultura familiar, o que significa aumentar a geração de emprego e renda no campo, além de contribuir para a produção dos alimentos que diariamente estão na mesa do consumidor. "Encareço aqui aos meus pares para nos ajudar nessa empreitada de promover o desenvolvimento sustentável no campo e ampliar o acesso dos pequenos agricultores à inovação tecnológica", destacou.

É de suma importância o papel da ATER, tendo em vista que o produtor rural, normalmente, encontra-se desassistido. No Brasil esta importância torna-se maior ao analisar a realidade do país e considerar o imenso problema social com que hoje é enfrentado pelos produtores. Diante disso, o técnico extencionista deve ir além de simplesmente levar informações úteis ao produtor rural. O ideal é que a informação seja passada, levando em conta a realidade do produtor rural, considerando suas experiências adquiridas ao longo da vida, sua cultura e também o ambiente social.

As ações da ATER são serviços de importância fundamental no processo de desenvolvimento rural e da atividade agropecuária. Porém, devido à exploração exacerbada dos recursos naturais, tornou-se necessário a inclusão de novos enfoques metodológicos, onde através da criação da PNATER (Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural) tornou-se possível a atualização de seu papel frente às novas tendências. À extensão rural, coube continuar a desenvolver o processo de comunicação de novas tecnologias, geradas pela pesquisa e de conhecimentos diversos, mas levando sempre em consideração os conhecimentos empíricos dos produtores rurais, buscando alternativas de desenvolvimento econômico, sem extinguir os costumes e valores culturais das comunidades, aliados ao desenvolvimento sustentável da sociedade onde os produtores estão inseridos.

"A falta desse sistema é sentida em todas as regiões do país onde se pratica a agricultura familiar, notadamente agora quando se inicia os plantios de lavouras como o feijão, a mandioca, o milho e o arroz".



História e Conceitos sobre a Extensão Rural

As ações de extensão rural no Brasil foram institucionalizadas nacionalmente há mais de 50 anos. Embora a maioria dos textos sobre o assunto afirmarem que tais serviços surgiram em meados do século XX, o estudo da legislação brasileira demonstra que atribuições legais de ações de extensão rural remontam ao século XIX. A análise da legislação federal da segunda metade dos séculos XX e atual demonstra que a obrigação legal da atuação em extensão rural sempre esteve presente, inclusive na Constituição Federal de 1988. Não obstante, na prática o apoio governamental a estes serviços foi decrescente desde a década de 80 passada, provocando uma crise generalizada que só nos últimos 5 anos começa a ser revertida, embora de forma ainda incipiente.

Os estatutos previam a atuação de Comissões Municipais de Agricultura, com a responsabilidade de realizar levantamentos estatísticos rurais e estudar as necessidades da lavoura nos respectivos municípios. A primeira ação institucionalizada de extensão rural no Brasil foi a Semana do Fazendeiro, realizada pela primeira vez em 1929, pela então Escola Superior de Agricultura de Viçosa (atual Universidade Federal de Viçosa), com diversos cursos de extensão e palestras.
A institucionalização efetiva de um serviço de assistência técnica e extensão rural no País se deu ao longo das décadas de 50 e 60, a partir da criação nos estados das associações de crédito e assistência rural (ACAR), coordenadas pela Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR).

Em consequência das dificuldades de coordenação pelo Incra, o Sistema Brasileiro de Extensão Rural começou a ser estatizado e autorizou o Poder Executivo a instituir a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER), empresa pública, vinculada ao Ministério da Agricultura, com personalidade jurídica de direito privado e patrimônio próprio.

Ao assumir o governo, em 1990, o presidente Collor extinguiu, além de outras instituições ligadas à agricultura, como o IBC, IAA e BNCC, a Embrater, desativando o Sibrater, provavelmente motivado pelas mesmas intenções de seu antecessor (Sarney). A partir desse momento, a coordenação do sistema passou à Secretaria de Extensão Rural (SER), ligada à Embrapa, que inclusive elaborou um plano para o setor, denominado Plano de Ação Estratégica de Assistência Técnica e Extensão Rural (1991/1995). Entretanto, sua implementação se deu quando essa coordenação passou para o Ministério da Agricultura, Secretaria de Desenvolvimento Rural/Dater, em outubro de 1994. Com o Ministério da Agricultura assumindo a coordenação do Sibrater, e em face da política neoliberal adotada pelo governo Collor, a participação financeira do governo federal na extensão rural dos estados, que era em torno de um bilhão de reais por ano, caiu drasticamente, passando a ser insignificante, provocando uma crise sem precedentes no sistema ATER oficial, fragilizando e extinguindo esse serviço em vários estados brasileiros.



Extensão Rural no Estado de São Paulo

Sob a coordenação da Embrater, havia planos nacionais de extensão e um sistema ou metodologia de planejamento que eram adotados por todos os serviços estaduais das EMATERs, filiadas ao Sibrater. Essa sistemática era estendida aos escritórios locais/municipais/regionais.

Embora a extensão rural brasileira esteja presente nas 27 unidades da Federação, a Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural, Asbraer, revela que, depois do desmantelo da Embrater, nos anos 90, em alguns estados ela está mais organizada, já outros, ainda estão em processo de reestruturação dos serviços de assistência técnica e extensão rural.

Mas o Estado de São Paulo foi o único estado que não aderiu ao Sibrater, quer com a ABCAR, quer com a Embrater. Para coordenar e executar esse serviço, em 1968, o governo de São Paulo criou a coordenadoria de Assistência Técnica Integral (Cati), vinculada à Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Governo do Estado de São Paulo.

Desde então, a CATI vem trabalhando para o produtor rural, prestando serviços e oferecendo seus produtos. Com sede em Campinas, ela é composta por 40 Escritórios de Desenvolvimento Rural (EDRs) distribuídos nas várias regiões do Estado de São Paulo. Os 40 EDRs englobam as Casas de Agricultura municipais que estão presentes em todos os municípios do Estado de São Paulo. Além disto, a CATI possui 21 Núcleos de Produção de Sementes, Mudas e Matrizes.

Os serviços e produtos da CATI estão disponíveis aos agricultores e pecuaristas nas Casas da Agricultura, onde engenheiros agrônomos, engenheiros agrícolas, zootecnistas e médicos veterinários prestam informações e orientam o produtor rural na condução de seus negócios agrícolas.

A CATI, além de responsável pelo serviço de extensão rural, está envolvida na prestação de serviços para a comunidade da zona rural entre eles: alfabetização de adultos, orientação para construção de fossas sépticas e abastecedouros de água para pessoas e animais, além da divulgação de conceitos de higiene, controle de agrotóxicos. A instituição detém um amplo banco de dados que contém informações sobre a produção agropecuária no Estado de São Paulo. Ele é a base para a elaboração de planos agrícolas, organização do setor produtivo e obtenção de informação sobre safras, áreas e espécies cultivadas nas diferentes regiões paulistas.

Além da presença nas Casas da Agricultura, a CATI possui uma rede de profissionais prontos para prestar apoio técnico. Eles são responsáveis auxiliar na obtenção de crédito agrícola, seguro rural, transferência de tecnologia, planejamento da propriedade, elaboração de projetos de recuperação do solo, reflorestamento, adequação de estradas rurais, entre outros.

Através da Casa de Agricultura, a Divisão de Extensão Rural (DEXTRU) atua como suporte técnico metodológico no planejamento e gestão do conhecimento da CATI na área de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER, por meio de assessoria aos seus programas e projetos, e do apoio aos extensionistas da rede, promovendo a atualização desses profissionais em diversas especialidades da agropecuária paulista.

Atualmente a CATI está trabalhando de forma participativa através de departamentos, ações e políticas públicas, como: CIAGRO (Centro de Informações Agropecuárias); Departamento de Comunicação e Treinamento (DCT); DEXTU; Departamento de Sementes, Mudas e Matrizes (DSMM); Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável Microbacias II – Acesso ao Mercado; LUPA – Censo Agropecuário do Estado de São Paulo; projeto Integra SP; Fehidro; Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista (Feap); PPAIS – Programa Paulista da Agricultura de Interesse Social; PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar); entre outros.

CATI
COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA INTEGRAL

Para beneficiar o campo

Apesar das dificuldades, principalmente ao longo dos últimos dez anos, e da relutância que muitos agricultores possuem quanto ao assunto, é importante reconhecer o papel da extensão rural no desenvolvimento da agricultura.

Essa assistência pode trazer benefícios para o bolso de quem a utiliza, já que as indicações de tecnologias modernas possibilitam o aumento da produção e produtividade, orientando com boas práticas agropecuárias, apoiada ao tripé da sustentabilidade, social, econômico e ambiental.

O Estado de São Paulo está mantendo esse serviço atuante, sempre buscando aperfeiçoar os seus modelos de atuação e adaptar-se às restrições do momento. Mesmo com tais problemas, o país, via extensão rural pública, ainda tem um papel preponderante a desempenhar no resgate do agricultor familiar excluído do processo de transformação da agricultura. E precisa incorporar e incluir essa massa de agricultores, possibilitando a recuperação da cidadania e do bem estar (qualidade de vida) dessa população.

Afinal, é para este público que estas instituições prioritariamente são voltadas, cabendo-lhes construir caminhos que o levem a viver e ser cada vez melhor para fazer frente a este mundo competitivo.

Apesar das dificuldades, principalmente ao longo dos últimos dez anos, e da relutância que muitos agricultores possuem quanto ao assunto é importante reconhecer o papel da extensão rural no desenvolvimento da agricultura.



BOLO CREME **de chocolate**

Receita leva conhaque no preparo e rende 10 porções

Ingredientes:

· 8 claras
· 240g de açúcar (1 + 1/3 xícara de chá)
· 8 gemas
· 240g de chocolate em pó (2 xícaras de chá)
· 240g de manteiga derretida (1 + ¼ xícara de chá)
· 2 colheres (sopa) de conhaque (30ml)
· 250g de sal

Modo de preparo:

1. Numa batedeira coloque 8 claras e bata bem até ficar em ponto de neve. Com a batedeira ligada adicione, aos poucos, 240g de açúcar e 8 gemas e vá batendo por 2 minutos. Diminua a velocidade da batedeira e acrescente, aos poucos, 240g de chocolate em pó e em seguida 240 g de manteiga derretida e bata por mais 1 minuto. Desligue a batedeira retire 1 xícara (chá) da massa de chocolate e misture nesta xícara 2 colheres (sopa) de conhaque e reserve. **2.** Transfira o restante da massa de chocolate (da batedeira) para uma assadeira redonda de fundo falso (25 cm de diâmetro) forrada com papel manteiga, untada e polvilhada com chocolate e leve para assar em forno médio pré-aquecido a 180°C por +/- 20 minutos (depois deste tempo o centro da massa deverá estar mole). Retire do forno e deixe esfriar. **3.** Espelhe sobre a torta de chocolate (já fria) a mistura de massa com o conhaque (feita acima), desenforme e leve para gelar. Sirva em seguida.



RIOLÂNDIA: **cidade natureza completa 61 anos**

Em março a prefeitura realizará uma festa com shows de Eduardo Costa, Banda Atlântico Sul, MC Claudinho PP e Rádio Conquista para comemorar os 61 anos de emancipação



O nome Riolândia significa 'Cidade entre Rios'. O município se localiza no interior de São Paulo e, com seus mais de 11 mil habitantes, recebe turistas de todas as partes do país por ser rico em recursos naturais, com divisas formadas pelos rios Grande e Turvo, oferecendo atividades de pesca, diversões aquáticas, passeios e descanso em uma praia artificial às margens da represa de Água Vermelha.

Em março deste ano, Riolândia completa 61 anos de emancipação e para comemorar esta importante data, a prefeitura do município realizará um grande evento com o show de Eduardo Costa e Banda Atlântico Sul, no dia 21 de março, às 22h, e show com MC Claudinho PP e Rádio Conquista no dia 22.



Eduardo Costa será a grande atração da festa de aniversário da cidade

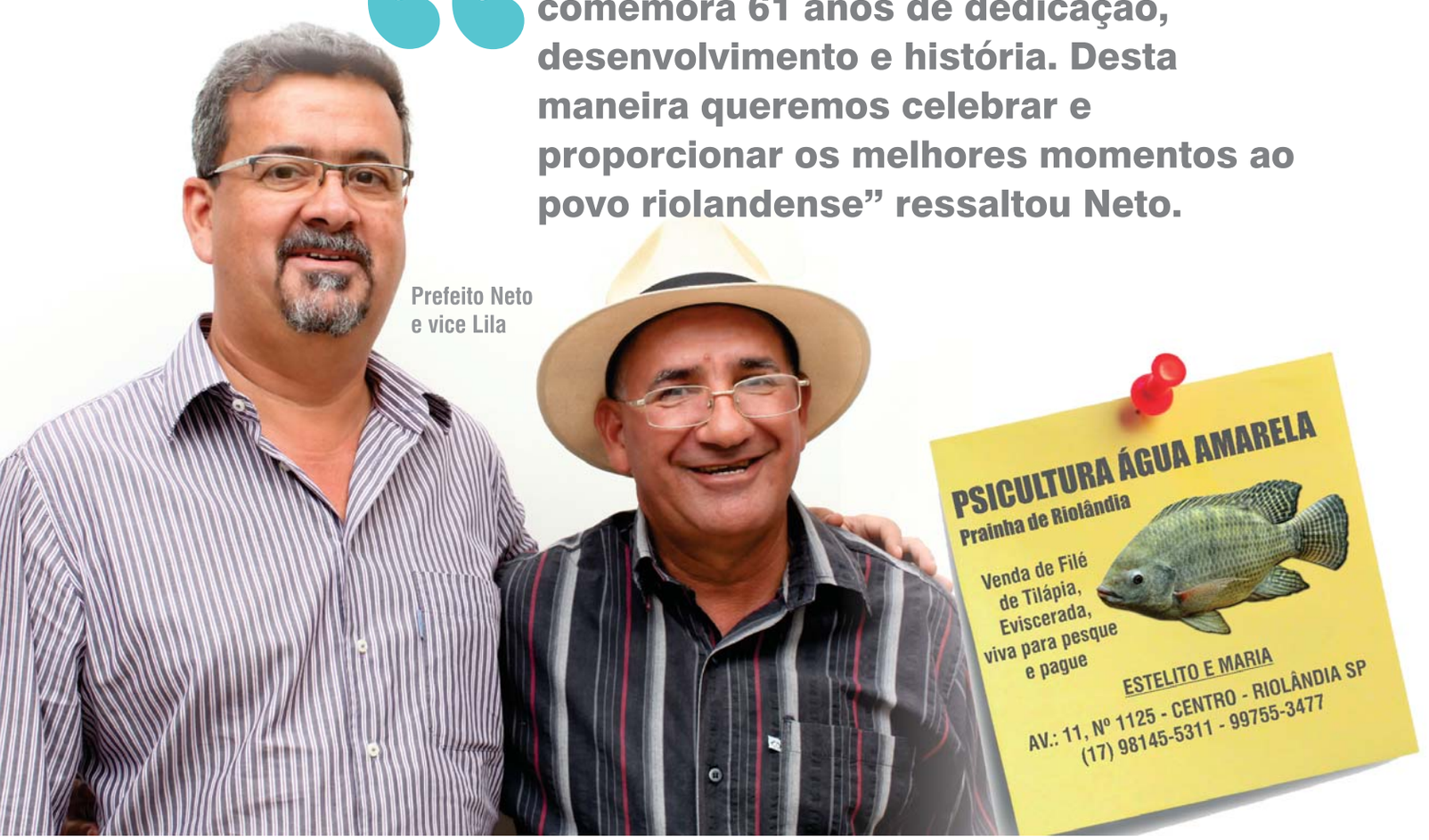
O prefeito da cidade, Sávio Nogueira Franco Neto destacou a importância de se comemorar 61 anos.



O município possui economia baseada essencialmente na agricultura e pecuária mostrando uma forte intensificação da cultura canavieira. Preserva ainda a cultura do milho e sequencialmente o algodão, a laranja, a soja e o feijão, além de outras culturas, como uva, goiaba e seringueira. Riolândia também é conhecida como Terra do Caubói, referência às fazendas e aos rodeios existentes no local.

Para conhecer este espaço maravilhoso, a equipe da Revista Agro S/A foi recebida pelo anfitrião Celso Moreira, presidente do Sindicato Rural de Riolândia. Ele mostrou todos os pontos turísticos e ressaltou a boa companhia de um riolandense.

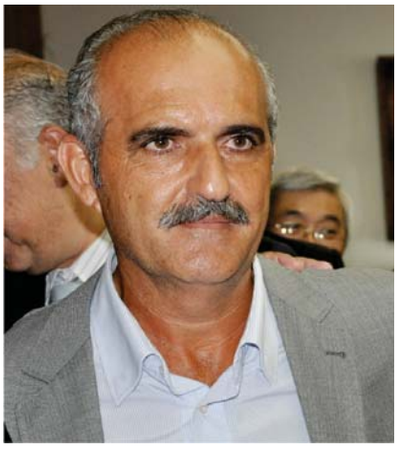
“É uma importante data para a cidade, que comemora 61 anos de dedicação, desenvolvimento e história. Desta maneira queremos celebrar e proporcionar os melhores momentos ao povo riolandense” ressaltou Neto.



Prefeito Neto e vice Lila

PSICULTURA ÁGUA AMARELA
Prainha de Riolândia
Venda de Filé de Tilápia, Eviscerada, viva para pesque e pague
ESTELITO E MARIA
AV.: 11, Nº 1125 - CENTRO - RIOLÂNDIA SP
(17) 98145-5311 - 99755-3477

Uma comunidade pequena, mas enorme de coração. O riolandense é sempre receptivo e adora mostrar o que tem de melhor por aqui" afirmou Celso Moreira, presidente do Sindicato.



História do Município

A penetração dos primeiros desbravadores da região próxima à confluência do rio Turvo com o rio Grande, primitivamente habitado pelos índios Caiapós, se faz através de Minas Gerais.

Foi o catequista, Padre José Vicente Gonçalves de Macedo, quem, descendo o rio Verde, estabeleceu contato com os índios aldeados junto à foz, onde hoje se localiza a Cidade mineira de São Francisco de Sales e que acabou transpondo o rio Grande e penetrando em São Paulo pelo rio Turvo.

Nesse último rio, a missão catequista estabeleceu uma colônia no local à jusante da Cachoeira do Talhadão, onde mais tarde foi instalado o porto do marques. Pacificados os índios, pelo Padre Macedo, vieram diversas famílias paulistas, mas que seguiram o mesmo percurso missionário, isto é, pelo triângulo Mineiro. Assim vieram os Costa Maldonado, os Lemos Campos, os Santana e Felisbino, que passaram a ocupar as terras do Turvo, mais tarde constituindo um povoado junto ao córrego do Veadinho. São considerados fundadores, Antônio Levino Borges e Joaquim Escolástico Maldonado.

Embora a povoação tivesse sua formação em fins do século passado, somente em março de 1935 foi criado o Distrito de Paz, no Município de Olímpia, com o nome de Veadinho. Em 1944 foi alterado para Veadinho do Porto e, em 1953, passou à denominação de Riolândia.



AÇOUGUE SÃO PAULO
Carne bovina - suína - frango - linguiça
ACEITA-SE ENCOMENDA PARA FESTAS
RUA 12, Nº 532 - CENTRO - RIOLÂNDIA SP
(17) 3291-1424

O município é estritamente de economia agrícola e a suas maiores forças ainda são a pecuária de corte e leite, cana de açúcar e seringueira. Hoje a cidade está diversificando o setor agrícola, principalmente na área da fruticultura, tendo muitas propriedades com plantio de uva de mesa, banana, laranja, coco, e manga.

Depois do represamento do rio Grande, as praias fluviais vieram somar na economia da cidade, tornando o turismo uma nova fonte de renda.









ROTEIRO TURÍSTICO UAI PAULISTA COMEMORA **sucesso da capacitação de gestores**

O Roteiro UAI Paulista será comercializado por operadoras e agências de turismo ainda em 2015

A participação desta última capacitação dos gestores públicos dos municípios que fazem parte do Projeto Turístico da Alta Mogiana - Roteiro Uai Paulista, nos dias 02 e 03 de Fevereiro em Franca e Uberaba respectivamente foi comemorada com sucesso pelo gestor do Projeto Manoel Pedro Leal.

Participam do projeto de 52 cidades do estado de São Paulo e do estado de Minas Gerais entre gestores públicos, integrantes dos Conselhos Municipais de Turismo e representantes de entidades parceiras; Miguelópolis-SP foi representada por Paulo Cesar (PC), Diretor do Departamento de Turismo.

Os participantes tiveram durante 04 horas uma verdadeira aula de como formatar um roteiro turístico em sua cidade, utilizando seus atrativos prioritários, que já estão prontos para fazerem parte do Roteiro Uai Paulista. Eles deverão ser compartilhados e colocados à disposição das operadoras e agências ainda este ano para a comercialização aos turistas.

Roteiro UAI Paulista conta 52 cidades participantes de São Paulo e Minas Gerais



As cidades participantes do lado paulista foram: Miguelópolis, São José da Bela Vista, Patrocínio Paulista, Altinópolis, Guará, Franca, Brodowski, Guaíra, Igarapava, Rifaina, Sertãozinho, Dumont, Monte Alto, Cajuru, Barrinha, Santo Antônio da Alegria, Ribeirão Corrente e Buritizal e outras. De Minas foram: Uberaba, Conceição das Alagoas, Sacramento, Delta, Santa Juliana, Fronteira, Campo Florido, Comendador Gomes e outras.

O Sindifranca que é o idealizador do projeto, juntamente com todas as Prefeituras, Grupo Gestor, Amvale, Comam e demais parceiros, pretendem fazer um grande evento de lançamento oficial em Franca, no final de março esperando inclusive a presença dos governos estaduais (São Paulo e Minas Gerais) e até mesmo do Ministério de Turismo.

O Gestor do Projeto espera ter diversos roteiros e produtos competitivos já formatados nesta data, para mostrar todo o potencial turístico desta região, que a própria desconhece.

O Sindifranca que é o idealizador do projeto, juntamente com todas as Prefeituras, Grupo Gestor, Amvale, Comam e demais parceiros.



RDW
TECNOLOGIA EM SOFTWARES

OS MELHORES SISTEMAS SOB MEDIDA PARA SUA EMPRESA, SEJA QUAL FOR O SEU SEGMENTO!

Conheça todas nossas ferramentas acessando o www.rdwtecnologia.com.br

Rua 18 nº 263 - Centro - Guaíra SP - Tel.: 3332.1119



Por Tânia Fornel

BELA MANEIRA DE **decorar vasos novos ou usados**

Nada melhor que olhar para sua casa e vê-la linda esbanjando charme

Quem não tem um vaso em casa que está rachado, velho, ou até mesmo esquecido no fundo do quintal? Restaurar peças, como essa, dá um charme à residência, além de deixar o jardim muito melhor.

Às vezes, quando se compra uma planta, você pode trocá-la de recipientes e acaba deixando-os guardados embaixo de alguma planta, e com o sol e a chuva, eles ficam desgastados. Mas, embaixo dessa aparência há um vaso em ótimas condições.

A artista plástica Tânia Fornel ensinou passo-a-passo uma das melhores maneiras de enfeitar seu vaso de plantas, dando uma beleza diferente para a varanda de sua casa.



“Se pintarmos e colocarmos alguns pequenos acessórios, um simples recipiente de planta pode se transformar em um vaso chique e até mesmo caro” afirmou.

Materiais:

Um vaso novo ou usado; massa acrílica; lixa grossa; trincha ou pincel largo; espátula ou colher para espalhar a massa no vaso; tinta acrílica nas cores branca, verde, amarela, vermelha, preta; verniz marítimo; corda de cisal (pode ser outro tipo); rodelas de sabugo de milho seco; pano para limpar; e jornal para forrar o local.



Passo a passo:



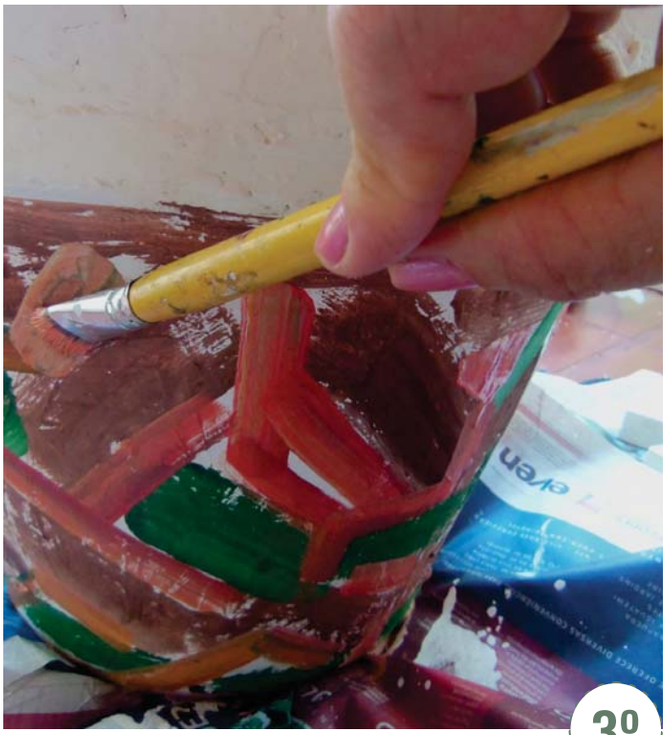
1º

Lixe bem o vaso, tirando todo o pó com um pano úmido. Inicie espalhando a massa acrílica em todo o vaso, criando relevos (se quiser). Molhe as mãos e crie texturas mais definidas de acordo com a sua criatividade. Deixe secar de um dia para o outro;



2º

No outro dia, já seco, pinte todo o vaso com tinta acrílica (ou pvc) branca. Após secar bem inicie a pintura decorativa;



3º

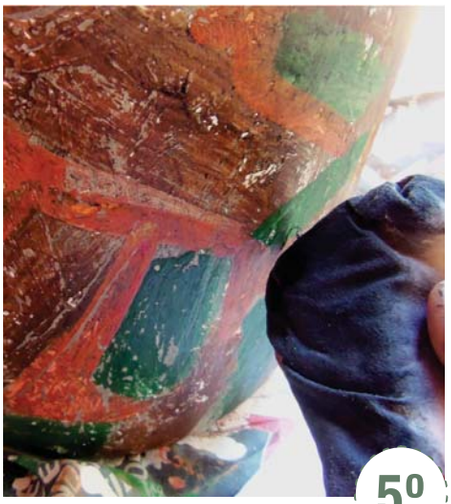
Dê pinceladas aleatórias usando uma trincha, ou o pincel largo. Neste vaso foram usadas as cores verde, bege, marrom, e vermelha e amarela juntos (laranja);





4º

Após secar, no mínimo duas horas, lixe o vaso com uma lixa grossa. Observe que o local de maior relevo ficará meio branco (técnica do desgaste). Limpe todo o pó com um pano úmido.



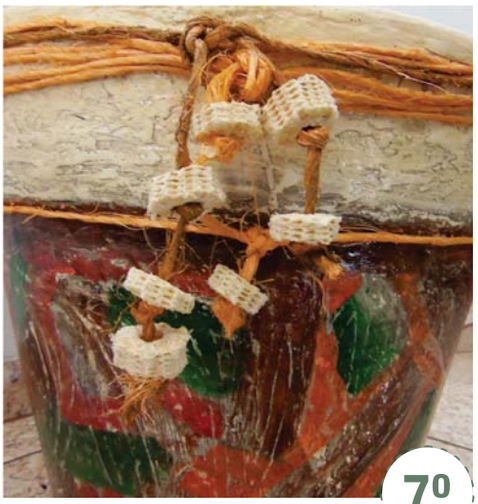
5º

Para fazer o envelhecimento (se preferir), faça uma mistura com pouca tinta preta e uma grande quantidade de água. Espalhe na peça com a trincha e vá retirando o excesso imediatamente com um pano;



6º

Deixe secar bem o vaso e finalize com uma demão de verniz marítimo. Lembrando que se for passar mais de uma mão de verniz é necessário ter um intervalo de no mínimo quatro horas. Isso faz com que a peça fique mais impermeabilizada, resistindo ao sol e chuva.



7º

Para finalizar, enfeite da maneira que quiser. Nesta peça foi colocada uma corda de cisal e amarrada em suas pontas rodelas de sabugo de milho seco (sem o miolo). Mas a imaginação fica por conta do bom gosto de quem fizer o trabalho.

ANTES



DEPOIS



facebook.com.br/artestaniafornel
taniafornel@hotmail.com
(17) 3331-5596

SINDICATO DE OLÍMPIA **realiza confraternização entre associados**

No final do ano passado, o Sindicato Rural de Olímpia realizou um evento de confraternização entre seus funcionários, diretoria, associados e seus familiares. A festa contou com a presença de mais de 200 pessoas que aproveitaram um belo jantar ao som da dupla Sérgio & Sandro.

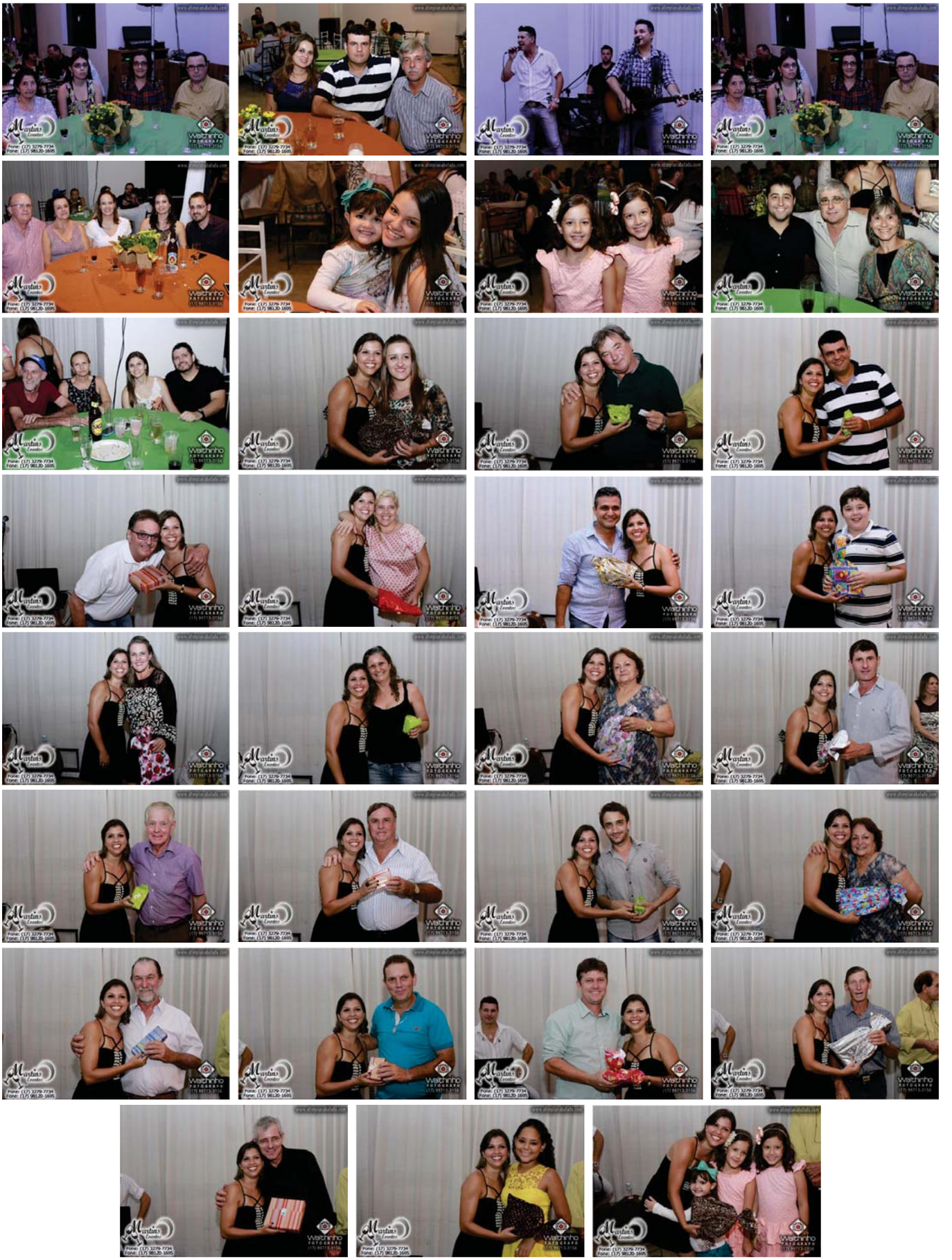
É o segundo ano consecutivo que o sindicato faz este evento com o intuito de manter ligação com seus parceiros e celebrar o final de uma etapa vivida. "Mais um ano com o mesmo serviço realizado com ética, força e honestidade, apesar dessa grande crise que tivemos no setor", afirmou o presidente do sindicato, Osmar Antonio de Lima.

Durante o evento foram distribuídos brindes para os participantes em uma maneira de agradecê-los pela parceria.





"Gostaria de agradecer a presença de todos aqui e dessa parceria que tivemos durante 2014. Que ela se estenda por muitos anos, com eficiência e transparência. E que em 2015 consigamos atravessar essa crise do país juntos e com garra" encerrou Osmar.





SINDICATO RURAL E SENAR EM 2014 promoveram 140 cursos na região

Durante a reunião festiva organizada em dezembro, a diretoria do Sindicato Rural ressaltou o trabalho de seus colaboradores e a forma de atuação para o sucesso da parceria que mantém com o SENAR, na organização e realização dos cursos de capacitação.



Diretoria do Sindicato Rural: Ricardo Magnani, Hélio Segnini, José Arthur Antunes, Marcelo Xavier Benedetti, Dorival Bérgamo, Marino Carrascosa Filho, Nicolau de Souza Freitas, Reginaldo Benedetti, Domingos Baú, Antônio Romano, Mário Porto, João Henrique de Souza Freitas, Henrique Augusto Somenzari e Eduardo Luiz Rodrigues Primiano

Os cursos de capacitação realizados pelo SENAR e Sindicato Rural atingiram em 2014 um saldo tão positivo que já há reservas para 2015: a Raizen, Grupo Fischer e a Prerfeitura de Nova Europa solicitaram que parte das datas em disponibilidade no calendário de fevereiro a dezembro sejam ocupadas para treinamento dos seus profissionais.

Para colocar em prática essa missão, o programa envolve diretamente três colaboradoras do Sindicato, segundo o coordenador do SENAR, Mário Porto: Elisabete Cristina Rodrigues Peiró, Priscila Mirela Mazeo Fernandes e Nereide de Lima Ornellas, que atuam desde o atendimento inicial para cadastramento dos alunos interessados até a formatura. Todas as normas são estabelecidas pelo SENAR e seguidas pelo quadro de atendimento e organização. Encerrado cada programa é elaborado o relatório para análise aprovação.

Mário Porto, diz que o êxito do projeto só é possível graças o incentivo e o apoio do presidente Nicolau de Souza Freitas e seus diretores:

“A retribuição a esta confiança é o nosso empenho para que cada vez se fortaleça essa parceria”, diz o dirigente.

“Uma instituição só pode avançar na sua história com poder e representatividade, se existir o envolvimento daqueles que formam seu quadro de colaboradores, até diríamos trabalhadores, pois que a palavra ‘trabalho’ dignifica e honra quem exerce com comprometimento e honestidade a missão que lhe foi imposta” complementou Mário.



Presidente do Sindicato Nicolau de Souza Freitas, José Arthur Antunes e Marino Carrascosa Filho



Mário Porto, diretor do Sindicato Rural e coordenador do SENAR e Lúcia

''E o Sindicato Rural sempre teve o privilégio de possuir pessoas extraordinárias que com denôdo, coragem, ousadia, conhecimento, vão em frente lutando por um ideal'', ressaltou o diretor.

Foi esse grupo que ao formalizar parceria do Sindicato Rural com o Senar pôde realizar em 2014, cerca de 140 cursos de capacitação, reunindo mais de 1600 formandos, lhes dando a grande oportunidade de captar conhecimentos, cada qual em sua área de atuação: uma grande ação social.

Paralelamente, o Sindicato Rural partiu em defesa dos seus associados, ponderando sempre pela necessidade da união para ampliar seus objetivos e fortalecer os princípios de uma classe voltada ao agronegócios.

A festa de confraternização organizada em dezembro, além da união, mostrou a facilidade que a diretoria dispõe em agregar sua gente, e onde todos, demonstrando profunda simplicidade, pareciam estar em encontro eminentemente familiar.

''Se 2015 marca a comemoração do cinquentenário do Sindicato Rural, devemos considerar como definida a linda história escrita por esta diretoria que deixa sua marca de trabalho e transparência, resgatando e preservando as lições que vêm da terra'', concluiu Mário.



Henrique Augusto Somenzari, Dorival Bérgamo e Reginaldo Benedetti, diretores



Presidente Nicolau de Souza Freitas e familiares

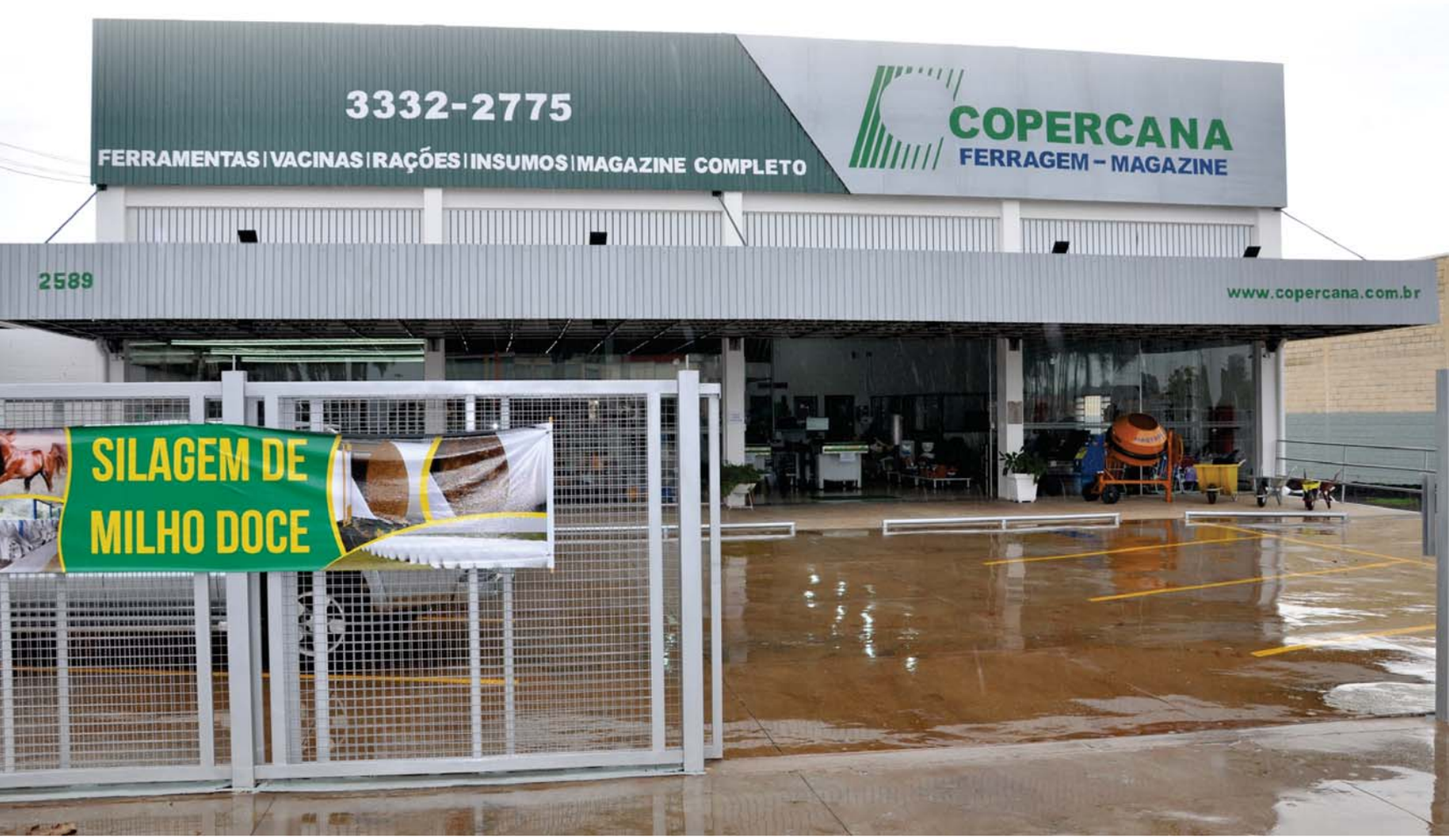


Fonte: Marzo Comunicação/ Ivan Peroni



INAUGURAÇÃO **da Copercana em Guaíra**

Graças ao esforço de seus presidentes e diretores, hoje a Copercana é considerada um modelo de cooperativismo rural que serve de referência não apenas para o Brasil, mas para o mundo



No último dia 30 de janeiro, em Guaíra interior do estado, a Copercana Ferragens e Magazine, inaugurou sua 19ª loja. A inauguração contou com a presença de varias autoridades, representantes do Sindicato Rural e Cati, produtores rurais, clientes, cooperados e empresas parceiras. Após os pronunciamentos, o padre Edson, da paróquia São Sebastião, proferiu as bênçãos às novas instalações, logo em seguida a diretoria fez o descerramento da placa de inauguração.

A cooperativa, conta com um espaço amplo e moderno com mais 945m2, que irá oferecer uma linha completa de ferramentas, fertilizantes, sementes, produtos veterinários, selaria, automotivos, eletrodomésticos, eletrônicos, celulares entre outros.

Fundada em 19 de maio de 1.963, a Copercana (Cooperativa dos Plantadores de Cana do Oeste do Estado de São Paulo), surgiu com a necessidade de unir os agricultores da região e promover a mais ampla defesa de seus interesses econômicos. Com base na colaboração recíproca, desde a sua fundação, o objetivo principal é desenvolver o estímulo de seus cooperados, através do fornecimento de produtos agropecuários, das vendas em comum da sua produção e da prestação de serviços agrícolas.

Graças ao esforço de seus presidentes e diretores, hoje a Copercana é considerada um modelo de cooperativismo rural que serve de referência não apenas para o Brasil, mas para o mundo. Seu grande número de cooperados faz dela uma instituição sólida, de excelência nos serviços prestados e que cresce junto com a comunidade.

Sabemos da tecnologia em irrigação e pujança em Guaíra. A Copercana veio para somar, queremos ser útil para os produtores e esperamos o apoio para que possamos atendê-los cada vez melhor.”

Antonio Eduardo Tonielo
Presidente da Copercana





A expectativa para Guaíra e região é muito boa. Sabemos do ano difícil, clima, governo e finanças são preocupantes, mas estamos otimistas e vamos passar por mais esta. Temos a certeza da melhora. Chegamos a Guaíra para ficar e oferecer nossos melhores serviços agrônomos e veterinários.”

Pedro Esrael Bighetti – Diretor da Copercana



Sabemos do momento de crise, mas delas vamos fazer oportunidades e não podemos parar. Não parem seus negócios, não regridam. A Copercana vai continuar avançando. Guaíra é pujante tem um grande número de produtores, a agricultura dessa região é dinâmica e intensiva. Vamos prestar um bom serviço à comunidade e aos agricultores da cidade e região”

Manoel Ortolan – Presidente da Canaoeste



É um prazer muito grande, para nós de Guaíra, receber um investimento como esse, que trará oportunidade para o nosso comércio geração de emprego e renda. Nós queremos, em nome do prefeito Sérgio de Mello, agradecer imensamente essa confiança que o grupo Copercana esta tendo em nosso município.”

Denir Ferreira dos Santos, vice-prefeito de Guaíra-SP



Veio beneficiar a todos agricultores. O porte da loja é característica da Copercana, vem beneficiar os pequenos, médios e grandes agricultores de Guaíra e região”

José Carlos Junqueira Secretário da Agricultura de Guaíra



É com grande satisfação que recebemos a Copercana. São vários empregos gerados para desenvolvimento de Guaíra. Sabemos das variedades que a cooperativa nos fornece. Teve época que tínhamos de ir até Sertãozinho fazer compras e agora a loja está aqui na nossa casa, na nossa cidade. Somos um grande polo com 3 usinas, uma enorme área irrigada e a cooperativa veio somar e colaborar com todos nós produtores.”

Marcos Pugliesi – vereador, agricultor e cooperado



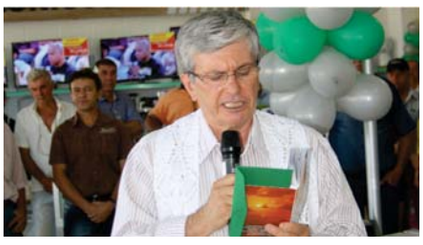
A expectativa é muito grande, o atrativo maior é o seguimento de magazine com a parte de veterinária e ferragens que não é comum aqui em Guaíra.”

Rodrigo Geraldo Eloi
Gerente da loja













Piada do Joãozinho e a maquiagem da tia

Num belo dia, estava a tia do Joãozinho a se preparar para uma festa, na esperança de despertar a atenção de algum pretendente. Observando a tia fazendo a maquiagem, com uma porção enorme de cremes, pós, tintas e outros utensílios misteriosos, o Joãozinho pergunta:

- Tia, para que serve tudo isto?

A tia, orgulhosa, responde:

- É para a titia ficar mais bonita! O Joãozinho fica imerso em seus pensamentos durante alguns instantes, e então dispara:

- E quando é que começa a fazer efeito?

Mineiro brincando de antônimo

- Zé vamos brincá di antônimo?
- O que cê falô?
- Brincá di antônimo, sô! Qué dizê, uma coisa contrária da otra! Por exemplo: arto e baxo, forte e fraco!
- Ah, intindi tudim agora! Intão, vamu brincá!
- O que vai valê??
- Uma cerveja... Eu começo, tá?

E os dois mineirinhos começaram a brincadeira:

- Gordo?
- Magro!
- Hômi?
- Muié!
- Preto?
- Branco!
- Verde?
- Uai, verde? Verde tem esse tar de antônimo, não!
- Craro que tem!
- Intão explica, sô!
- Maduro!
- Ai, carái! Perdi a aposta! Vâmu di novo, valendu ôtra cerveja? Mas dessa veiz eu cumeço!
- Pódi cumeçá!
- Saúde?
- Duença!
- Moiádo?
- Seco!
- Agora cê me paga fiudumaégua! Qué vê só?

E ele fala:

- Fumo?
- Não, não! Peraí... fumo num tem antônimo!!
- Craro qui tem, uai!
- Intão, diz aí, qualé o antônimo di fumo?
- Essa é fácil, sô...Vortemo!



O português e a manga madura

Dois portugueses andavam em uma rua, quando viram um pé de manga e começam a jogar pedras. Já cansado José fala para Manoel:

- Ora pois, Manoel, já tem um tempão que estamos cá jogando pedras e não derrubamos nenhuma uma manga. Vai procurar uma escada.

Depois de um tempo Manoel chega com uma escada.

- Está aqui a escada, José!
- Agora suba para ver se tem alguma madura.

Manoel subiu e lá de cima do pé de manga fala para José:

- Essa aqui está madura.

E o portuga que ficou segurando a escada prontamente diz:

- É mesmo, então desce pra gente poder jogar pedra.

ONDE HOSPEDAR



Hotel do Lago
Guaíra - SP

www.hoteldolago.com.br

FALE CONOSCO:
Fone/Fax: 17 3330-3844 | Endereço: Avenida Gabriel Garcia Leal, 2380 Guaíra SP | CEP: 14.790-000
e-mail: hoteldolago@yahoo.com.br

Hotel Palmares
Guaíra - SP

www.palmareshotelguaira.com.br

FALE CONOSCO:
Fone/Fax: 17 3330-1400
e-mail: palmareshotel@gmail.com
Endereço: Avenida Gabriel Garcia Leal, 1690 | Guaíra SP | CEP 14.790-000

Hotel Paranoá
Guaíra - SP

www.paranoahoteis.com.br

FALE CONOSCO:
Fone/Fax: 17 3330-1813

Endereço: Em frente ao Lago Maracá
Guaíra SP| CEP 14.790-000

Tourist Hotel
Guará - SP

www.hoteltourist.com.br

FALE CONOSCO:
Fone/Fax: 16 3831-3435
e-mail: hoteltourist@hoteltourist.com.br
Endereço: Avenida Voluntário, 641 - Centro
Guará - SP

Pousada Estrela Guia
Guaíra - SP www.estrela-guia.com.br

FALE CONOSCO:
Segunda a Sexta (horário comercial): 17 3331-8665
Segunda a Sexta (das 10h às 22h):
17 98103-1551 |9 8103-1514 | 9 9976-4900
e-mail: contato@estrela-guia.com
Localizada a 27 quilometros de Guaíra SP

Plaza Hotel
Frutal - MG

www.plazahotelfrutal.com.br

FALE CONOSCO:
Avenida Euvaldo Lodi, 600 | Bairro Estudantil
CEP 38200-000 | Frutal MG
Fone: 34 3421-8733 | e-mail: plazahotel@netsite.com.br

Hotel Danubio
Colina - SP

www.hoteldanubio.com.br

FALE CONOSCO:
Fone/Fax: 17 3341-8006 \ 3341-3908

Endereço: Rua Lourenço Marine, 126
Vila São Sebastião | Colina SP

Hotel Paranoá
Jabotical - SP

www.paranoahoteis.com.br

FALE CONOSCO:
Fone: 16 3202-9339

Endereço: Avenida Hermínia Casteleti Bellodi, 200
Morumbi - Jabotical SP

Hotel Gran Corona
São Paulo - SP

www.grancorona.com.br

FALE CONOSCO:
Rua Basílio da Gama, 101| Centro
CEP: 01046-020 | São Paulo SP
Fone: 11 3214-0043 | Fax: 11 3214-4503
e-mail:reservas@grancorona.com.br

Pousada Realeza
Guaíra - SP

e-mail: robertolealgoncalves@hotmail.com

FALE CONOSCO:
Fone: 17 3331-4810 | 17 98120-9999

Endereço: Rua 12 nº 364 - Centro
CEP 14790-000 - Guaíra - SP



22ª Feira Internacional de Tecnologia Agrícola em Ação

AGRISHOW 2015

O DNA do Agronegócio

A Agrishow está entre as 3 maiores feiras de tecnologia agrícola do mundo!

Na Agrishow é possível encontrar uma enorme variedade de produtos e serviços que atende a todos os produtores rurais, não importa o tamanho da sua propriedade e cultura. Um ambiente de atualização profissional, lançamentos e divulgação das próximas tendências do setor.

É onde o produtor rural encontra tudo o que precisa!

Programe-se para este grande evento.

De 27 de Abril a 01° de Maio

Das 8h às 18h - Ribeirão Preto - São Paulo

www.agrishow.com.br /agrishow

Realização: abag, ABIMAQ, ANDA, FAESP, SRB Sociedade Rural Brasileira

Organização e Promoção: BTS an informa business

PERMITIDA A ENTRADA DE MENORES DE 14 ANOS SOMENTE SE ACOMPANHADOS PELOS RESPONSÁVEIS



AGRO EVENTO

SINDICATO RURAL DE GUAÍRA

5º Encontro Técnico de Soja apresenta novas tecnologias aos produtores

AGRO POLÍTICA

ESCOLHA CERTA

Arnaldo Jardim assume a Secretaria de Agricultura e Abastecimento e já toma atitudes para melhorar o setor



agro sa

/revistaagrosa

O mundo é agro!

Assistência Técnica e Extensão Rural na Medida Certa

A importância do extensionista no desenvolvimento sustentável da agropecuária brasileira

Ano 4
Nº 30
R$ 12,90

UM DIFERENCIAL PARA TODA VIDA



PÓS-GRA

MBA

- **Agronegócio e Organizações Sustentáveis**
- **Gestão Hospitalar e de Serviços da Saúde**
- **Gestão e Tecnologia da Produção Agropecuária**
- **Gestão e Tecnologia de Produção Sucroalcooleira**
- **Logística nas Cadeias de Produção**

Duração
15 a 18 meses

Periodicidade
Aulas quinzenais

Descontos Especiais para ex-alunos da Fundação Educacional de Ituverava (FFCL e FAFRAM) ou para o aluno que trouxer um colega para estudar na Pós-Graduação

(16) 3729.9071 posfafram@feituverava.com.br



DUAÇÃO

ESPECIALIZAÇÃO

- **Desenvolvimento de WEB com aplicação em Banco de Dados**
- **Direito do Trabalho**
- **Direito Penal e Processual Penal**
- **Educação Ambiental e Responsabilidade Social**
- **Emergências na Clínica Médica de Grandes Animais**
- **Emergências na Clínica Médica de Pequenos Animais**
- **Engenharia de Segurança do Trabalho**
- **Geoprocessamento e Georreferenciamento de Imóveis Rurais e Urbanos**

FAFRAM®
ITUVERAVA-SP

www.fafram.com.br

FE

EXPEDIENTE

Conselho Editorial
Alline Casado
Angelo Benko
Antônio Augusto Nogueira Lourenço
Carlos Roberto Rosa Destri
Célio Aparecido Borges
Elynês Antonelli
Érica Cristina da Silva
Fernando Oliveira da Silva
José Eduardo Coscrato Lelis
Laércio Lourenço Lelis
Lincoln S. Ribeiro
Renato Massaro Sobrinho

Diretores Executivos
Lincoln S. Ribeiro
Maria Izildinha Lacativa

Diretora Financeira
Joeni Bagatini Gomes Tosta

Diretora de Negócios
Maria Izildinha Lacativa

Diretora de Desenvolvimento Editorial
Kátia Lacativa

Diretoria de Planejamento e Controle de Gestão
Antônio Rodrigues Ribeiro

Fotografia
Reprodução
Osmar Júnior

Jornalista
Alline Casado - MTB 26.226/SP
jornalismoagrosa@gmail.com

Projeto Gráfico
Érica Cristina da Silva
ericacristina322@gmail.com

Periodicidade
Mensal

Avenida 7, Nº 552, Guaíra/SP
CEP 14790-000 – Centro
CNPJ – 97.536.231/0001-56
(17) 3331-1432
agroizildinha@gmail.com
www.facebook.com/revistaagrosa

TEORIA E **prática**

A agricultura brasileira, nas últimas quatro décadas, passou por reformas estruturais, associadas à mudança da base técnica, com a intensificação do uso dos insumos industriais (fertilizantes, inseticidas, herbicidas, entre outros), e da mecanização agrícola (tratores, arados, colhedoras, etc.). A industrialização da agricultura, como parte da dinâmica dos Complexos Agroindustriais (CAIs), a integração e centralização de capitais industriais, bancários, agrários, etc. e a expansão de sociedades anônimas, cooperativas agrícolas, conglomerados financeiros e empresariais, provocaram uma nova organização socioeconômica no campo.

Dentre eles, o modelo de serviços de Ater (Assistência Técnica e Extensão Rural) institucionalizada no Brasil, público e gratuito, que alcançou seu auge na década de 70 e início dos 80, durante a modernização da agricultura, em associação às políticas de crédito rural e pesquisa agropecuária. Todavia com a extinção da Embrater em 1990, coordenadora do Sistema, acentuou a crise das entidades estaduais de Ater. Contribuiu para a falta de apoio político a inexistência de indicadores de resultados das ações das instituições estaduais de Ater. Situação esta que possa ser revertida com a criação da ANATER (sancionada em 2014).

Apesar das dificuldades, principalmente ao longo dos últimos vinte anos, é importante reconhecer o papel do profissional de extensão rural no desenvolvimento da agricultura, procurando manter esse serviço atuante, sempre buscando aperfeiçoar os seus modelos de atuação e adaptando-se às restrições do momento, colocando a atividade como referência para muitos países.

Os extensionistas são profissionais que atuam ao lado dos agricultores familiares, prestando assistência técnica e auxiliando-os na superação de diversos obstáculos relacionados a serviços, burocracia e comercialização de produtos. São homens e mulheres que contribuem para o desenvolvimento da agropecuária, melhoria da qualidade de vida de famílias rurais e para as transformações sociais e econômicas de uma comunidade.

É necessário resgatar a história do extensionismo rural, porque, quem dela fez parte, jamais esquecerá os caminhos percorridos até que se chegasse a esse patamar de desenvolvimento da nossa agropecuária.

Se o País quiser atender às expectativas mundiais de grande produtor de matérias primas agropecuárias e alimentos, não poderá limitar-se à discussão sobre o fim dos subsídios agrícolas dos países desenvolvidos e sobre a necessidade pesquisas para o desenvolvimento tecnológico do setor. A Ater também tem importância estratégica neste processo de desenvolvimento.

LOCAIS DE DISTRIBUIÇÃO: Adolfo- Bady Bassitt- Bálsamo- Cedral - Guapiaçu - Icém - Ipiguá - Jaci - José Bonifácio - Mendonça - Mirassol - Mirassolândia - Monte Aprazível - Neves Paulista - Nipoã - Nova Aliança - Nova Granada - Onda Verde - Palestina - Poloni - Potirendaba - São José do Rio Preto - Tanabi - Ubarana -Altair - Barretos - Bebedouro - Cajobi - Colina - Colômbia - Embaúba - Guaíra - Guaraci - Jaborandi - Monte Azul Paulista - Olímpia - Pirangi - Pitangueiras - Severínia - Taquaral - Terra Roxa - Viradouro -Borborema - Cândido Rodrigues - Dobrada - Fernando Prestes - Guariba - Ibitinga - Itápolis - Jaboticabal - Monte Alto - Santa Ernestina - Taiaçu - Taiúva - Taquaritinga - Vista Alegre do Alto - Américo Brasiliense - Araraquara - Boa Esperança do Sul - Descalvado - Dourado - Gavião Peixoto - Ibaté - Matão - Motuca - Nova Europa - Ribeirão Bonito - Rincão - Santa Lúcia - São Carlos - Tabatinga - Trabiju - Ariranha - Catanduva - Catiguá - Elisiário - Ibirá - Irapuã - Itajobi - Marapoama - Novais - Novo Horizonte - Palmares Paulista - Paraíso - Pindorama - Sales - Santa Adélia - Tabapuã - Uchoa - Urupês -Adolfo - Bady Bassitt - Bálsamo - Cedral - Guapiaçu - Icém - Ipiguá - Jaci - José Bonifácio - Mendonça - Mirassol - Mirassolândia - Monte Aprazível - Neves Paulista - Nipoã - Nova Aliança - Nova Granada - Onda Verde - Palestina - Poloni - Potirendaba - São José do Rio Preto - Tanabi - Ubarana -Aramina - Buritizal - Guará - Igarapava - Ipuã - Ituverava - Miguelópolis - Morro Agudo - Nuporanga - Orlândia - Sales Oliveira - São Joaquim da Barra -Altinópolis - Batatais - Cristais Paulista - Franca - Itirapuã - Jeriquara - Patrocínio Paulista - Pedregulho - Restinga - Ribeirão Corrente - Rifaina - Santo Antônio da Alegria - São José da Bela Vista – Conceição das Alagoas - Capinópolis -Perdizes -Planura -Uberaba – Frutal - Pirajuba - Alpinópolis – Passos - Frutal - Sacramento - Campo Florido -Uberlândia - Riolandia - Jacareí -Monteiro Lobato- Limeira -São Manuel – Penápolis- Miracatu- Juquiá- Rio Claro- Avaré- Santo Anastácio – Ourinhos- Jacareí- Tupã- Charqueada – Amparo - Monte Mor- Palmeira do Oeste - Novo Horizonte- Brasília- Pompéia - Nova Granada-Curitiba – Itapetininga – Cerquilho – Uchoa- Mogi Mirim - Sta Fé do Sul - Piraju- Urupês – Andradina- Cafelândia – Lins - Presidente Prudente - Presidente Epitácio – Jaú – Queluz – Sorocaba – Mirandópolis - São Paulo - Rio Verde - Fronteira - Pompéia



ÍNDICE



42
AGRO POLÍTICA
Lideranças pleiteiam revogação de norma nociva à produção da cana-de-açúcar

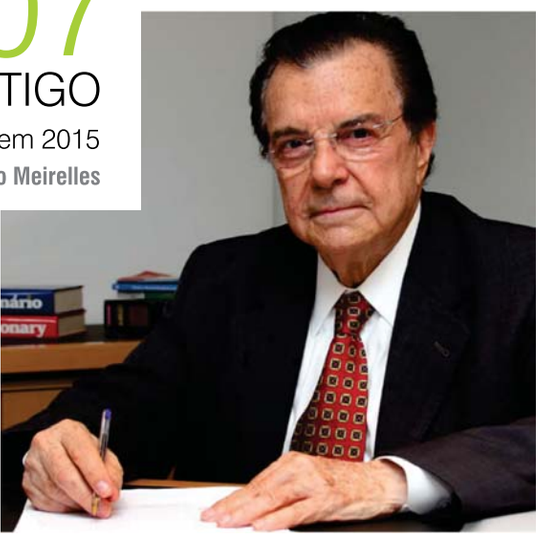


74
CAPA
ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL NA MEDIDA CERTA
A importância do extencionista no desenvolvimento sustentável da agropecuária brasileira



80
AGRO TURISMO
Riolândia: Cidade natureza completa 61 anos

07
ARTIGO
O agro em 2015
Por: Fábio Meirelles



QUALIDADE - SOLIDEZ - CONFIANÇA

CORAM

41 Anos ao lado do Agricultor

SEMENTES, DEFENSIVOS E FERTILIZANTES

PRONTA ENTREGA DA LINHA COMPLETA PARA CANA-DE-AÇÚCAR, CEREAIS E SEMENTES DE MILHO

REVENDA AUTORIZADA COM PORTIFÓLIO COMPLETO PARA CANA-DE-AÇÚCAR

DOW Dow AgroSciences

BAYER Bayer CropScience



ITUVERAVA SP - 16 3829-9020 GUAÍRA SP - 17 3332-1616 ORIZONA GO - 64 3474-1331

O AGRO EM 2015



Fábio Meirelles
Presidente do Sistema FAESP/SENAR-AR/SP e FUNDEPEC

O agronegócio é a base sólida da economia. Alimenta mais de 200 milhões de brasileiros, garante um elevado volume das exportações, produz energia limpa e renovável, gera emprego e renda, sem o mesmo, não teríamos a adequada sustentabilidade econômica e a paz social, indispensável à população brasileira. Infelizmente, nunca houve uma política agrícola consistente e permanente. O agronegócio é uma força real que impulsiona o mercado interno e externo, garante a renda efetiva, sustentabilidade e segurança jurídica. Entretanto, as características específicas do setor, que as diferenciam dos demais, não são compreendidas por parte dos governantes, ou são por eles subestimadas. Como exemplo desses fatores, citamos os entraves que afetam o setor sucroenergético, entre outros, vitimado por ações inconsistentes de Estado, entre as quais ressaltamos a ausência de um plano de longo prazo para a questão logística que tem limitado a capacidade de expansão do setor. Outro problema grave, que atinge especialmente o pequeno e médio produtor: a ausência de uma política de garantia de renda, de modo a gerar a estabilidade na cadeia produtiva. Os agricultores não dispõem de instrumentos de proteção contra os riscos inerentes à atividade econômica. As soluções dependem de políticas setoriais baseadas na garantia de renda dos produtores rurais e na proteção de riscos, da adequação das políticas macroeconômica e ambiental, além de medidas voltadas à indústria, ao comércio e serviços, em áreas onde esses setores se conectam à agropecuária. Mas, principalmente, o setor agrícola brasileiro depende de boa vontade e ações governamentais para execução dos programas e projetos voltados para o meio rural a longo prazo.

A FAESP defende uma política agrícola plurianual, com horizonte de 4 a 5 anos, programas setoriais permanentes, lastreados na elevação da produtividade, no ganho de eficiência, na segurança alimentar e na estabilização da renda no campo. Para a Federação, que reúne 238 sindicatos e 322 extensões de base, o que lhe garante presença na quase totalidade dos municípios paulistas, o agronegócio irá avançar ainda mais se seu protagonista, o produtor rural, seja ele pequeno, médio ou grande, abrigado em Sindicatos Rurais, Cooperativas ou individualmente, for atendido em suas demandas. O homem do campo, precisa de estímulos para se manter à frente de suas atividades. Incentivado, ele gira toda a cadeia à sua volta. O setor é fundamental para o desenvolvimento do País, esperamos que em 2015 receba a atenção, o apoio e o reconhecimento devidos, de maneira a promover o fortalecimento da economia brasileira.

PERSPECTIVAS DA SECA

FAESP pede ajuda imediata aos agricultores

A seca em São Paulo teve graves consequências para a agricultura e a pecuária, com possíveis reflexos no abastecimento. Esse quadro pode continuar no próximo ano, na avaliação da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de São Paulo. "Como se não bastassem a falta de chuvas e a baixa umidade, as temperaturas elevadas foram prejudiciais", afirmou Fábio Meirelles, presidente da FAESP. Em certas regiões, já registram perdas de mais de 30% nas lavouras. A seca aflora uma antiga discussão do campo: a necessidade de instrumentos de proteção contra os riscos inerentes à atividade, em especial um seguro rural amplo e efetivo, como o de receita, tem de estar no cerne da política agrícola, disse Meirelles. A estiagem prolongada merece atenção permanente da FAESP. Seu presidente tem viajado pelo interior paulista para avaliar prejuízos, conversar com autoridades e buscar soluções. Conduziu também amplas consultas com sindicatos e dirigentes rurais para avaliar a situação. O valor médio da produção agropecuária paulista deve chegar a R$ 57 bilhões, 3% menor que em 2013. A produção do arroz diminuiu 54%. "É fundamental a rápida e urgente liberação de recursos para o crédito e o seguro", afirmou Meirelles. "O produtor afetado pelo clima precisa de mais atenção do governo". A escassez de chuvas afetou também os lençóis freáticos. A irrigação não pode ser adotada em algumas regiões. Em outubro, a FAESP, com 26 sindicatos rurais de municípios da bacia PCJ (que engloba os rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí), prefeitos e lideranças regionais lançaram o Pacto pela Água, com o objetivo de aumentar a conscientização e tomada de providências para atenuar a crise hídrica.

Efeitos da falta de água

Problemas provocados pela mudança do padrão climático nas principais culturas dos campos do estado de São Paulo;

CAFÉ

Perdas de 5% a 10%, queda de produtividade e comprometimento da qualidade e da renda dos produtores;

CANA-DE-AÇÚCAR

Antecipação da colheita e quebra de safra de quase 5% em comparação a 2013. Queda de receita no campo da ordem de R$ 1,6 bilhão;

LARANJA

Atraso na colheita e estimativa de quebra de 5%; redução da remuneração dos produtores e descapitalização;

PASTAGENS

Risco de redução de plantel para produtores descapitalizados e prejuízo na engorda de animais; aumento de custos na pecuária leiteira e menor produtividade;

MILHO

Variação negativa média na produção de 12%. A receita no campo caiu e pode haver redução da área em 2015.



03 a 05 de março

feniCafé 2015

Feira Nacional de Irrigação em Cafeicultura

XX Encontro Nacional de Irrigação da Cafeicultura do Cerrado
XVIII Feira de Irrigação em Café do Brasil
XVII Simpósio de Pesquisa em Cafeicultura Irrigada



ARAGUARI
Minas Gerais

REALIZAÇÃO:

ACA 30 anos
Associação dos Cafeicultores de Araguari

Região do Cerrado Mineiro
Denominação de Origem

Federação dos Cafeicultores do Cerrado

LOCAL:
Pica-Pau Country Club

INFORMAÇÕES:
www.fenicafe.com.br

CONTATO:
34 3242 8888

APOIO:

Governo Federal Brasil País rico é país sem pobreza · Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento · Ministério da Integração Nacional Secretaria Nacional de Irrigação · Sebrae · Senar · Embrapa Café · Consórcio Pesquisa Café · CAPES · ABID · Uniube · Canal Rural · TV Integração · Governo de Minas · Emater-MG · Prefeitura de Araguari · Câmara Municipal de Araguari · Polícia Militar de Minas Gerais · Conseg Rural · ebba · Região do Cerrado Mineiro · Coocacer Araguari · Grupo G8 · Banco do Brasil

AN NCIO FENICAF REVISTA 21X28cm
sexta-feira, 30 de janeiro de 2015 11:10:17

FAESP CAPACITA PARA REALIZAR O Cadastro Ambiental Rural

O CAR é um registro eletrônico de âmbito nacional obrigatório para todas as propriedades rurais





O Código Florestal em sua versão de 2012 trouxe consigo a exigência imposta aos Produtores Rurais de realizarem o cadastramento ambiental rural, instrumento criado para auxiliar no processo de regularização ambiental das propriedades e posses rurais.

Basicamente, consiste no levantamento de informações sobre o imóvel e, por ser ato declaratório, haverá necessidade da delimitação das Áreas de Proteção Permanente (rios, nascentes, topo de morro, encostas com declividade superior a 45°, lagos e lagoas, reservatórios naturais ou artificias, etc.), Reserva Legal e Reserva Legal de Compensação, Remanescente de Vegetação Nativa, Área Rural Consolidada, Áreas de Uso Restrito, servidões administrativas e indicação de áreas passíveis de serem declaradas como Servidão Ambiental.

CAR

O CAR é um registro eletrônico de âmbito nacional obrigatório para todas as propriedades rurais e opcionalmente para imóveis urbanos. Não é instrumento de regularização fundiária, mas sim de gestão. Tem a finalidade de integrar informações ambientais que serão lançadas em um banco de dados pelo próprio proprietário ou posseiros, podendo ainda ser feito por representante legal ou técnico. O objetivo fundamental é controlar, monitorar, possibilitar o planejamento econômico e ambiental e combater o desmatamento irregular.

Da precisão das informações cadastradas será possível posteriormente conhecer os ativos e passivos ambientais e, consequentemente, elaborar o diagnóstico ambiental do Brasil contribuindo para a preserva- ção, proteção e conservação de nossos recursos naturais. O sucesso do CAR depende do correto lançamento dos dados pelo próprio Produtor Rural, razão pela qual irá necessitar de informações de qualidade para cumprir essa exigência legal.



Dr. Fábio Meirelles entrega ao governador o Manual do Car

SICAR

A FAESP tem tratado esse assunto desde que a própria Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo trouxe ao conhecimento o SiCAR-SP (sistema eletrônico do CAR). Muitas sugestões, propostas e questionamentos foram encaminhados àquele órgão ambiental estadual, sempre buscando auxiliar no aprimoramento do sistema estadual. A complexidade do assunto e as interpretações jurídicas sobre eventuais lacunas da lei demonstram que uma simples cartilha não traria segurança ao Produtor Rural cujas dúvidas só aumentaram com o passar do tempo.

A decisão estratégica do Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de São Paulo, Dr. Fábio de Salles Meirelles, foi determinar estudos profundos sobre o tema e caminhar no sentido de produzir material que servisse de suporte técnico aos Sindicatos Rurais, que afinal é o elo mais próximo do homem do campo.

A FAESP produziu então o "Manual do Cadastro Ambiental Rural – CAR: Teoria e Prática", que o apresenta como forma de disponibilizar informações precisas sobre o Código Florestal, o CAR e como realizá-lo efetivamente.



Capacitação

Percebeu-se que haveria também a necessidade de capacitar o pessoal dos Sindicatos Rurais de tal forma que pudessem atuar como representantes técnicos, auxiliando o Produtor Rural, que em sua grande maioria não tem afinidade com os recursos de informática necessários para preencher o CAR, conhecimento das áreas de preservação permanente e outros dados que comporão o croquis eletrônico do SiCAR-SP, bem como os documentos digitais a serem transferidos aos bancos de dados do sistema.

Trabalhou-se no sentido de desenvolver um curso próprio, com características que atendessem seu público-alvo, voltados a respeitar a cultura e linguagem local, com tempo para dirimir as dúvidas sobre o assunto, habilitá-los a extrair as informações necessárias desse produtor rural para alimentar o CAR, instrui-los no uso de ferramentas como o Google Earth, um programa de computador cuja função é apresentar um modelo tridimensional do globo terrestre e que pode ser usado como um gerador de mapas bidimensionais e imagens de satélite ou como um simulador das diversas paisagens capturadas pelos satélites ou aeronaves, e assim ser possível identificar lugares, dimensões, alturas de morros, montanhas e serras, declividades, perímetros, tamanho das áreas e outros elementos terrestres ou marítimos.

O curso também teve o objetivo de deixá-los em condições de identificar as APPs (área de preservação permanente) e outras exigências previstas no Código Florestal, compreender o conceito de área rural consolidada e seus benefícios ao declarante, como, na prática, preencher o CAR, desde a criação de usuário e senha, passando pelo preenchimento de dados da Propriedade, de Domínio, de Declarações, elaboração do croqui no Mapa, da inclusão de Anexos, interpretação dos dados do Resumo e como finalizar o cadastramento gerando o número de inscrição no CAR.

Software

Importante ferramenta será disponibilizada aos Sindicatos Rurais através de um software (um simulador do CAR) que construirá um diagnóstico sobre a propriedade como base nas próprias declarações do produtor rural e que antecederá a fase do preenchimento do CAR. Passo relevante porque irá gerar informações que permitirão a compreensão da importância de levar dados de qualidade e que realmente espelhe o que se tem na propriedade ou posse, também irá fornecer o passivo ambiental e seu custo aproximado para recuperar a área degradada ou alterada, conhecimento esse fundamental para a fase do Programa de Regularização Ambiental (PRA).













Importante ferramenta será disponibilizada aos Sindicatos Rurais através de um software (um simulador do CAR) que construirá um diagnóstico sobre a propriedade como base nas próprias declarações do produtor rural e que antecederá a fase do preenchimento do CAR.





Curso

O curso de capacitação para realizar o Cadastro Ambiental Rural – CAR abrange teoria e prática, com aulas em laboratório de informática, cuja estrutura de ensino, com todos os recursos tecnológicos necessários, decorre de parceria com a Faculdade Alfa/FADISP, que atua na área de capacitação profissional. A FAESP disponibiliza o curso com carga de 16 horas, desenvolvido em dois dias, e também toda a logística (material didático, ecobag personalizada, Manual do CAR, hospedagem, alimentação e coffee break).

Ao final, um certificado é emitido para o aluno, o qual tem registro no MEC. A meta é formar pelo menos um representante técnico, por sindicato rural, num total de 210 entidades, em 7 turmas de 30 alunos ainda em 2014 e, para o próximo ano, completar o restante, de modo que cada Sindicato tenha pelo menos duas pessoas habilitadas. Mesmo após o término do curso a FAESP ainda estará dando o suporte técnico àqueles que eventualmente tenham dúvidas e necessitem de novos esclarecimentos ou orientação para bem executar seu trabalho nos Sindicatos Rurais.

Fonte: Informativo FAESP/SENAR



ALCKMIN SANCIONA
Programa de Regularização Ambiental no Estado

O PRA é a ferramenta que colocará em prática o Código Florestal Federal e suas novas regras

O Projeto de Lei 219, que institui o Programa de Regularização Ambiental (PRA) no Estado de São Paulo, foi sancionado no dia 15 de janeiro pelo governador Geraldo Alckmin (PSDB) com sete vetos. O PRA é exigido em todos os Estados pelo novo Código Florestal, aprovado em 2012. Segundo a Secretaria do Meio Ambiente paulista, ainda será preciso regulamentar diversas partes do PRA no estado.

Um dos vetos se refere à questão da compensação ambiental fora do Estado, que era criticada por ambientalistas. "Nós vetamos isso porque pretendemos, na regulamentação, limitar a compensação ao Estado de São Paulo, o que nos ajuda na questão hídrica", disse o governador.



Outros dois pontos importantes a serem destacados são: a possibilidade de início da recuperação de aproximadamente 1,6 milhão de hectares de vegetação em SP; e a segurança jurídica de produtores no procedimento de regularização ambiental de suas áreas.

De acordo com a Secretaria do Meio ambiente paulista, somente através da adesão ao PRA "o proprietário rural poderá continuar o uso de suas Áreas de Preservação Permanente que já eram utilizadas antes de 22 de julho de 2008".

Ainda segundo a secretaria, a nova legislação paulista deixa mais claro quais são as regras para a regularização da Reserva Legal de pequenos imóveis e deve proporcionar maior segurança jurídica.

> **"Assim como no novo Código Florestal [de 2012], em São Paulo os pequenos proprietários poderão compor sua reserva legal com a vegetação nativa existente na propriedade."**

Foram vetados dispositivos pontuais em 7 artigos, mas a essência do projeto não foi alterada, tendo sido preservadas as regras de isenção de recomposição de RL para pequenas propriedades e a desnecessidade de regularização de quem desmatou de acordo com a lei da época em relação à reserva legal.

Dispositivos vetados:

Art. 6º - suspensão de multas em caso de adesão ao PRA
A Lei Federal suspende multas por supressão de vegetação em APP, Reserva Legal e Áreas de Uso Restrito e o artigo da lei estadual que foi vetado previa esta suspensão para a supressão de vegetação em qualquer local, suprindo a falta do programa de conversão de multas previsto no Decreto 8235 para quem desmatou fora das áreas proibidas;

Art. 14 § 5º, 1 - metragens de recomposição de faixas de APP para imóveis de 4 a 10 módulos
Tinha sido proposta uma redação simplificada, mas com a retirada aplica-se a lei federal, não há prejuízo;

Art. 14 § 10 - APP de restinga
A redação previa a identificação das restingas do Estado pela SEMA e foi vetado porque esta medida demandaria recursos do Estado e portanto não poderia ter sido proposta pelo legislativo, tinha vício de origem. Infelizmente a confusão sobre o que é e o que não é APP nas restingas do litoral paulista;

Art. 18 - intervenção em APP para aquicultura
O PL havia disciplinado como seria a intervenção nas APPs das pequenas e médias propriedades para a realização da atividade de aquicultura permitida pela Lei Federal, o veto dificulta ou até impossibilita a realização da atividade;

Art. 20 §2º - dispensava de autorização o acesso à água para realização de atividades de baixo impacto
O acesso continua garantido, mas poderá haver exigência de autorização ambiental;

Art. 23 - previa a identificação e homologação de APPs com necessidade de recomposição
O veto não altera a permissão da Lei Federal de recomposição limitada a porcentagens das propriedades conforme o tamanho das áreas;

Art. 26, § 1° - detalhava a metodologia de reconhecimento das áreas de uso restrito com inclinação entre 25 e 45° que tinham uso consolidado e as que necessitavam de recuperação
O veto apenas retira o detalhamento, mas mantém as regras federais de limitação de uso;

Art. 35 § 2º e 3º - previa possibilidade de relocação de reserva legal fora da propriedade
O veto deixa uma brecha nas possibilidades de relocação uma vez que a lei federal não dispõe sobre o assunto de forma direta;

Alguns vetos retiram do Estado a oportunidade de detalhamento das disposições da lei federal, pois dela não discordavam mas diferiam no nível e profundidade de informação. O balanço, no entanto, é positivo uma vez que a nova lei estadual trará mais clareza na forma de cumprimento da lei federal.

Perguntas e respostas divulgados pela Secretaria do Meio Ambiente sobre o novo código:

1. Esta nova Lei pode ser considerada um Código Florestal do Estado de São Paulo?
A lei não cria um Código Florestal Paulista, mas sim estabelece a forma que o Programa de Regularização Ambiental – PRA será realizado em São Paulo. O PRA foi criado pelo Código Florestal Federal para possibilitar a regularização ambiental das propriedades rurais no Brasil que estavam em desacordo com o Código Florestal anterior (Lei 4.771/65).

2. A Lei diminui a proteção dos cursos d'água e nascentes?
Não. Em São Paulo a proteção garantida aos corpos d'água e nascentes é a mesma proteção prevista no Código Florestal Federal para todo o país. As faixas de recomposição obrigatória de APP, no âmbito do PRA, que já são tratadas de forma diferenciada pelo Código Florestal, são objeto da Lei recém publicada e também seguem exatamente os limites impostos nacionalmente.

3. O que a Lei diz sobre a necessidade de Reserva Legal para o pequeno e para o grande imóvel rural?
A Lei deixa mais claro quais são as regras para a regularização da Reserva Legal dos pequenos imóveis rurais, proporcionando maior segurança jurídica: assim como no Novo Código Florestal, em São Paulo os pequenos proprietários poderão compor sua Reserva Legal com a vegetação nativa existente na propriedade.

Para os demais proprietários, a porcentagem de Reserva Legal necessária será determinada pela época de abertura da área, de acordo com regulamento a ser editado pelas Secretarias de Meio Ambiente e Agricultura.

4. A Lei libera a compensação de Reserva Legal fora do Estado?
Não. A Lei apenas coloca o já disposto no novo Código Florestal quanto à compensação de Reserva Legal. A compensação de RL será regulamentada de acordo com os interesses do Estado de São Paulo na preservação de seu território, garantindo o bem estar da população.

5. Quais os benefícios na adesão do proprietário ao Programa?
Somente através da adesão ao PRA o proprietário rural poderá continuar o uso de suas Áreas de Preservação Permanente que já eram utilizadas antes de 22 de julho de 2008.

Além disso, o proprietário que aderir ao Programa e cumprir todas as obrigações de recomposição presentes no Termo de Compromisso não poderá ser autuado por supressão de vegetação ocorrida antes desta data.

Ao final dos compromissos, o imóvel será considerado ambientalmente regular.

6. Com relação ao plantio de exóticas em APP de pequenas propriedades, afirmam que a Lei Paulista é mais branda, prossegue essa informação?
Não. A Lei Paulista segue o regulamentado pela legislação federal, a possibilidade de utilização de espécies exóticas em 50% nas APPs das pequenas propriedades rurais, que está prevista na Lei Federal (12.651/2014), no inciso IV, do parágrafo décimo primeiro do artigo 61-A.

7. As pequenas propriedades que tiverem nascentes terão uma regra diferente da Lei Federal.
Não. A nova lei, neste ponto, também segue a legislação federal, ou seja, o parágrafo quinto do artigo 61-A da Lei Federal, já prevê os 15m de raio para nascentes em áreas com uso consolidado.

Ampla discussão

Antes do PRA ser sancionado pelo governador Geraldo Alckmin, houve, em Audiência Pública realizada no dia 25 de novembro, a discussão do mesmo entre representantes de sindicatos rurais, movimentos sociais, institutos de pesquisa, universidades, ONGs, representantes do governo estadual, deputados estaduais e federais, produtores rurais e interessados no tema.

Foram apresentadas diversas análises sobre o projeto apresentado pelo deputado Barros Munhoz (PSDB) e outros. Coordenada por Munhoz, a mesa dos trabalhos foi composta, entre outros, pelos deputados Bruno Covas (PSDB), Itamar Borges (PMDB), Davi Zaia (PPS), Pedro Tobias (PSDB), José Zico Prado (PT), Beto Trícoli (PV), Roberto Moraes (PPS), Ana do Carmo (PT), Enio Tatto (PT), Welson Gasparini (PSDB), Professor Tito (PT) e o deputado federal Arnaldo Jardim (PPS/SP).

No dia 10 de dezembro uma Assembleia aprovou o Projeto de Lei 219/2014, do deputado Barros Munhoz e outros, sobre o Programa de Regularização Ambiental das propriedades rurais, criado pela Lei Federal 12.651/2012, e sobre a aplicação da Lei Complementar Federal 140/2011, na forma da Emenda Aglutinativa Substitutiva 14. Após isso, o projeto foi encaminhado ao governador.

Colaboração: Samanta Pineda, Conjur e FAESP







PRA:
regularizar para cuidar e produzir



Arnaldo Jardim
Engenheiro, Deputado Federal pelo PPS-SP e Presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Infraestrutura Nacional.

O Governo Geraldo Alckmin sancionou o Projeto de Lei nº 219/2014 – proposta que define as bases para a implementação do PRA (Programa de Regularização Ambiental) das propriedades e imóveis rurais com o propósito de adequar a legislação estadual ao novo Código Florestal promulgado em 2012 e que a Assembleia Legislativa de São Paulo havia aprovado.

O que se busca com o PRA é a adequação ambiental com menor impacto social e econômico dentro das regras previstas pelo Código Florestal. Assim o PL 219/2014, agora convertido na Lei nº 15.684, de 14 de janeiro de 2015, detalha os procedimentos de regularização. A nova legislação estadual dá capilaridade maior ao que já consta na lei federal com a definição de conceitos, garantia de compatibilidade dos cadastros estaduais e federais das propriedades rurais e segurança jurídica para regularização.

Os aspectos relevantes considerados no PRA são as boas práticas ambientais de forma a não permitir a supressão de vegetação nativa; a revitalização das matas ciliares como prioridade; o aumento da vegetação nativa – São Paulo possui hoje 17,70% de vegetação nativa e passará a ter 24,04% de cobertura do território do Estado – ; e ganho ambiental com respeito às cláusulas sociais.

Enquanto a média de recomposição da vegetação no entorno dos rios no País é estimada entre 3,5% e 4% do território, em São Paulo com a regulamentação do PRA será de 6,54% , o que representará 7,94% de toda a área efetivamente utilizada na agropecuária.

Com a nova lei estadual em consonância com todos os critérios do Código Florestal, é esperado que a recuperação vegetal em nosso Estado possa atingir de 1,5 a 1,8 milhões de hectares, praticamente dobrando o que já existe de vegetação nativa nas propriedades paulistas.

O PRA determina a constituição das chamadas RLs (Reservas Legais), ou seja, a reserva de um percentual da propriedade para a execução do restauro e da recomposição florestal.

Cria em São Paulo um modelo inovador para facilitar a implantação e operacionalização dos métodos de compensação de reserva legal. Com isso, o governo estadual poderá colocar em prática instrumentos econômicos de mercado que poderão, inclusive, em alguns casos, serem negociado em bolsa de valores, trabalharemos isto na regulamentação que virá em breve.

A geração dos ativos ocorreria para financiar a restauração ecológica de áreas degradadas em diferentes situações (recuperação de mata ciliar, restauração de áreas para formação de corredores de biodiversidade, recuperação de Unidades de Conservação e plantio de florestas para produção sob manejo sustentável em áreas agrícolas).

A ideia é que o governo estadual e instituições credenciadas emitam títulos para financiar projetos de restauro ecológico elegíveis de acordo com critérios técnicos e de propriedade, como de áreas essenciais para a garantia da segurança hídrica do Estado.

Os compradores dos certificados seriam os detentores de obrigações de realizar plantios de vegetação, assim como os interessados em executar compensação de reserva legal ou mesmo os interessados em compensar, voluntariamente, emissões atmosféricas ou "pegadas hídricas".

Ao facilitar o encontro de obrigações de plantio, restauro ecológico, constituição de RLs com a necessidade de financiar projetos ecológicos de prioridade governamental, uma série de benefícios podem ser considerados, como o enquadramento do "devedor ambiental" às novas regras; o planejamento e execução de projetos mais robustos de restauro ecológico; e a solução para o financiamento de restauração ecológica, dentre outro já citados.

Ao fim processo legislativo da instituição do PRA com a sanção governamental, a Secretaria de Agricultura e Abastecimento entra agora em campo para uma nova etapa, a regulamentação do programa que concilia produção e preservação para ampliar a cobertura vegetal no Estado de São Paulo. Aliás, esta é uma das prioridades definidas durante meu discurso de posse na Pasta, onde afirmei:

São Paulo aceitou enfrentar a questão da preservação versus produção para transformá-la num paradigma de produção sustentável.
Hoje a secretaria apresenta seu balanço ambiental, toca o projeto de "microbacias" do programa de desenvolvimento rural sustentável.
São animadores os dados sobre a recomposição de mata nativa, ampliou-se o cuidado com as matas ciliares e são inúmeros os programas de preservação de fontes e nascentes, muitos deles com destacada participação dos municípios e eles terão sua prioridade acentuada em nossa gestão."

A partir de agora vamos trabalhar intensamente, conforme orientou o Governador Alckmin, para o cumprimento de todos os objetivos previstos na lei que instituiu o PRA e assim garantir tranquilidade ao homem do campo, capacidade para cuidar do meio ambiente e produzir para todos!

DESOBEDIÊNCIA ao Código Florestal Brasileiro



Joaquim Augusto S. S. Azevedo Souza
Presidente da Associação e do Sindicato Rural de Ribeirão Preto

Não é segredo para ninguém que a área política ambiental, engordada por diversas ONGs estrangeiras e algumas nacionais, ao lado de radicais do ambientalismo, nutre grande prevenção contra a classe produtora rural, taxando-a como a maior vilã do meio ambiente.

Evidentemente que esta antipatia gratuita e sem nenhum respaldo na realidade do cotidiano campestre, embora lamentável, não constitui nenhuma surpresa e pouco nos incomoda exatamente por vir de onde vem. Além do que, os verdadeiros defensores do meio ambiente, muito mais lúcidos e conscientes, sabem que a grande maioria dos integrantes da classe agropecuária são seus parceiros na luta pela preservação das necessidades ambientais.

O que tem intrigado e preocupado sobremaneira a classe produtora rural é a postura soberba e aética de algumas autoridades do setor ambiental que, mal assessoradas, vem seguindo antigos procedimentos aplicados quando da fiscalização de incêndios acidentais nas propriedades rurais. Pela antiga legislação, que tanto a secretaria estadual do meio ambiente quanto a Cetesb persistem em utilizar, na ocorrência de incêndio em área rural, simplesmente autuavam o proprietário do imóvel como o responsável e "culpado" pelo incidente.

Com a aprovação do novo Código Florestal brasileiro, este absurdo disparate legislativo que responsabilizava alguém por algo que não fez foi, muito justificadamente, abolido, trazendo a luz da justiça também para o campo, de forma a responsabilizar por eventual dano ambiental seu verdadeiro causador e responsável. Nada mais justo!!

A matéria está contida e disciplinada, de forma clara e transparente, no artigo 38 e seus parágrafos 3 e 4, " na apuração da responsabilidade pelo uso irregular do fogo em terras públicas ou particulares, a autoridade competente para fiscalização e autuação deverá comprovar o nexo de causalidade entre a ação do proprietário ou qualquer preposto e o dano efetivamente causado. É necessário o estabelecimento de nexo causal na verificação das responsabilidades por infração pelo uso irregular do fogo em terras públicas ou particulares."

Não há, portanto, razão plausível para se negar o óbvio ! O Código Florestal Brasileiro é como se fora a constituição nacional do meio ambiente e deve ser seguido e obedecido por todos, inclusive pelas autoridades ambientais e respectivos corpos fiscais, independentemente de suas ideologias ou posições políticas.

Aqui em nossa região, no último período de persistente e anormal seca, quando inúmeros prejuízos puderam ser anotados nos cafezais, nos pomares, nos canaviais e demais lavouras perenes e pastagens, ocorreram muitos incêndios que queimaram também matas, capoeiras, pedaços de cerrados, além de algumas benfeitorias como cercas, por exemplo, e grandes trechos marginais de rodovias, além de terrenos urbanos etc.

E, este lamentável episódio não pode ser ignorado e tão cedo não será esquecido, pois, trata-se da maior seca das últimas décadas em Ribeirão Preto e na antiga alta mogiana!

Diante deste quadro catastrófico, registrado por toda a mídia, inclusive a televisiva, o que foi feito pelos zelosos fiscais da Cetesb? Simplesmente multaram proprietários rurais sem nenhuma apuração do nexo de causalidade como determina o Código Florestal. E no que se basearam para aplicação das penalidades? Em supostas denúncias... Feitas por quem? Ninguém sabe e ninguém viu... E o proprietário rural, muitas vezes vítima da ocorrência do incêndio, que vá se defender.

Diante do acima exposto indagamos, insistentemente, da secretaria estadual do meio ambiente e da Cetesb, quais os critérios usados pela fiscalização para a apuração da responsabilidade pelo incêndio ocorrido em propriedade rural diante da necessidade de comprovação do nexo de causalidade, conforme previsto no código florestal. E o que nos foi respondido? Ao invés de uma resposta objetiva, trouxeram informação técnica pela qual o funcionário que a subscreveu envereda-se simplesmente para uma posição antiempresarial em relação ao setor industrial sucroalcooleiro... sic!

É de fundamental importância para a democracia que a fiscalização ambiental dispa-se dos subterfúgios para mera aplicação de multas e aja com isenção e dentro da legalidade.

Fica aí o alerta aos produtores rurais para que façam valer seus direitos como usual nos dias presentes e não se acanhem de acionar suas Entidades de classe e, até mesmo, o Judiciário, se assim for preciso.

É de fundamental importância para a democracia que a fiscalização ambiental dispa-se dos subterfúgios para mera aplicação de multas e aja com isenção e dentro da legalidade.



VIVEIRO

Flor do Mato

Deixe seu
reflorestamento
por **nossa conta!**



Mudas nativas | Preparo do solo | Plantio | Manutenção | Serviços especializados

Fones: 17 9 9979.7799 | 9 9141.0000 | 9 8141.0100
www.viveiroflordomato.com.br | e-mail: viveiroflordomato@gmail.com



Certas regiões, e para algumas atividades, as perdas podem superar 20%, mas há casos de produtores que isoladamente reportam perdas de até 70%."

Presidente da FAESP/SENAR, Fábio Meirelles, sobre a crise na agricultura deste ano por consequência da baixa reserva hídrica e as elevadas temperaturas.



R$ 88,6 bilhões. Este é o possível valor que corresponde ao assalto perpetrado pelas gestões petistas na Petrobras, seja na forma de desvios e corrupção, seja na de negócios mal feitos, ineficiência e desperdício de dinheiro que deveria servir ao desenvolvimento do país. Quem vai pagar por isso? Nós, brasileiros. Para se ter uma ideia, com este dinheiro seria possível construir Ferrovias, Hidrovias e Rodovias para melhor infraestrutura do transporte no Brasil."

Duarte Nogueira, Secretário do Transporte e Logística, sobre o arrombo na estatal Petrobrás.

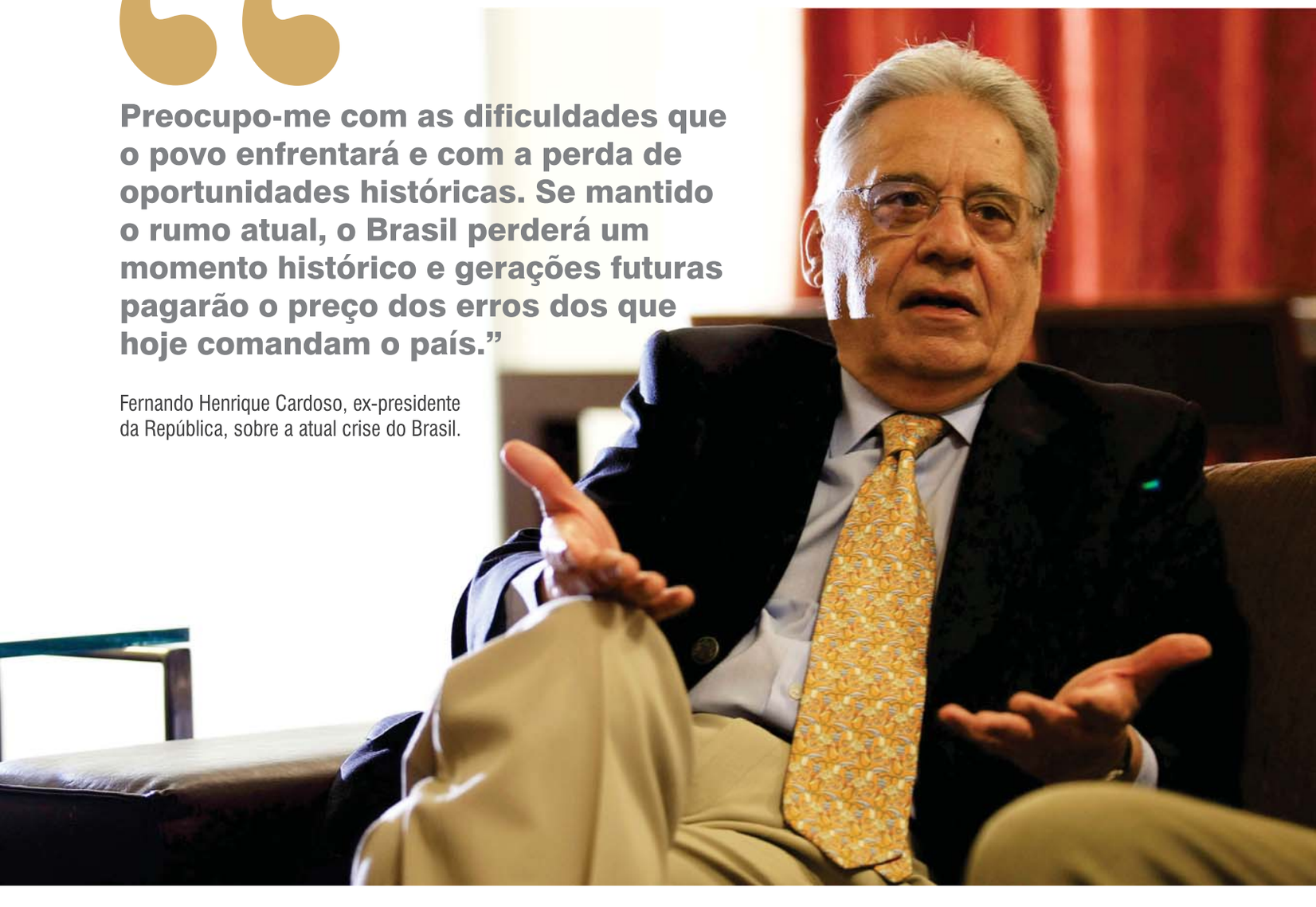


A criação do PRA é um avanço para o Estado e um dos grandes exemplos de democracia e de produção profícua em benefício da sociedade. O projeto foi aprimorado após inúmeras reuniões e audiências públicas com entidades.”

Deputado estadual Barros Munhoz (PSDB), sobre a aprovação do Programa de Regularização Ambiental das propriedades rurais (PRA) do Estado de São Paulo.

Preocupo-me com as dificuldades que o povo enfrentará e com a perda de oportunidades históricas. Se mantido o rumo atual, o Brasil perderá um momento histórico e gerações futuras pagarão o preço dos erros dos que hoje comandam o país.”

Fernando Henrique Cardoso, ex-presidente da República, sobre a atual crise do Brasil.



ESCOLHA **certa**

Arnaldo Jardim assume a Secretaria de Agricultura e Abastecimento e já toma atitudes para melhorar o setor









O deputado federal Arnaldo Jardim assumiu o novo cargo de secretário de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo no dia 8 de janeiro. A solenidade de transmissão de cargo ocorreu no Salão Nobre da Secretaria, que ficou pequeno diante do público presente.

Em seu primeiro discurso como Secretário de Agricultura e Abastecimento, Arnaldo Jardim colocou a satisfação de integrar o Governo Geraldo Alckmin, enfatizou a importância da agricultura para o estado, e falou sobre a necessidade de políticas públicas estáveis, de segurança jurídica e de previsibilidade nos parâmetros econômicos, para o pleno desenvolvimento do setor.





“São Paulo é o maior produtor de açúcar e etanol, de borracha natural e de laranja, além de grande produtor de café, madeira de reflorestamento, flores ornamentais, ovos, frutas, frangos e suínos, e ainda tem posição destacada na exportação de carne e genética bovinas”, afirmou.



Jardim colocou a sustentabilidade e o setor sucroenergético como prioridades em sua gestão, com a missão de atuar junto ao Governo Federal na proposição de medidas de enfrentamento da crise, como a retomada da Cide, por exemplo. “Esse setor responde hoje por 34% do PIB agrícola de São Paulo, e nós estamos vendo o setor definhar, e todo o entorno desse setor sofrer de uma forma muito grave esta crise”, disse o Secretário.



Além disso, a questão do abastecimento estará entre os destaques. "A Secretaria vai recuperar de uma forma mais acentuada a sua vertente de abastecimento. Nós estamos conversando com o Governador para que programas como o Bom Prato e o Viva Leite, que hoje estão com outros órgãos do Estado, sejam feitos de uma forma integrada com a Secretaria de Agricultura. Nós temos hoje centros de compras, feiras de orgânicos, tudo isso será fortalecido. Então, sobre a vertente alimentação e segurança alimentar haverá uma concentração de esforços aqui da Secretaria", afirmou.

Sobre a estrutura da SAA, o Secretário falou da importância de repor o quadro de colaboradores e da integração do trabalho. "Nós sabemos que a secretaria perdeu fôlego recentemente, porém já há demanda por novos concursos públicos, tratei disso pessoalmente com o Governador. Vamos buscar melhores condições de trabalho, mas nós vamos cobrar contrapartida. Há muitas vezes uma multiplicidade de esforços e temos que ajustar isso, fazer um esforço para a integração das equipes".

"Destaco que a Secretaria deve reforçar o cooperativismo e os valores que incluem a participação democrática, a solidariedade, a independência e a autonomia. O Cooperativismo já demonstrou sua capacidade de enfrentar os desafios econômicos, urbanos e rurais brasileiros, com as ferramentas da produtividade, competitividade e responsabilidade social", afirmou o Secretário.

Marcaram presença na posse, o secretário de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação e vice-governador, Márcio França, que representou o Governador Geraldo Alckmin; a secretária do Meio Ambiente, Patrícia Iglecias Lemos; o secretário da Casa Civil, Edson Aparecido e o secretário de Energia, João Carlos de Souza Meireles.

Participaram ainda representantes do agronegócio paulista e brasileiro, como o presidente da Datagro, Plínio Nastari; o ex-ministro Roberto Rodrigues; presidentes das Câmaras Setoriais; a presidente da Unica, Elizabeth Farina; o presidente da Abag, Luiz Carlos Corrêa Carvalho; o presidente da ABC – Associação Brasileira dos Criadores, Luis Alberto Moreira Ferreira; o Superintendente de Governo São Paulo, Evaldo Estevão Fabiano Borges; o presidente da Codasp, Jairo de Almeida Machado Júnior.



O Sistema OCB foi representado por Américo Utumi e Júlio Gushiken, ambos da Ocesp; o vice-presidente do UGT e presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Abastecimento, Alemão; o diretor da Fiesp, Mário Sérgio Cutait; o presidente da Fetaesp, Braz Albertini; o presidente da Udop, Antonio Salibe; representantes da Embrapa, da Esalq, representantes Fecomercio e do Crea-SP.

Também prestigiaram os deputados estaduais, Barros Munhoz, Davi Zaia, Roberto Morais, Marcos Zerbini, Gilson de Souza, Fernando Cury, Hélio Nishimoto, Campos Machado, Welson Gasparini, Dilador Borges e Vitor Sapienza, além do vereador do município de São Paulo, Andrea Matarazzo.

Fonte: SAA/SP









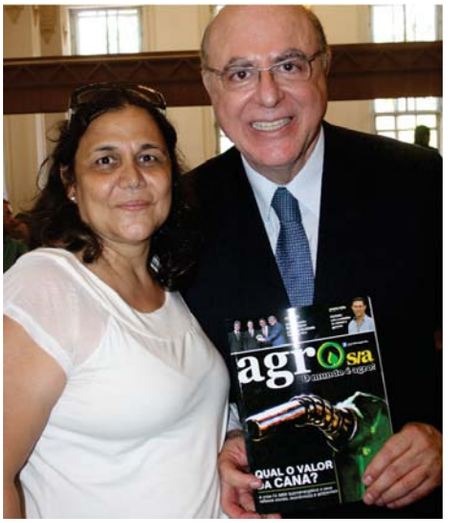











agro SA
QUAL O VALOR
A CANA?




CRISE DA CANA:
protesto reúne 15 mil pessoas em Sertãozinho

A manhã do dia 27 de janeiro de 2015 entrará para a história da cidade de Sertãozinho, quando 15 mil pessoas se reuniram com o objetivo de sensibilizar os governos estadual e federal, sobre os efeitos que a atual crise econômica e a falta de investimentos têm causado aos munícipios da região e do país.

Durante o ato, totalmente pacífico e ordeiro, trabalhadores, empresários, lideranças políticas, produtores de cana, cidadãos e representantes das entidades realizadoras do Movimento pela Retomada do Setor Sucroenergético realizaram uma caminhada, que culminou com o ato de leitura da carta reivindicatória da manifestação, no entroncamento das rodovias Armando de Salles Oliveira e Carlos Tonani, que foram fechadas com o apoio da Polícia Civil, Polícia Rodoviária, Guarda Civil Municipal e Vianorte.

Dentre as lideranças políticas, destacaram-se as presenças do secretário estadual de Agricultura e Abastecimento, Arnaldo Jardim; dos deputados Paulo Pereira da Silva (Paulinho da Força), Leo Oliveira, Davi Zaia, Welson Gasparini e Antônio Carlos Mendes Thame; do prefeito de Sertãozinho, Zezinho Gimenez, e outros prefeitos da região; e do secretário municipal de Indústria e Comércio, Carlos Roberto Liboni, além de outras autoridades.

Como representantes das entidades realizadoras, receberam destaque as participações do presidente da Orplana e Canaoeste, e diretor superintendente da Copercana, Manoel Ortolan; do presidente do CEISE Br, Antônio Eduardo Tonielo Filho; do presidente da OAB, Joanilson Barbosa dos Santos; do presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, Samuel Marqueti; do presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Alimentos, Antônio Vitor; do presidente da AMASERT, Claudinei Luís Silva; do presidente do SINCOMERCIÁRIOS, Jonathan Faleiros; do presidente da ACIS, Geraldo Zanandréa; do coordenador do projeto Governança Corporativa da Cadeia Produtiva Sucroenergética, Evandro Ávila, entre outros.

Ao receber a carta, o secretário Arnaldo Jardim destacou o exemplo que os cidadãos de Sertãozinho deram ao resto do país.



O Brasil inteiro deveria seguir o exemplo dos trabalhadores, empresários e agricultores de Sertãozinho, que estão de parabéns pela grandiosa manifestação, pacífica e organizada. Assumo o compromisso de levar as reivindicações do povo sertanezino ao governador Geraldo Alckmin, e de apoiar esse Movimento, para que em Brasília, possamos cobrar medidas reais de incentivo e investimento ao setor sucroenergético", afirmou.

Balanço

De acordo com o secretário municipal de Indústria e Comércio, Carlos Roberto Liboni, que atuou na coordenação da ação, o balanço do evento foi positivo. "A adesão popular atingiu nossas expectativas, já que contamos com a participação de 15 mil pessoas, contando os dois pontos de concentração e a caminhada. Outro ponto de destaque, foi a receptividade dos municípios da região com o Movimento, que enviaram representantes e se uniram em torno de um mesmo objetivo: retomar os investimentos e a produtividade do setor sucroenergético com urgência", avaliou.

É importante destacar que, nos próximos dias, o Grupo de Trabalho envolvido na realização do Movimento pela Retomada do Setor Sucroenergético se reunirá para definir as estratégias do próximo passo, que levará as reivindicações ora apresentadas ao Governo do Estado, para Brasília.

O Movimento tem realização da Prefeitura de Sertãozinho, Sindicato dos Metalúrgicos, Força Sindical, CEISE Br, ACIS, SINCOMÉRCIO, Canaoeste, Câmara Municipal, SINDINAP, OAB, AMASERT, SINCOMERCIÁRIOS e Copercana, e apoio da UNICA, Coopercitrus, Coplacana e Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Alimentos de Sertãozinho.





A voz do Sindicato Rural de Ituverava

Gustavo Ribeiro Rocha Chavaglia, presidente do Sindicato Rural de Ituverava, que também fez parte da manifestação, fez uma declaração sobre a crise do setor, pedindo atenção do governo federal para o problema, deixando claro que os trabalhadores e suas instituições representantes não vão deixar de lutar. Segue na íntegra:

A principal razão deste manifesto regional, e porque não dizer nacional, que aconteceu em Sertãozinho, é a falta de políticas públicas para o setor sucroenergético, pois o setor vem dando sinais de preocupação há praticamente dois anos e as autoridades federais parecem não se preocupar. Pois, se há dois anos tivéssemos definições políticas pró ativas frente ao etanol e Cogeração de energia, buscando incentivar o setor sucroenergético, teríamos um segmento mais estruturado e remunerado, o qual continuaria investindo, gerando empregos e impulsionando o comércio e indústria. Ainda, se o governo federal, dotado de excepcional incapacidade, conseguisse realmente enxergar este importante setor como ele é, poderia torna-lo um aliado, colocando o Brasil como destaque mundial em energia limpa e menos dependente do petróleo e da energia elétrica oriunda das hidrelétricas. Portanto, se lá atrás, somente políticas definidas e alguns incentivos ao setor seriam suficientes, agora será preciso socorrer as usinas, o produtor, o trabalhador, as revendas e cooperativas e consequentemente os agentes de crédito. Talvez, na visão dos tecnocratas do governo federal seja mais importante produzir petróleo em Pasadena EUA, gerando empregos nos Estados Unidos e gerando também denúncias de corrupção no escândalo Petrolão!




ETANOL


METALÚRGICOS DE
SERTÃOZINHO E REGIÃO
NA LUTA PELO EMPREGO E PRODUÇÃO


POR UM PLANO DE
RECUPERAÇÃO DO
SETOR SUCROENERGÉTICO


Associação dos Plantadores
de Cana da Região de
Monte Aprazível
APLACANA
www.aplacana.com.br
PRESENTE NESTE EVENTO
ETANOL: COMBUSTÍVEL LIMPO, GERADOR DE ENERGIA E EMPREGOS EM TODO PAÍS.


FORNECEDORES
VIRADOURO - SP


O ETANOL É A ENERGIA QUE MOVE O BRASIL.
Sertãozinho


Dezenas de usinas fechadas. Chega!
associcana


Estão jogando sujo com o
combustível limpo. Salve o etanol!


CANAVIEIROS
SERRANA - SP


ETANOL - COMBUSTÍVEL VERDE
COM CUSTO DE PRODUÇÃO NO VERMELHO.
Socicana


ETANOL
ECONÔMICO,
SOCIAL E
SUSTENTÁVEL


MAIS RESPEITO PARA NOSSA INDÚSTRIA!
Sertãozinho



PREJUÍZO PARA A PRODUÇÃO **da cana-de-açúcar**



Welson Gasparini
Deputado Estadual (PSDB), advogado e ex-prefeito de Ribeirão Preto

Em recente reunião no gabinete de trabalho de Joaquim Augusto S.S. Azevedo Souza (presidente da Associação e do Sindicato Rural de Ribeirão Preto) com Tomaz de Aquino Lima Pereira (presidente da ASSOVALE – Associação Rural do Vale do Rio Pardo), recebi alerta sobre uma situação que está dificultando o trabalho dos médios e pequenos produtores de cana: a vigência da NR 31, editada pelo MTPS (Ministério do Trabalho e Previdência Social) impedindo, no plantio da cana de açúcar, o uso de caminhões ou de carretas. Pediram-me para interferir, inclusive, junto ao secretário da Agricultura, Arnaldo Jardim (já alertado pelo próprio presidente da ASSOVALE sobre esse problema) e às lideranças maiores do setor (CNA, FAESP, SRB, OCESP etc) , numa ação conjunta voltada para a revogação da referida norma.

Segundo Tomaz, se esse quadro persistir em breve teremos a extinção total dos pequenos e médios fornecedores de cana que terão, inevitavelmente, de partirem para outras culturas ou, então, arrendarem suas propriedades para as usinas. Esse argumento foi reforçado pelos expostos por Joaquim Augusto, lembrando-me o fato dos profissionais que trabalham na coleta dos sacos de lixo, em ruas de grande movimento, depositando-os em caminhões, com muito maior risco, não enfrentam tal tipo de restrição; mesmo porque, como me asseguraram tais lideranças, a prática do uso de caminhões e carretas é comprovadamente segura e não há razão, pois, para ser

interrompida com graves consequências econômicas e, sobretudo, sociais.

Sensibilizei-me, é claro, com o pleito que me foi apresentado e me comprometi a envidar todos os esforços no sentido de atendê-lo. Como um dos coordenadores da Frente Parlamentar de Defesa do Setor Sucroenergético na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, aprendi a valorizar ainda mais o esforço do trabalhador e do produtor que dependem da cana-de-açúcar para sobreviverem.

As dificuldades desse setor, por sinal, tendem mesmo a se agravarem diante da conjuntura mundial determinada pela queda do preço do petróleo cujo resultado imediato é a diminuição da competitividade do etanol diante da gasolina. Ainda assim, cabe-nos buscar saídas para garantir a sobrevivência dos produtores de açúcar e do álcool bem como, igualmente, dos milhares de empregos por eles gerados.

O trabalho, acredito, deve e precisa ser recompensado; a legislação, portanto, deve ser feita – conforme sábia ponderação de Joaquim Augusto – com extrema cautela de modo a proteger e estimular quem produz, gerando empregos, prosperidade e divisas para o nosso país. Equívocos, quando houverem, devem ser corrigidos e é o que tentaremos fazer, no caso em tela, juntando os nossos esforços aos de lideranças igualmente empenhadas em restabelecer a competitividade brasileira na geração de energia limpa e renovável.





GOVERNADOR AMPLIA BENEFÍCIO E SIMPLIFICA **operações do setor sucroenergético**

Medida reduz custos de produtores de açúcar, álcool e energia e restaura o método de cálculo do valor adicionado dos municípios que possuem usinas credenciadas pela Fazenda



Governador assina decreto que amplia benefício e simplifica operações do setor sucroenergético (Foto: Edson Lopes Jr)

O governador Geraldo Alckmin alterou o regulamento do ICMS para simplificar, racionalizar e atualizar as normas tributárias do setor sucroenergético, desburocratizando as obrigações tributárias sem perder arrecadação nem o controle sobre as atividades desenvolvidas. O ato do governador beneficia municípios que detêm usinas e atividades que integram a cadeia produtiva do setor.

O decreto assinado pelo governador no início de fevereiro (dia 03), no Palácio dos Bandeirantes, simplifica o lançamento do imposto nas operações com o objetivo de reduzir custos e facilitar o cumprimento das obrigações acessórias dos contribuintes paulistas que atuam em todo o Estado de São Paulo.

> **Isso pode aumentar muito a produção de eletricidade no Estado de São Paulo por meio da bioeletricidade. Essa medida facilita e racionaliza a questão tributária e faz o diferimento de ICMS para insumos, não só para o bagaço e a palha da cana. A meta é aumentar muito a produção de eletricidade do Estado de São Paulo", explicou Alckmin.**

O secretário da Agricultura e Abastecimento, Arnaldo Jardim, ressaltou a importância dessas medidas. "Quero agradecer ao governador e à todo o setor, que tornou isso possível. O decreto, como explicou o nosso secretário da fazenda, do ponto de vista prático, cria a possibilidade de agilidade do uso de diferimentos, cria uma ampliação no conceito da cogeração e permitirá que além do uso do bagaço, possa ser utilizado outros materiais para produzir energia.", disse o secretário.

A medida estende o diferimento do ICMS, antes previsto apenas para a cana-de-açúcar, a todas as demais matérias primas como sorgo sacarino, milho, eucalipto, palha, cavaco e outros resíduos da colheita, além dos subprodutos resultantes do processo de industrialização para produção de açúcar, álcool e geração de energia limpa a partir de biomassa, como o melaço e o bagaço de cana.

O imposto das operações de transferência de combustível, lubrificante e insumos agrícolas, realizadas pelos estabelecimentos que centralizem a compra desses produtos, desde que exerçam exclusivamente atividade agropecuária, ficou também diferido de modo a concentrar o crédito do imposto unicamente nestes estabelecimentos centralizadores.

A medida firmada pelo governador Alckmin promove também a simplificação dos procedimentos tributários das empresas do setor, dispensando de emissão de documento fiscal em cada operação de fornecimento de combustível, lubrificante ou insumo agrícola para fornecedores, transportadores de matéria prima ou consumo próprio. As operações poderão ser reunidas em um único documento fiscal, lançado no último dia de cada mês.

Este benefício é extensivo também ao estabelecimento centralizador de compras de insumos das empresas agrícolas do setor.

A mudança no regulamento do ICMS restaura o método de cálculo do valor adicionado da produção de açúcar e álcool de usinas credenciadas pela Secretaria da Fazenda instaladas em municípios que integram a cadeia do setor sucroalcooleiro, com impactos positivos no indicador que determina a distribuição dos repasses do ICMS para as prefeituras.

A definição do aprimoramento da legislação elaborada pela Secretaria da Fazenda contou com a participação da União da Indústria de Cana-de-Açúcar (ÚNICA), entidade representativa do setor, e das empresas Copersucar, São Martinho, Raízen, Bunge, Biosev, Noble, Odebrecht, Guarani e Zilor.

Outras ações

A assinatura desse decreto é mais uma ação do Governo do Estado para promover o desenvolvimento do setor, que está entre os cinco mais importantes do agronegócio paulista. São Paulo é o maior produtor de cana-de-açúcar, açúcar e etanol do mundo.

Atento ao potencial positivo do biocombustível e à importância sócio econômica e ambiental do setor sucroenergético para São Paulo, o governador Geraldo Alckmin, em 2003, reduziu para 12% o ICMS do combustível na bomba, diretamente para o consumidor. Esta medida foi, e continua sendo, um grande incentivo, que tem emprestado competitividade ao etanol. São inegáveis os ganhos ambientais com o uso do etanol. A tecnologia flexfuel trouxe tranquilidade para os consumidores. Importantes ganhos poderiam ser contabilizados para o setor se a medida fosse adotada por outros Estados da federação.

O Estado de São Paulo possui uma das matrizes energéticas mais limpas do mundo, com 55% de participação de energias limpas. O governo paulista assumiu voluntariamente, em 2012, o compromisso de elevar esta porcentagem para 69% até 2020.

O etanol e a bioeletricidade terão papel fundamental no alcance desta meta. A cogeração de energia elétrica se configura como um potencial negócio para as usinas de açúcar e etanol, além de ser uma importante fonte de energia limpa e renovável para a matriz energética paulista e brasileira.

A Secretaria de Agricultura de Abastecimento do Estado de São Paulo tem trabalhado em sintonia fina com o setor privado. O Governo de São Paulo é referência em pesquisa e tecnologia, com o Centro de Cana do Instituto Agronômico (IAC), que fica em Ribeirão Preto. Em 20 anos, o Programa Cana, do IAC, desenvolveu 22 variedades de cana-de-açúcar.

Cerca de 23% das variedades lançadas em todo o país são do Governo do Estado de São Paulo. No ano passado, o governador Alckmin inaugurou a Biofábrica de mudas, com capacidade de produzir 4 milhões de mudas ao ano, e lançou o sistema inédito de MPB – Mudas Pré-Brotadas de Cana.

Diferimento - lançamento do imposto

- Imposto incidente nas saídas internas das matérias-primas de produção paulista e subprodutos: fica diferido para o momento em que ocorrer a entrada no estabelecimento que os receber.

- ICMS incidente na saída interna dos produtos resultantes da industrialização das matérias-primas e subprodutos, com destino à cooperativa: fica diferido para o momento em que a cooperativa promover sua saída.
- ICMS que incide na saída de bagaço e torta de filtro, palha, cavaco e outros resíduos da colheita das matérias-primas indicadas, com destino a empresa geradora de energia termoelétrica: fica diferido para o momento em que ocorrer a saída da energia elétrica para o Sistema Interligado Nacional.
- Na saída de energias elétrica e térmica, promovidas por empresa geradora de energia termoelétrica, com destino a estabelecimento fabricante de açúcar, álcool ou melaço, o lançamento fica diferido para o momento em que esta promover a saída de seus produtos.
- Imposto incidente na saída de insumos agropecuários*, realizada por estabelecimento centralizador de aquisição de insumos, com destino a estabelecimento do mesmo titular: fica diferido para o momento em que e ocorrer a saída dos produtos resultantes da utilização destas mercadorias.

*exceto beneficiados com a isenção no artigo 41 do Anexo I do Regulamento do ICMS.

Amido de milho

O governador Geraldo Alckmin também firmou o decreto que desonera insumos utilizados pela indústria alimentícia. A medida do governador altera a base de cálculo do ICMS para reduzir de 18% para 7% a carga tributária que incide nas saídas de amido de milho e derivados realizadas pelos fabricantes ou seus centros de distribuição.

"Essas medidas de redução de impostos, dentro do critério de responsabilidade fiscal, são para estimular o emprego e a renda no Estado de São Paulo", declarou o governador.
O benefício abrange uma série de insumos como amido de milho, glicose, xarope de glicose, amido modificado e dextrina de milho e colas fabricadas a base de amido. O decreto autoriza também o diferimento do ICMS das remessas de produtos do fabricante para seus centros de distribuição, mediante regime especial. Com esta mudança, o recolhimento do imposto devido passa a ocorrer somente no momento da saída das mercadorias.

Medida desburocratiza as obrigações tributárias sem perder arrecadação nem o controle sobre as atividades desenvolvidas (Foto: Edson Lopes Jr)



O trabalho já começou

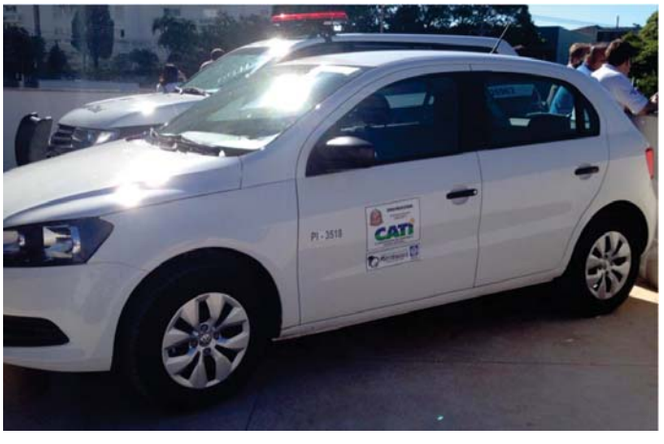
O Governo de São Paulo entregou, no dia 4 de fevereiro, em Uchôa, 25 novos veículos para as Casas da Agricultura das Regiões Administrativas de Franca, Ribeirão Preto, São José do Rio Preto, Araraquara e Barretos. Os carros serão usados pelos técnicos da Coordenadoria de Assistência Integral (CATI), órgão da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo.

"Os novos veículos são instrumentos importantes para melhorar o atendimento ao produtor rural. Nossos técnicos diminuem a distância entre o produtor e o conhecimento", afirmou o Secretário Arnaldo Jardim. A aquisição faz parte dos investimentos do Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável - Microbacias II – Acesso ao Mercado, um programa do Governo do Estado de São Paulo em parceria com o Banco Mundial. O objetivo é investir na infraestrutura para melhorar as condições de trabalho dos técnicos de extensão rural e ampliar o atendimento aos agricultores.

Entre 2012 e 2014, o Governo do Estado entregou 363 novos veículos, com investimento total de R$ 8,9 milhões. Para este ano está prevista a entrega de 72 carros para todas as regiões do estado – além dos 25 entregues hoje, outros quatro foram liberados no último sábado na região de Araçatuba.

No final de janeiro, também em evento com o Governador Geraldo Alckmin, foram entregues 4 novos veículos para as Casas da Agricultura de Coroados, Birigui, Nova Independência e Gastão Vidigal.





Microbacias II – Acesso ao Mercado

O Projeto Microbacias II – Acesso ao Mercado tem por objetivo a melhoria de renda dos produtores rurais e suas famílias e o desenvolvimento sustentável por meio do apoio às iniciativas de negócio voltadas ao setor.

Os beneficiados são associações e cooperativas formalmente constituídas no Estado de São Paulo e produtores rurais, membros dessas organizações, além de comunidades tradicionais indígenas e quilombolas.























SINDICATO DOS COMERCIÁRIOS
SÃO PAULO











SP

SP




SETOR SUCROENERGÉTICO PODE TER FÔLEGO EM 2015, **mas marco regulatório é imprescidível**

O setor sucroenergético avalia que a sinalização do governo em favor do etanol e a perspectiva de preços mais remuneradores para o açúcar no segundo semestre de 2015 devem apenas minimizar as dificuldades enfrentadas nos últimos anos.

A análise ainda é de que nada tira o foco da grande questão estrutural, que é a necessidade de um marco regulatório para o biocombustível. Ele estimularia novos investimentos em toda cadeia, desde a indústria de base até as próprias usinas, cujo endividamento apenas no Centro-Sul beira os R$ 70 bilhões.





Já para o sócio-diretor da consultoria Canaplan e presidente da Associação Brasileira do Agronegócio (Abag), Luiz Carlos Corrêa Carvalho, a crise é tão aguda que mesmo com um eventual aumento da competitividade do etanol nos primeiros meses de 2015 o setor só terá algum alívio na safra 2017/2018.

Cide

Entre os mecanismos mencionados por Carvalho está a volta da Contribuição de Intervenção sobre Domínio Econômico (Cide) na gasolina, zerada em 2012. "É uma taxa sobre o impacto ambiental da gasolina, e o governo precisa arrecadar", disse ao Broadcast. Ele espera a volta da Cide, na sua totalidade, para o primeiro semestre.

O diretor da Archer Consulting, Arnaldo Luiz Corrêa, no entanto, não vê o retorno do imposto de R$ 0,28 por litro tão cedo. "Com o preço do petróleo em queda, o governo tem menos premência de fazer isso agora, o que poderia pressionar a inflação", explicou.

Se pairam dúvidas sobre a Cide, há pelo menos uma certeza: o aumento da mistura de anidro na gasolina. Espera-se que o porcentual passe de 25% para 27,5% já no mês que vem e gere uma demanda adicional de 1,2 bilhão de litros, de acordo com cálculos da consultoria Datagro. Prevendo o incremento, a Unica estima que a produção de anidro deverá crescer 11,2% na próxima safra, para 11,9 bilhões de litros.

Com as medidas, o setor espera recuperar importante parcela de participação na matriz energética brasileira. Na safra 2008/2009, o biocombustível respondeu por 60,2% da demanda do chamado Ciclo Otto, que engloba hidratado e gasolina C. A partir de 2010, contudo, passou a cair e em 2014/2015 ficou em 46,8%.

Açúcar

Hoje com preços menos remuneradores que os do etanol, o açúcar deve mostrar recuperação apenas no final de 2015, com provável aperto nos estoques globais. Mas nada que aponte para uma mudança significativa do patamar de preços no médio prazo.

O mercado de açúcar demerara, negociado na Bolsa de Nova York, espera uma reversão apenas daqui a dois anos, quando as reservas - que serão consumidas ao longo do período - caiam para o equivalente a 29% da demanda mundial, de 180 milhões de toneladas, segundo estimativas da Biosev. Historicamente, quando essa relação, hoje em 46%, se aproxima de 30%, há valorização expressiva dos preços. Foi assim no final da década passada, quando as cotações pularam a 30 centavos de dólar por libra-peso com o porcentual entre 31% e 32%.

Até 2017/2018, as usinas comercializarão açúcar por valores próximos ou até abaixo do custo de produção. Hoje, o contrato mais líquido da commodity ronda os 15 centavos de dólar por libra-peso, mesmo valor gasto para produzir essa quantidade do produto, segundo a Archer Consulting. No momento da comercialização, contudo, o açúcar acaba sendo vendido com descontos que podem levar o preço para perto de 14 centavos de dólar por libra-peso.

Para a próxima safra, a Unica diz que até nove usinas não devem processar cana por conta das dificuldades financeiras e apenas uma nova unidade, em Santa Vitória (MG), deve ser inaugurada em 2015.

Fonte: Agência Estado/José Roberto Gomes e Gustavo Porto

LIDERANÇAS PLEITEIAM REVOGAÇÃO DE NORMA **nociva à produção da cana-de-açúcar**



Joaquim Augusto, Tomaz Pereira e Welson Gasparini

Em reunião no gabinete de trabalho de Joaquim Augusto S.S. Azevedo Souza (presidente da Associação e do Sindicato Rural de Ribeirão Preto) com Tomaz de Aquino Lima Pereira (presidente da Assovale – Associação Rural do Vale do Rio Pardo) o deputado Welson Gasparini (PSDB) foi alertado para uma situação que está dificultando o trabalho dos médios e pequenos produtores de cana: a vigência da NR 31, editada pelo MTPS (Ministério do Trabalho e Previdência Social) impedindo, no plantio da cana-de-açúcar, o uso de caminhões ou de carretas.

Foi solicitado ao deputado que interfira, inclusive junto ao secretário da Agricultura, Arnaldo Jardim e às lideranças maiores do setor (CNA, FAESP, SRB, OCESP etc), numa ação conjunta voltada para a revogação da referida norma. "Se esse quadro persistir, em breve teremos a extinção total dos pequenos e médios fornecedores de cana que terão, inevitavelmente, de partirem para outras culturas ou arrendarem suas propriedades para as usinas" afirmou o ruralista Tomaz.

Os argumentos de Aquino foram reforçados por Joaquim Augusto que lembrou o fato dos profissionais que trabalham na coleta dos sacos de lixo, depositando-os em caminhões, com maior risco, não sofram esse tipo de restrição.

> **"A prática do uso de caminhões e carretas é comprovadamente segura e não vejo porque deva ser interrompida. É preciso extrema cautela e muita consciência por parte dos editores desses NRs para que não travem as atividades do campo ocasionando graves e severas consequências sociais e econômicas" relatou Joaquim.**

Gasparini sensibilizou-se com o pleito a ele apresentado e se comprometeu para atendê-los.

> **"No que depender de mim vocês podem contar, pois, na condição de coordenador da Frente Parlamentar de Defesa do Setor Sucroenergético, aprendi a valorizar ainda mais o esforço do trabalhador e do produtor que dependem da cana-de-açúcar para sobreviverem" garantiu Welson.**



EDINHO ARAÚJO RECEBE CARGO DE **ministro chefe da SEP**

"Espero ser um gestor global, um arquiteto da capacitação dos Portos para o mundo de amanhã"



Edinho discursa e fala em preparar postos para o Brasil do futuro

Nomeado pela presidente Dilma Rousseff como novo ministro chefe da Secretaria de Portos da Presidência da República (SEP), o deputado federal Edinho Araújo (PMDB-SP) recebeu o cargo no dia 2 de janeiro, do ministro César Borges, com quem já vinha discutindo a transição. O ato solene foi às 10h, em Brasília, na presença de convidados, como o líder do PMDB Eduardo Cunha, o ministro da Aviação Civil Eliseu Padilha, de deputados, empresários e funcionários da pasta. Edinho estava acompanhado da esposa Maria Elza.

Na cerimônia, Cesar Borges despediu-se do cargo destacando a "capacidade e experiência" do novo ministro. Em discurso, Edinho Araújo deu o tom do que pretende fazer no comando dessa pasta, considerada estratégica para tornar o Brasil mais competitivo e movimentar a economia. "Espero ser à frente do Ministério de Portos um gestor global, um arquiteto da capacitação dos portos para o mundo de amanhã. Não estarei limitado ao resultado para o Brasil dos próximos quatro anos, mas com o olhar voltado para o futuro desta nossa grande Nação", afirmou o ministro.

Edinho Araújo estabeleceu como prioridade solucionar os arrendamentos de áreas portuárias junto ao Tribunal de Contas da União e as pendências que emperram a nova Lei dos Portos, aprovada pela Câmara Federal e sancionada pela presidente Dilma Rousseff em 2013. O ministro também defendeu a busca pela competividade e uma "sinergia entre os modais de transportes rodoviário, ferroviário, hidroviário, portuário e aeroportuário".

O novo ministro destacou a atividade portuária como grande importância para o desenvolvimento do país. "O Brasil tem pressa e sabemos que a atividade portuária é fator crucial no avanço para o desenvolvimento. Estou aqui, caríssimo ministro César Borges, para continuar o seu trabalho que foi intenso, como tem sido toda a sua vida pública. Espero honrar a confiança da presidenta da República, Dilma Rousseff, do vice-presidente da República, Michel Temer, do líder Eduardo Cunha, que aqui representa a Bancada do PMDB na Câmara".

Edinho ainda ressaltou os novos obstáculos que enfrentará com o novo cargo de ministro de Estado Chefe da Secretaria de Portos da Presidência República.

> **"Ao assumir o cargo, quero dizer que sei dos desafios que me esperam. Trata-se de uma pasta estratégica, setor vital para impulsionar a atividade produtiva e facilitar as exportações.**

Vencer a burocracia, baixar preços e destravar onde for preciso os portos brasileiros são as necessidades que se impõem. Quanto mais eficientes e competitivos formos nessa área, menor será o custo Brasil. Há, também, gargalos importantes no acesso aos principais portos do Brasil. Não é possível disputar espaço no mercado internacional se não tivermos a capacidade de escoar os produtos dentro de prazos e custos razoáveis".

Ministro César Borges discursa ao transmitir cargo a Edinho Araújo



Araújo também afirmou compromisso com algumas soluções imediatas que o setor necessita colocar em prática. "Há demandas imediatas e urgentes a resolver, como colocar em prática a Lei Geral dos Portos (aprovada na Câmara por nós e sancionada pela presidenta Dilma Rousseff) e o Programa de Arrendamentos portuários, ambas sob exame do Tribunal de Contas da União (TCU).É importante dizer que a expansão e a modernização da infraestrutura dos portos brasileiros dependem de investimentos diretos da União e de parcerias estratégicas com o setor privado, além de uma sinergia entre os modais de transportes rodoviário, ferroviário, hidroviário, portuário e aeroportuário".

Para finalizar, Edinho firmou compromisso com o cargo e que fará de tudo para melhorar a situação dos portos brasileiros. "Espero ser à frente do Ministério de Portos um gestor global, um arquiteto da capacitação dos portos para o mundo de amanhã.

"Não estarei limitado ao resultado para o Brasil dos próximos quatro anos, mas com o olhar voltado para o futuro desta nossa grande Nação. Deus não nos faltará. Muito obrigado".

O novo ministro da SEP, Edinho Araújo, assina o termo de posse



Fotos de: Janaína Valadares SEP/PR



GOVERNO APOIA PLANO DE MINISTRO **para escoar safra**

O destaque do plano é a automatização do sistema de agendamento e controle do fluxo de caminhões que descarregam no Porto de Santos, conhecido como PORTOLOG



“O governo de São Paulo irá apoiar integralmente o plano de escoamento da safra agrícola pelo Porto de Santos. Essa interação entre órgãos federais e estaduais será a base para o sucesso da operação”. A frase é do governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, ao receber em audiência o ministro da Secretaria dos Portos, Edinho Araújo, no dia 21 de janeiro, no Palácio dos Bandeirantes.

O ministro levou ao governador detalhes sobre o plano conjunto com os ministérios da Agricultura e Transportes para evitar filas de caminhões que transportam granéis nas proximidades do Porto e congestionamentos nas principais vias das cidades da Baixada Santista.

Segundo Edinho Araújo, o plano estimula o agendamento prévio de dia e horário de descarregamento dos caminhões que levam grãos e farelo de soja ao porto de Santos.

Para ele, o apoio do governo de São Paulo, por meio da Secretaria dos Transportes e da Polícia Rodoviária, auxiliando n fiscalização e apoio aos caminhoneiros em casos de avaria em veículos, será essencial para o sucesso do escoamento de safra agrícola, cujo pico vai de abril a maio.

“Na safra passada, o agendamento evitou um caos nas áreas portuárias e nos acessos. Este ano, estamos aprimorando o programa, com a disponibilização de mais um pátio para estacionamento temporário de 650 caminhões na Baixada, para que eles aguardam a hora certa de chegar ao Porto, sem comprometer o tráfego local”, explicou o ministro.

O destaque é para a automatização do sistema de agendamento e controle do fluxo de caminhões que descarregam no Porto de Santos, conhecido como PORTOLOG. O controle de acesso do veículo ao Porto será feito a partir de fevereiro, experimentalmente, por meio de câmeras, que filmam as placas e enviam a imagem uma central de controle. Até a safra passada, este processo era feito manualmente.

Também foi anunciada a ampliação da capacidade dos pátios de estacionamento, que regulam o fluxo e o horário de descarregamento dos veículos que transportam grãos e farelo de soja, e a criação de uma sala de acompanhamento do processo no Porto de Santos, que trabalhará em sintonia com as autoridades de Brasília.

Os veículos que desobedecerem ao agendamento estão sujeitos a multas

“O Porto de Santos é a principal porta de saída dos grãos brasileiros, respondendo por 18% da exportação nacional de soja. O escoamento tem de ser monitorado o ano todo para melhorar o trânsito nas cidades da Baixada e diminuir despesas no Porto, na medida em que caminhões e navios se livram do custo da hora parada”, disse o ministro Edinho. Ele lembrou que na safra passada (2014) os terminais portuários economizaram o equivalente a 7%, apenas com o sincronismo das operações.

ADESÃO

O ministro disse acreditar na adesão maciça do setor privado ao Plano de Escoamento da Safra. “No ano passado, tivemos uma adesão progressiva, que começou com 42% em fevereiro e terminou o ano com 95% de agendamentos prévios em dezembro, organizando o fluxo e evitando filas e transtornos nas proximidades do Porto”, lembrou o ministro.

O Plano também contempla outras medidas de escoamento da produção nos chamados portos do Arco Norte, em Estados da região Norte do Brasil.

Os ministros dos Portos, Agricultura e Transportes anunciaram para este ano um trabalho conjunto, visando a dar uma agilidade ainda maior às exportações de grãos, com conclusão de trechos rodoviários, ferroviários e hidroviários estratégicos para baratear o transporte e ganhar tempo na viagem entre as regiões produtoras e os portos.

“A imagem da placa do veículo é enviada a uma central que a processa, fazendo um raio-x do movimento de caminhões no porto e indicando se o agendamento prévio foi, ou não, cumprido”.











As melhores máquinas para sua obra!

ADS TERRAPLANAGEM

17 9 9613-9608

TERRAPLANAGEM - LOCAÇÕES - DEMOLIÇÕES - DRENAGENS - CONSTRUÇÕES DE REPRESAS - CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS - TRANSPORTE DE MÁQUINAS

www.adstransportadora.com.br



Por Dani Moisés



FLORAIS X moda country

O ano de 2015 chegou e ele vem todo marcado pelas cores e estampas. Dando charme para a mulher, o estilo de estampas florais vem com tudo e elas ficam quase que o ano inteiro. Eu adooooooooooro, acho super moderno e deixam as mulheres tão sensuais e tão menininhas. Mas, para isso, vamos combinar né?

Fica tão, mas tão fofo florais com uma bota não é? Só tenham cuidado quando forem combinar com peças florais, então vamos a umas dicas bem basiquinhas:

Quando forem usar uma peça floral, escolha a outra peça com uma cor só, assim não fica aquela poluição visual e ajuda dar um contraste nas cores.

Agora, imaginem só que lindo; uma saia floral + um camisete branco + uma bota de cano alto? Fica um arraso! Então abuse!

Dica:

Use as botas combinando-as com vestidos florais, se preferir coloque um coletinho jeans. Use saia com babado, regata e a bota, fica romântico e fashion ao mesmo tempo, shorts jeans e batas também combinam.











CERTIFICAÇÃO DE ALIMENTOS E O **comportamento dos consumidores**

O livro "Agronegócio Brasileiro: panorama e perspectivas para o mercado de alimentos certificados", escrito por Andréa Cristina Dörr, Marivane Vestena Rossato e Aline Zulian em 2012, objetiva reunir informações a respeito da certificação de alimentos, bem como sobre o comportamento dos consumidores em relação aos alimentos certificados e orgânicos.

A edição traz uma abordagem que seja ao mesmo tempo ampla e específica sobre o tema de alimentos certificados, com também satisfazer os anseios dos leitores em relação a este assunto, servindo de base para a busca de mais conhecimento na área.

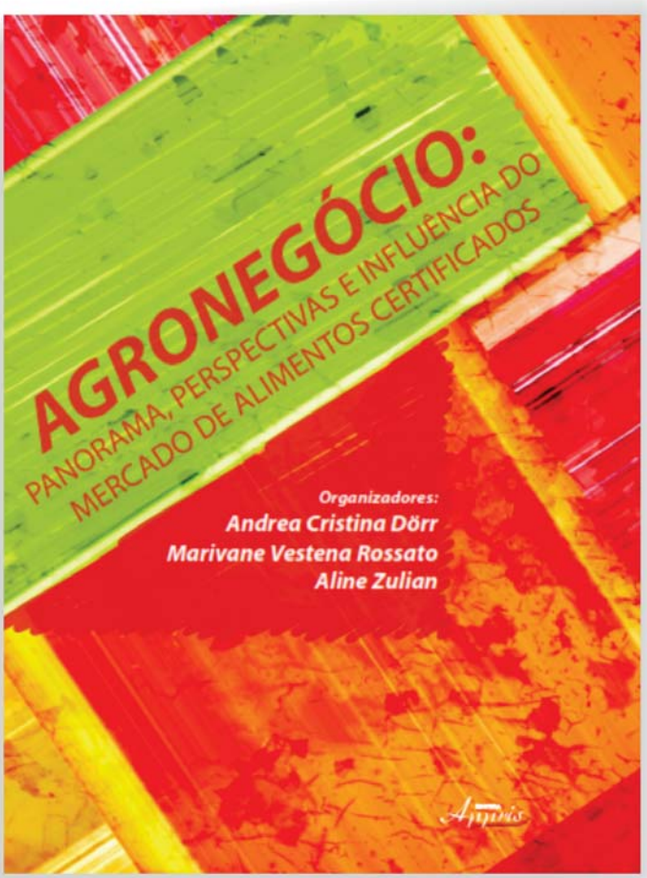
O livro é vendido online em diversos sites de editoras como Saraiva, Appris, Livraria Cultura, Cia dos Livros, entre outros.

As autoras: Andréa Cristina Dörr é Dra. em Economia pela Leibniz Universität Hannover, professora Adj. do Depart. de Ciências Econômicas e Coordenadora do Grupo de Pesquisas em Agronegócios; Marivane Vestena Rossato é Dra. em Economia pela Universidade Federal de Viçosa e professora Adj. do Depart. de Ciências Contábeis; e Aline Zulian é acadêmica de Ciências Econômicas.









DESCASO E maldição

Por Adilson Silveira / Morro da Garça-MG

Era um vaqueiro dos bons, o patrão sempre falava, era pau pra toda obra, sempre alguém lhe exaltava. Criado na lida do gado, herança de seu pai e avô, crescidos na mesma fazenda, coisas que no passado ficou.

Ali satisfeito vivia, cuidando dos filhos seus, em tudo o patrão acudia, só nunca matou a mando seu. Mas era vinte e quatro horas agarrado, homem de confiança do patrão, até seus filhos pouco estudo tiveram, para não arredar o pé do chão. Viraram família de lavoura e pecuária, muitas riquezas produziu, mas como homem fica velho, o camarada um dia velho se viu.

O patrão lhe encarcava o serviço, como se suas forças nunca tivessem fim, queria que o velho trabalhasse, fosse como fosse, vida de empregado é assim.

Certo dia tocando boiada, pelo caminho o velho caiu, sentiu suas forças faltarem, o coração não resistiu, foi um adeus em grande estilo, a boiada parou e mugiu, despedindo-se do velho vaqueiro, que no seu último suspiro, fechou os olhos e sorriu.

Buscaram seu corpo num carroção, que a todos espantou pelo caminho, pois o carro carregava apenas seu corpo magro, era leve, mas mesmo assim o cocão cantou. Cantou por todo o caminho, sua música o vento levou, por todas as redondezas, esta toada, seu testemunho deixou.

No clamor da despedida houve revolta e decepção, todos ficaram chocados, com a decisão do patrão, "enterrem este velho nesta cocheira, tá bom demais, não vamos gastar com caixão".

Contam que dentro da cocheira, havia uma proa de estrume de gado, quando alguém tentou limpar, o patrão falou debochado, "limpa não, deixa esta bosta aí, vai servir de travesseiro, para conforto do coitado".

Assim o cortejo seguiu, numa cova o velho foi morar, a fazenda deveria continuar produzindo, mas, não foi isto que ouvi contar.

Pouco a pouco a tristeza tomou conta, daquela fazenda grã-fina, gado que ali ficava, logo comida virava, de ave de rapina. Parece que do descaso do patrão, uma praga ali se alojou, não adiantava oração fazer, gado ali, nunca mais prosperou. Morreram um a um na fazenda, parece que podia contar, todo dia um animal morria, foi assim até tudo se acabar.

A fazenda ficou falada, de desgosto o patrão faleceu, mas levou consigo a maldição que seu deboche causou, voltando a produzir novamente, com um herdeiro que ali se instalou. Disto tudo ficou a lição, pra nunca mais se esquecer, não desmereça quem trabalha, pois podes a Deus ofender, suor alheio é coisa sagrada, não despreze, pois Deus a tudo vê. (obra de ficção, qualquer semelhança com fatos da vida real é mera coincidência).



SENAR CAPACITA PRODUTORES ATRAVÉS **do ‘Negócio Certo Rural’**

No curso Negócio Certo Rural, o produtor adquire uma nova visão de mercado e começa a colocar na balança tudo o que conta para um empreendimento vitorioso

Gabriel Petelinkar: Maio 2014 - Negócio Certo Rural



Grande ou pequena, com milhares de alqueires ou pouco mais de um hectare, toda propriedade rural pode render e produzir muito mais com planejamento e boa administração. Esse é o foco do curso Negócio Certo Rural, oferecido no portal de ensino à distância do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR). E as experiências positivas dos alunos comprovam: a gestão eficiente é mesmo meio caminho andado para o sucesso.

A iniciativa pioneira do SENAR vem buscando melhorar a gestão dos negócios no meio rural, por meio da capacitação de produtores em larga escala. Por ser à distância e gratuito, o curso é acessível até mesmo a quem vive nas regiões mais isoladas do país, atraindo um público crescente e variado. Homens e mulheres, jovens e bem vividos, com formação básica ou pós-graduados, do Oiapoque ao Chuí, uma gente ávida por formação na área do agronegócio, acumulando histórias de sucesso nascidas durante as aulas.

Foi assim que, incentivado a analisar e repensar o seu negócio pra torná-lo mais lucrativo, o produtor Hermínio Cândido decidiu iniciar em seu sítio, no município paulista de Penápolis, uma criação de frango colonial. Aprendeu como fazer um plano de negócio e deu a largada para o novo empreendimento.

“É um curso de alta qualidade profissional e muito prático. Dá pra aplicar tudo o que é ensinado e, com certeza, fazer sua produção crescer e render mais”.

Novas ideias, planejamento, sucesso garantido

Boas ideias não bastam para levar um negócio adiante. No curso Negócio Certo Rural, o produtor adquire uma nova visão de mercado e começa a colocar na balança tudo o que conta para um empreendimento vitorioso. Aprende a identificar novas oportunidades, a criar projetos e, o mais importante, colocá-los em prática. Enquanto assimila a teoria, ele já vai partindo para a concretização do projeto, desenvolvendo, ainda durante o curso, o plano de negócio, com o levantamento de todos os recursos fundamentais para sua viabilização.
Seu Hermínio, por exemplo, não se aventurou no negócio do frango colonial sem antes colocar tudo no papel. Por ter uma carne menos gordurosa, a ave conquista um número cada vez maior de consumidores preocupados em manter a boa forma e a saúde. Um nicho de mercado promissor e um negócio especialmente interessante para o pequeno produtor. A viabilidade econômica, entretanto, depende não apenas de se ter os conhecimentos adequados de avicultura, mas também de planejamento, estudo de mercado, investimento em infraestrutura, cuidados sanitários, estar atento à legislação, entre outras coisas. Toda essa soma de fatores, que garantem a qualidade e competitividade do produto, seu Hermínio precisou considerar.

Calculando o capital inicial indispensável, o preço de venda do produto, a rentabilidade, o prazo de retorno, encargos sociais, impostos e tudo o mais que deve constar de um bom planejamento, seu Hermínio partiu primeiro para um voo mais baixo, mas seguro. Atualmente já conta com um plantel significativo e a sustentabilidade do projeto está garantida. E ele também aplica o que aprendeu no curso do SENAR na Escola Técnica João Jorge, onde atua como auxiliar de docência.

“Complemento os ensinamentos dos professores, orientando os alunos na hora de colocar a teoria em prática. Em apenas dois meses, a gente adquire muito conhecimento, por isso eu sempre recomendo o curso Negócio Certo Rural até mesmo para os professores da escola.”

Os interessados podem se inscrever no portal da EaD SENAR. O endereço eletrônico é: http://ead.senar.org.br/cursos/negocio-certo-rural-%E2%80%93-internet . O único requisito exigido é ter mais de 16 anos de idade. O tutor Leonardo Cabral explica que a linguagem é simples e os alunos sempre contam com seu apoio e também de um monitor para ajudar a resolver qualquer dificuldade. “Nosso ambiente possui ferramentas que facilitam o uso pelos alunos. Além disso, eles têm toda a flexibilidade no ritmo do estudo. Cada um mantém seu próprio ritmo e ainda pode estudar na hora e no lugar que melhor lhe convém”.

SINDICATO RURAL DE RIOLÂNDIA promove cursos de capacitação

Apenas no mês de janeiro, o Sindicato Rural de Riolândia ofereceu mais de cinco cursos de capacitação para seus associados e para a população da cidade do interior de São Paulo.

Os coordenadores do Senar, Celso Heli Moreira e Dalva Borges Siqueira Moreira, e o assessor jurídico do sindicato rural de Riolândia foram responsáveis pela organização dos ensinamentos, realizados na sede do sindicato, como: curso de Processamento Artesanal de Produtos de Higiene e Limpeza, nos dias 02 e 03; curso de Aplicação de Agrotóxicos com Pulverizador Costal Manual, entre 26 e 28 de janeiro; Processamento Artesanal de Olerícolas nos dias 24 e 25; de Processamento Artesanal de Leite, entre 21 e 14; curso de Sangria em Seringueira, entre 19 e 21; e curso de Processamento Artesanal de Milho entre 19 e 20 do mês.













Curso de Agrotóxico



Curso de Leite



Curso de Higiene e Limpeza



Curso de Milho



Curso de Sangria de Seringueira



Curso de Olericolas

NOVA TECNOLOGIA ANTIFALSIFICAÇÃO **trará segurança ao agricultor**

Novo dispositivo antifalsificação deve oferecer uma forma simples e rápida de identificar a autenticidade dos produtos



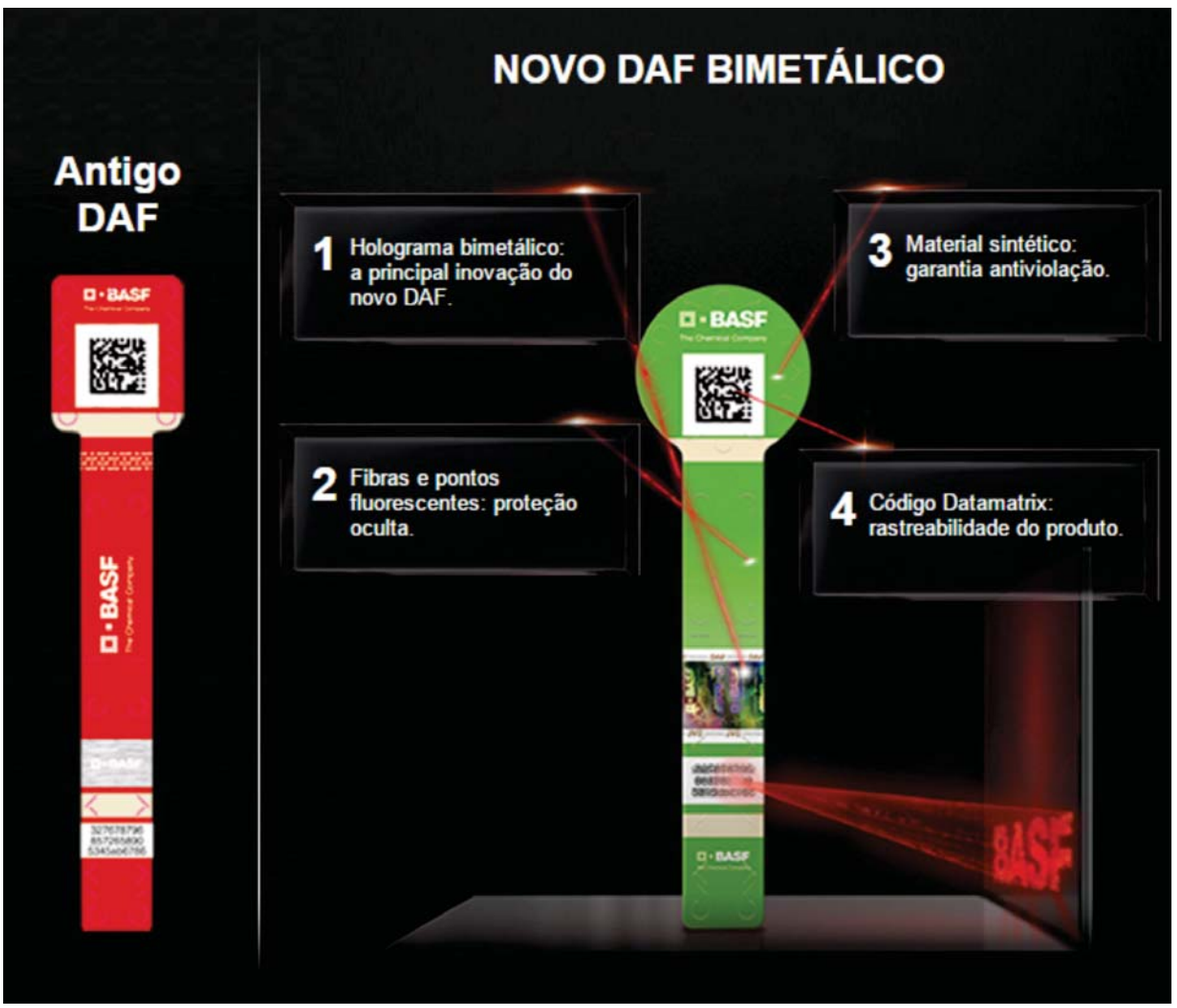
A BASF lançou em janeiro de 2015 o novo Dispositivo Antifalsificação (DAF) para sua linha de defensivos agrícolas. Com a função de facilitar a identificação da originalidade dos seus produtos por meio de elementos de segurança, o novo DAF apresenta agora um holograma bimetálico que utiliza alumínio e cobre em sua produção. Com o novo DAF será possível enxergar estrelas e espirais com efeitos 2D e 3D em cores que variam de acordo com o ângulo de visão.

Além disso, a utilização de um laserpoint permite o aparecimento da palavra BASF de forma sombreada em uma superfície plana. "Você deverá encontrar o melhor ângulo de projeção variando a direção do laser e do holograma para uma visualização mais efetiva. Quanto menor a luminosidade do ambiente e quanto maior a intensidade do laserpoint, mais nítida será a projeção afirma Redson Vieira, gerente de Relações Governamentais e Sustentabilidade da Unidade de Proteção de Cultivos da BASF.

O projeto, iniciado em 2012, visa proporcionar mais segurança para os consumidores e garantir a autenticação da qualidade. Sua aplicação está sendo em princípio nos fungicidas **Opera®**, **Opera® Ultra**, **OrkestraTM SC** e nos inseticidas **Standak®**, **Standak® Top**, **Regent® 800WG**, **Regent® Duo** e **Tuit®Florestal**.

Toda esta tecnologia – desenvolvida para o mercado brasileiro – é resultado de um grande esforço conjunto entre diversas áreas da companhia e também parceiros externos. O projeto é pioneiro no segmento de agroquímicos:

"Somos a primeira empresa brasileira do setor a oferecer esta tecnologia a nossos clientes. Nosso objetivo é oferecer uma forma simples e rápida de identificar a autenticidade dos produtos, proporcionando mais tranquilidade e segurança aos agricultores no momento da compra", finaliza Vieira.



5º ENCONTRO TÉCNICO DE SOJA APRESENTA **novas tecnologias aos produtores rurais**

O evento aconteceu em Guaíra-SP e recebeu mais de 500 visitantes entre produtores e empresários do município e região



Na foto estão Natal Pereira, José Eduardo Coscrato Lellis, Francisco Muraishi, Renato Massaro e Jeronimo Camilo

Tendo a missão de sempre manter os produtores rurais informados, o Sindicato Rural de Guaíra, interior de São Paulo, realizou o 5º Encontro Técnico de Soja, na última sexta-feira (06), na fazenda Matinha do Francisco Muraishi, com o apoio da Federação da Agricultura do Estado de São Paulo (FAESP), SENAR, prefeitura municipal e Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI).

O sindicato promoveu o evento com o objetivo de apresentar as novas biotecnologias para a agricultura, como os transgênicos através dos estandes de diversas empresas. Neste ano, foram expostas 21 cultivares de soja INTACTA e 15 cultivares de soja RR, adaptadas para a região. Segundo o engenheiro agrônomo do sindicato, Renato Massaro Sobrinho, "Para alcançar resultados de produtividade desejados com a tecnologia é preciso integrar ações de manejo com plantas daninhas e manejo integrado de pragas, seguindo as recomendações oficiais de refúgio".

Renato se surpreendeu com o número do público vindo de diversas cidades. "Foi um encontro muito positivo. Fui surpreendido com os participantes da região e eles também ficaram surpresos com a qualidade dos materiais e cultivares apresentados", disse o engenheiro, que também se mostrou satisfeito com o desenvolvimento dos cultivares mesmo com essa seca que a região enfrenta.

O presidente do sindicato rural de Guaíra, José Eduardo Coscrato Lellis, ressaltou a quantidade de visitantes para o encontro deste ano, sendo mais de 500 participantes entre produtores, empresários e visitantes do município e região.





Gostaria de agradecer a presença de todos neste evento. O Sindicato tem o intuito de contribuir com a expansão gradativa dos negócios do produtor rural com as melhores opções de manejo e exposição das novidades do campo" afirmou José Eduardo.



Vários pontos foram discutidos com os agricultores, entre eles o PRA sancionado no Estado de São Paulo, alguns convênios e a criação de uma sala no sindicato da cidade para tratar sobre o seguro rural.

Durante o Encontro, José Eduardo também avisou aos agricultores que o Sindicato já está recebendo o Cadastro Ambiental Rural (CAR).

> **“Nós já estamos recebendo os interessados em fazer o cadastro, através do Geraldino, que está disposto a tirar todas as dúvidas e fazer todos os procedimentos.”**

Após a feira de exposição, todos os convidados puderam apreciar um bom jantar ao som de uma banda de Franca.













Foram mais de 14 empresas, que divulgaram os novos produtos e tecnologias e ofertaram novas informações técnicas, apresentando as novidades para o setor. Entre elas estavam: Syngenta, Mauá Sementes, Fundação Pró-sementes, Copercana, Massey Ferguson, KWS, Coopercitrus, Brasmax, Brejeiro, Pioneer, Agroeste, Coodetec, Nidera Sementes, Coopadap, Elitt, Laboratório Farroupilha, Bayer CropScience e Yara.


















FUNDAÇÃO
PRÓ-SEMENTES








Cope


DUPONT
PIONEER


www.sementesmaua.com.br


Sementes
de soja Syngenta.
Desenvolvidas
para a sua região.













“Para alcançar resultados de produtividade desejados com a tecnologia é preciso integrar ações de manejo com plantas daninhas e manejo integrado de pragas, seguindo as recomendações oficiais de refúgio”.

SOLO BEM NUTRIDO GERA MAIS LUCRO **ao produtor**

Foto: Acervo do pesquisador Antônio Marcos/Embrapa
Por: Embrapa Milho e Sorgo



O sistema de produção integração Lavoura-Pecuária (iLP) visa integrar os componentes pecuário e agrícola (em rotação, consórcio e sucessão) na mesma área, em um mesmo ano agrícola ou por vários anos. Um dos objetivos do iLP é buscar soluções eficazes para o setor produtivo. A recuperação de pastagens degradadas é uma das recomendações essenciais para que o produtor mantenha uma boa produtividade sem precisar expandir a área plantada.

O pesquisador da Embrapa Milho e Sorgo (Sete Lagoas/MG), Antônio Marcos Coelho, esclarece que na maioria das regiões produtivas do Brasil predomina o solo com baixa fertilidade natural e com alta acidez. Em consequência, ocorre a necessidade de importação de fertilizantes. Para a safra de 2011/2012 foi necessário importar 70% dos insumos, o que representou um gasto de nove bilhões de dólares. "Esse percentual tem crescido a uma taxa de 4% ao ano no Brasil. Por isso, para reverter essa situação, é necessário construir a fertilidade dos solos, usando tecnologias mais eficientes, que permitam reduzir o uso de fertilizantes", afirma.

O manejo da fertilidade do solo começa com uma boa amostragem para análise química e física de fertilidade. O diagnóstico da análise permitirá fazer um planejamento da adubação, considerando as culturas que vão compor os sistemas de produção, a exemplo do milho consorciado com a brachiaria.

“Temos que observar também as exigências nutricionais das culturas e compor o solo com os nutrientes necessários para a cultura mais exigente. Isso nos dá como retorno maior sustentabilidade do sistema e ganhos econômicos", coloca Antônio Marcos.

O calcário e o gesso agrícola são dois insumos utilizados para corrigir o solo. Assim como para fazer a calagem, o resultado da análise de solo permitirá mensurar, também, a necessidade ou não de aplicação de gesso. A quantidade de gesso é determinada após a verificação do grau de acidez na camada subsuperficial do solo, abaixo dos 20 cm de profundidade. "Se essa camada apresentar grau de acidez que prejudique a planta, bem como baixo teor de cálcio, é justificado o uso do gesso agrícola. O gesso proporcionará uma melhoria da fertilidade do solo e maior desenvolvimento do sistema radicular da planta. Consequentemente, haverá maior tolerância da cultura aos períodos de déficit hídrico", orienta Antônio Marcos.

O representante da Agronelli – Insumos Agrícolas, João Donizette do Amaral Júnior, ressalta que o gesso agrícola é um fertilizante condicionador de solos, porque é uma fonte eficiente de cálcio e enxofre, promove maior desenvolvimento radicular em profundidade e permite a redução da saturação por alumínio.

“O gesso agrícola aumenta a eficiência agronômica no aproveitamento dos fertilizantes e promove maior resistência da planta à seca e maior acesso ao volume de água e nutrientes disponíveis no solo", diz.

Ao fazer o planejamento da adubação para o cultivo de gramíneas o produtor deve observar, na análise laboratorial, todos os micronutrientes necessários para o solo e dar especial atenção aos elementos zinco e boro, que são limitantes para a produtividade do solo. Antônio Marcos alerta para a necessidade de se fazer a adubação nitrogenada de cobertura, principalmente para o cultivo de gramíneas como o milho e a brachiaria para pastagem. Para isso, o produtor precisa observar o resultado da análise química do solo e determinar qual potencial produtivo deseja alcançar na safra. "As exigências nutricionais das culturas em relação aos componentes nitrogênio, fósforo e potássio (NPK) também devem ser avaliadas" afirma.

Cama de frango é uma alternativa de adubo orgânico

A cama de frango é um adubo orgânico que pode ser utilizado para a preparação do solo nos sistemas de iLP. É uma compostagem eficiente para eliminar agentes patogênicos, evitar a infestação de moscas e a proliferação de pragas de solo como cupins e larvas de besouros.

O gerente da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (Emater-MG), Walfrido Machado Albernaz, informa que a região de Sete Lagoas (MG) tem a maior produção desse fertilizante natural no Estado. "A adubação com a cama-de-frango permanece por mais de um ano. Porém, antes de aplicar esse recurso, o produtor deve fazer a análise de solo e do composto para a adubação, de acordo com a exigência nutricional da cultura a ser semeada, para, se necessário complementar com adubo químico", diz.

De acordo com a Emater, a análise do fertilizante orgânico, que neste caso é a cama de frango, é necessária para determinar a quantidade de nitrogênio, fósforo e potássio que o fertilizante possui. Além de nitrogênio, potássio e fósforo, enxofre, zinco, cálcio, magnésio, ferro, cobre e outros micronutrientes, a cama de frango também possui matéria orgânica. A matéria orgânica melhora a capacidade de armazenamento de água, facilita o crescimento das raízes das plantas e retém água e nutrientes no solo.

"Para ser mais viável como fertilizante, a cama de frango deverá ser compostada usando-se aditivos biológicos e químicos, como fosfato, gesso, etc. Além disso, a mistura da cama de frango com o esterco bovino pode favorecer a compostagem, pois melhora a relação carbono-nitrogênio", afirma Albernaz.

Walfrido considera que são necessários mais investimentos em pesquisa para o desenvolvimento de melhorias contínuas no processo de compostagem, na distribuição e na transferência da tecnologia para os produtores. Ele destaca também a necessidade de haver maior fiscalização do uso irregular da cama de frango para incentivar sua melhor utilização como fertilizante.

Pastejo de animais favorece a recuperação do solo

A pastagem realizada em área degradada faz o rebanho bovino produzir mais gás metano e ocasiona o aumento da emissão de gases de efeito estufa, além de prejudicar o desenvolvimento dos animais. "No sistema integração Lavoura-Pecuária recomenda-se ao produtor fazer a rotação das culturas e dos pastos, para beneficiar os dois sistemas. O manejo adequado propicia ganho de peso para os animais nos períodos de seca e equilíbrio na época de chuva", orienta o médico veterinário da UFMG, Fabiano Alvim.

Outro benefício de pastagens intensificadas é evitar a desertificação do solo. "Muitas áreas desertas decorrem da ausência de herbívoros. O pastejo com animais pode reverter a situação. Além disso, para o pecuarista, uma área bem tratada, proporciona maior produção de leite ou de carne, com menos animais", afirma Leovegildo Lopes de Matos, pesquisador da Embrapa Gado de Leite (Juiz de Fora). "O solo é o principal recurso do produtor, de onde ele deve tirar o recurso (forragem e grãos) para alimentar melhor o rebanho. O gado bem alimentado tem mais saúde e gera mais lucro", afirma Matos.

Garantia de safra

O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) é uma das instituições financeiras que incentivam os produtores que adotam os sistemas de integração Lavoura-Pecuária-Floresta (iLPF), por meio do "Projeto Rural Sustentável". De acordo com o gerente, Tiago Araújo Mendes, o projeto busca levar tecnologias para serem implementadas no campo, a fim de evitar perdas de safras e apoiar o produtor com financiamentos e capacitação técnica e gerencial.





365 dias
conquistando
paladares

Churrascaria

Recanto Gaúcho

Melhor rodízio de carnes de Guaíra

Já pensou em se deliciar com mais de 30 opções de saladas, massas e as melhores carnes nobres?
A Churrascaria Recanto Gaúcho é a mais antiga churrascaria de Guaíra. Quem visita volta, o ano todo!

17 3331-2316
Rua 8 nº 1595
entrada da cidade
Guaíra SP

PRODUTORES ESTÃO PREOCUPADOS COM A **falta de segurança no campo**

O Sindicato Rural de Guaíra realizou reunião com autoridades e agricultores para discutir o problema



Roubos têm se tornado cada vez mais frequentes na zona rural do país. A calmaria que antes existia agora é dor de cabeça aos fazendeiros que, a cada dia que passa, sofrem mais prejuízos com roubos de equipamentos, maquinário e produção. O principal alvo dos bandidos são os pivôs, já que os mesmos possuem fiações de cobre que são vendidas e ficam localizados longe das matrizes.

Para tentar minimizar o problema na região de Guaíra, interior de São Paulo, o Sindicato Rural da cidade realizou no mês de janeiro uma reunião com autoridades e agricultores para discutir medidas de segurança para a zona rural. O assunto foi abordado depois que os roubos no campo tornaram-se mais frequentes na região.

Participaram do encontro o Presidente do Sindicato de Guaíra José Eduardo Coscrato Lelis, o prefeito Sérgio de Mello, o vereador José Natal Pereira, o atual coordenador de agricultura do município José Carlos Junqueira, além de agricultores guairenses e o Capitão PM Comandante André Luiz Hannickel. Também foram convidados a participar os delegados Evandro Abraão Nacle, e Dr. Rafael Faria Domingos, que justificaram a ausência.

“Precisamos ter a concepção do nosso papel para atuar constantemente na busca por soluções de problemas como os enfrentados atualmente. Alguns produtores estão assumindo a liderança para solucionar esses problemas e discutir essas questões. Precisamos buscar alternativas para solucionar essas dificuldades e essas reuniões servem para esse papel”, declarou José Eduardo Coscrato Lelis, presidente do Sindicato Rural de Guaíra e Diretor do Sistema Faesp/Senar.



A intenção do Sindicato é realizar um trabalho dentro da legalidade para que a segurança seja fortalecida na zona rural. Uma das opções seria criar um Fundo Municipal para que os produtores e agricultores, juntamente com as usinas, disponibilizem recursos para que a Prefeitura realize uma parceria com a Polícia Militar possibilitando um serviço de segurança mais efetivo na zona rural da cidade.

O Presidente do Sindicato cobrou um apoio efetivo do executivo e legislativo, destacando que a agricultura é um dos mais importantes contribuintes do município.

“Queremos fazer um cadastro, no sindicato, de todos os produtores de forma georeferenciada para passarmos à policia. E mais do que isso, todo o acontecimento de furto e roubo no campo, queremos fazer um procedimento dentro do sindicato para que sirva de referência no futuro. Vamos montar uma estratégia de inteligência junto ao pessoal das usinas, onde haverá dois profissionais que vão absorver todas as informações dos produtores para que possamos antecipar alguma questão relativa ao assunto. Mas claro, precisamos do feedback da policia militar” relatou José Eduardo.

O principal ponto destacado foi solicitar uma comunicação integrada entre a Polícia Militar e os produtores rurais. Assim a interceptação de um suspeito seria mais rápida, e as fazendas vizinhas ficariam atentas com seus patrimônios para coibir a prática de roubos.

Segundo o Secretário da Agricultura de Guaíra, José Carlos Junqueira, há a opção dos rádios amadores e a criação de um manual de segurança rural.

“Nossa diretoria buscará outras opções, como o rádio amador e uma cartilha explicativa que vamos distribuir a todos os produtores e funcionários das fazendas.”



Para o coordenador do PAME – Plano de Auxílio Mútuo em Emergência – Eli N. Ferreira, a comunicação é o principal ponto de prevenção. "A disponibilização de um canal direto via entidade é uma das soluções. O produtor rural também precisa ter um bom relacionamento com o vizinho, e trabalhar com esse diálogo, além é claro dos cuidados do dia-a-dia, principalmente a comunicação de prevenção" destacou Eli.

De acordo com um dos produtores presentes na reunião, André de Campos Fischer, os ladrões de pivôs são especializados no assunto e o prejuízo com estes furtos está crescendo no bolso dos produtores. "Espero solução para isso. Do jeito que está não tem condições. Tivemos um prejuízo de mais de 20 mil só em 2014 com roubos de pivôs. Temos sistemas de segurança, mas eles estão cortando os alarmes antes de fazer o furto. São pessoas capacitadas que sabem de todo o esquema para desinstalar o alarme e roubar o pivô."

Um problema apontado pelos agricultores é a dificuldade de realizar seguros para os pivôs já que algumas instituições estariam constantemente encontrando alternativas para não realizá-los, complicando ainda mais a situação desses produtores que ficam com grandes prejuízos.

André Fischer, agricultor e idealizador



Problema de Segurança Pública

O problema da falta de efetivo da polícia é o que preocupa o comandante André Luiz Hannickel, que afirmou ter todos os equipamentos, mas não possui policiamento o suficiente para a cidade e para o campo. O comandante ressaltou ser um problema de segurança pública de todo o Estado de São Paulo

"De seis anos pra cá só estamos perdendo efetivo, e para ajudar, Guaíra elevou-se ao nível de Cia e tomamos conta de mais cidades (Colômbia, Colina e Jaborandi). Isso complicou muito a situação e não conseguimos mais realizar efetivamente a Patrulha Rural. Perdendo efetivo, perdemos a força de ação. Mas esse problema é geral em todo o Estado de São Paulo, por isso nos últimos anos o problema com a Patrulha Rural se agravou", enfatizou o Comandante André Luiz Hannickel.



Uma das opções fornecidas durante a reunião foi que a prefeitura realizasse uma parceria com a Polícia Militar, se responsabilizando por pagar horas extras aos Policiais que trabalhariam na fiscalização da zona rural.

O prefeito Sérgio de Mello também falou sobre o caso e se mostrou sensível ao assunto, informando que vai estudar a situação para auxiliar o problema enfrentado em Guaíra.





“Uma medida prática será encaminhada para a assessoria jurídica da prefeitura para tentar minimizar este problema. Uma delas é a possibilidade de criar um fundo municipal de segurança para receber aporte de instituições públicas e privadas e regularizar isso, afirmou Sérgio de Mello.”





Seu diferencial
está na especialidade que escolheu.
O nosso também.

OPÇÃO
Assessoria Contábil
equipe especializada em negócios imobiliários e agrícolas.
Av.: 11 | nº 660 | Centro | 3331.7087

ASSISTÊNCIA TÉCNICA **e Extensão Rural na Medida Certa**

A extensão rural permite que os agricultores acessem de forma qualificada as políticas públicas de desenvolvimento rural, tecnologias e informações voltadas à melhores condições de vida



Engana-se quem pensa que extensão rural é a medida do comprimento de uma propriedade rural. A extensão rural e a assistência técnica têm importância fundamental no processo de comunicação de novas tecnologias, geradas pela pesquisa, e de conhecimentos diversos, essenciais ao desenvolvimento rural no sentido amplo e, especificamente, ao desenvolvimento das atividades agropecuária, florestal e pesqueira.

A Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), oficialmente e institucionalmente consiste em serviços de educação não formal, de caráter continuado, no meio rural, cujo objetivo é a promoção de processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização das atividades e dos serviços agropecuários e não agropecuários da agricultura familiar, inclusive, das atividades agroextrativistas, florestais e artesanais.

Em relação à sua missão, a ATER é mais do que simplesmente levar assistência técnica para ampliar a produção. Ela se caracteriza como uma agência de desenvolvimento capaz de contribuir para despertar o conjunto das energias capazes de fazer do meio rural um espaço propício na luta contra a exclusão social.

Uma pesquisa realizada pelo Censo Agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE mostrou a importância da Extensão Rural no Brasil. De acordo com o Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural (Dater), o serviço da ATER, ao longo dos anos, tem contribuído significativamente para o desenvolvimento da agricultura familiar. Esse serviço que é levado ao homem do campo por intermédio do extensionista, proporciona aos agricultores melhores condições de vida, acesso às políticas públicas voltadas para o setor primário e a oportunidade de trabalhar com as novas tecnologias da agricultura, que facilitam a atividade do homem no campo.

É preciso e de fundamental importância dar o destaque para o extensionista, pois é o profissional que vai ao campo, conhece a realidade da agricultura familiar brasileira, contribui de maneira fundamental e estratégica para que este segmento produtivo cumpra seu papel de garantir a segurança alimentar e nutricional do país.

Mas, infelizmente os serviços de assistência técnica e extensão rural no Brasil têm apresentado dificuldades de serem efetivados na prática, principalmente no que tange à assistência aos agricultores familiares. Não há suporte financeiro adequado por parte do governo federal e ainda existe resistência por parte dos conservadores às mudanças exigidas por este novo tempo.

O fato é que as instituições públicas já não atendem aos interesses da sociedade, que reclama por mudanças. Quando se fala em esgotamento, em estado de limite das instituições, não é apenas reduzir o problema à crise institucional que vive o serviço público de assistência técnica e extensão rural, mas, também, à crise que também vive as instituições de pesquisa, universidades, saúde, educação, dentre outras.

Para o deputado Zé Silva, de Minas Gerais, engenheiro agrônomo, extensionista rural e ex-presidente da EMATER de Minas Gerais, a ANATER precisa de mais atenção por parte do governo, pois não está repassando o alto orçamento.

“A agência é o terceiro momento na história de um serviço criado há mais de 6 décadas. Só que ficou 1 ano com orçamento de mais de 1 bilhão e as nossas empresas estaduais [EMATERs] precisando dos recursos para contratar mais extensionistas, levar tecnologia na hora e no momento certo aos agricultores.”



De acordo com o deputado, a ANATER pode garantir às EMATERs do Brasil melhores infraestruturas, que tenham concurso público, planos de cargos e salários para os extensionistas, além de tecnologia de informação. "Que as pesquisas feitas pela EMBRAPA, pela EPAMIG, pelas entidades estaduais de assistência técnica e extensão rural possam chegar àqueles que mais precisam, que são os agricultores familiares, os ribeirinhos, sem contar os agricultores, os grandes produtores, grandes empresários rurais, que também precisam desse serviço. O conhecimento gerado pela pesquisa, gerado pelas universidades, só tem valor se ele chegar até os agricultores. Nesses 25 anos de caminhada pelo Brasil e por Minas Gerais, eu tenho falado que talvez seja a primeira ou a última esperança de um agricultor de acessar uma política pública, de ter a presença do Estado", alegou Zé Silva.

A Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, ANATER, foi regulamentada no ano passado pela presidente Dilma Rousseff para ampliar o extensionismo no Brasil, mas ainda não está em funcionamento na prática. O deputado Zé Silva pediu o apoio dos membros da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) no sentido de pressionar o governo federal para nomear logo os novos dirigentes da Anater. "A falta desse sistema é sentida em todas as regiões do país onde se pratica a agricultura familiar, notadamente agora quando se inicia os plantios de lavouras como o feijão, a mandioca, o milho e o arroz", alertou o deputado, que é presidente da Frente Parlamentar da Assistência Técnica e Assistência Rural.

Zé Silva disse que o pleno funcionamento da assistência técnica terá grande impacto na produtividade e no fortalecimento da agricultura familiar, o que significa aumentar a geração de emprego e renda no campo, além de contribuir para a produção dos alimentos que diariamente estão na mesa do consumidor. "Encareço aqui aos meus pares para nos ajudar nessa empreitada de promover o desenvolvimento sustentável no campo e ampliar o acesso dos pequenos agricultores à inovação tecnológica", destacou.

É de suma importância o papel da ATER, tendo em vista que o produtor rural, normalmente, encontra-se desassistido. No Brasil esta importância torna-se maior ao analisar a realidade do país e considerar o imenso problema social com que hoje é enfrentado pelos produtores. Diante disso, o técnico extencionista deve ir além de simplesmente levar informações úteis ao produtor rural. O ideal é que a informação seja passada, levando em conta a realidade do produtor rural, considerando suas experiências adquiridas ao longo da vida, sua cultura e também o ambiente social.

As ações da ATER são serviços de importância fundamental no processo de desenvolvimento rural e da atividade agropecuária. Porém, devido à exploração exacerbada dos recursos naturais, tornou-se necessário a inclusão de novos enfoques metodológicos, onde através da criação da PNATER (Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural) tornou-se possível a atualização de seu papel frente às novas tendências. À extensão rural, coube continuar a desenvolver o processo de comunicação de novas tecnologias, geradas pela pesquisa e de conhecimentos diversos, mas levando sempre em consideração os conhecimentos empíricos dos produtores rurais, buscando alternativas de desenvolvimento econômico, sem extinguir os costumes e valores culturais das comunidades, aliados ao desenvolvimento sustentável da sociedade onde os produtores estão inseridos.

"A falta desse sistema é sentida em todas as regiões do país onde se pratica a agricultura familiar, notadamente agora quando se inicia os plantios de lavouras como o feijão, a mandioca, o milho e o arroz".



História e Conceitos sobre a Extensão Rural

As ações de extensão rural no Brasil foram institucionalizadas nacionalmente há mais de 50 anos. Embora a maioria dos textos sobre o assunto afirmarem que tais serviços surgiram em meados do século XX, o estudo da legislação brasileira demonstra que atribuições legais de ações de extensão rural remontam ao século XIX. A análise da legislação federal da segunda metade dos séculos XX e atual demonstra que a obrigação legal da atuação em extensão rural sempre esteve presente, inclusive na Constituição Federal de 1988. Não obstante, na prática o apoio governamental a estes serviços foi decrescente desde a década de 80 passada, provocando uma crise generalizada que só nos últimos 5 anos começa a ser revertida, embora de forma ainda incipiente.

Os estatutos previam a atuação de Comissões Municipais de Agricultura, com a responsabilidade de realizar levantamentos estatísticos rurais e estudar as necessidades da lavoura nos respectivos municípios. A primeira ação institucionalizada de extensão rural no Brasil foi a Semana do Fazendeiro, realizada pela primeira vez em 1929, pela então Escola Superior de Agricultura de Viçosa (atual Universidade Federal de Viçosa), com diversos cursos de extensão e palestras.
A institucionalização efetiva de um serviço de assistência técnica e extensão rural no País se deu ao longo das décadas de 50 e 60, a partir da criação nos estados das associações de crédito e assistência rural (ACAR), coordenadas pela Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR).

Em consequência das dificuldades de coordenação pelo Incra, o Sistema Brasileiro de Extensão Rural começou a ser estatizado e autorizou o Poder Executivo a instituir a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER), empresa pública, vinculada ao Ministério da Agricultura, com personalidade jurídica de direito privado e patrimônio próprio.

Ao assumir o governo, em 1990, o presidente Collor extinguiu, além de outras instituições ligadas à agricultura, como o IBC, IAA e BNCC, a Embrater, desativando o Sibrater, provavelmente motivado pelas mesmas intenções de seu antecessor (Sarney). A partir desse momento, a coordenação do sistema passou à Secretaria de Extensão Rural (SER), ligada à Embrapa, que inclusive elaborou um plano para o setor, denominado Plano de Ação Estratégica de Assistência Técnica e Extensão Rural (1991/1995). Entretanto, sua implementação se deu quando essa coordenação passou para o Ministério da Agricultura, Secretaria de Desenvolvimento Rural/Dater, em outubro de 1994. Com o Ministério da Agricultura assumindo a coordenação do Sibrater, e em face da política neoliberal adotada pelo governo Collor, a participação financeira do governo federal na extensão rural dos estados, que era em torno de um bilhão de reais por ano, caiu drasticamente, passando a ser insignificante, provocando uma crise sem precedentes no sistema ATER oficial, fragilizando e extinguindo esse serviço em vários estados brasileiros.



Extensão Rural no Estado de São Paulo

Sob a coordenação da Embrater, havia planos nacionais de extensão e um sistema ou metodologia de planejamento que eram adotados por todos os serviços estaduais das EMATERs, filiadas ao Sibrater. Essa sistemática era estendida aos escritórios locais/municipais/regionais.

Embora a extensão rural brasileira esteja presente nas 27 unidades da Federação, a Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural, Asbraer, revela que, depois do desmantelo da Embrater, nos anos 90, em alguns estados ela está mais organizada, já outros, ainda estão em processo de reestruturação dos serviços de assistência técnica e extensão rural.

Mas o Estado de São Paulo foi o único estado que não aderiu ao Sibrater, quer com a ABCAR, quer com a Embrater. Para coordenar e executar esse serviço, em 1968, o governo de São Paulo criou a coordenadoria de Assistência Técnica Integral (Cati), vinculada à Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Governo do Estado de São Paulo.

Desde então, a CATI vem trabalhando para o produtor rural, prestando serviços e oferecendo seus produtos. Com sede em Campinas, ela é composta por 40 Escritórios de Desenvolvimento Rural (EDRs) distribuídos nas várias regiões do Estado de São Paulo. Os 40 EDRs englobam as Casas de Agricultura municipais que estão presentes em todos os municípios do Estado de São Paulo. Além disto, a CATI possui 21 Núcleos de Produção de Sementes, Mudas e Matrizes.

Os serviços e produtos da CATI estão disponíveis aos agricultores e pecuaristas nas Casas da Agricultura, onde engenheiros agrônomos, engenheiros agrícolas, zootecnistas e médicos veterinários prestam informações e orientam o produtor rural na condução de seus negócios agrícolas.

A CATI, além de responsável pelo serviço de extensão rural, está envolvida na prestação de serviços para a comunidade da zona rural entre eles: alfabetização de adultos, orientação para construção de fossas sépticas e abastecedouros de água para pessoas e animais, além da divulgação de conceitos de higiene, controle de agrotóxicos. A instituição detém um amplo banco de dados que contém informações sobre a produção agropecuária no Estado de São Paulo. Ele é a base para a elaboração de planos agrícolas, organização do setor produtivo e obtenção de informação sobre safras, áreas e espécies cultivadas nas diferentes regiões paulistas.

Além da presença nas Casas da Agricultura, a CATI possui uma rede de profissionais prontos para prestar apoio técnico. Eles são responsáveis auxiliar na obtenção de crédito agrícola, seguro rural, transferência de tecnologia, planejamento da propriedade, elaboração de projetos de recuperação do solo, reflorestamento, adequação de estradas rurais, entre outros.

Através da Casa de Agricultura, a Divisão de Extensão Rural (DEXTRU) atua como suporte técnico metodológico no planejamento e gestão do conhecimento da CATI na área de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER, por meio de assessoria aos seus programas e projetos, e do apoio aos extensionistas da rede, promovendo a atualização desses profissionais em diversas especialidades da agropecuária paulista.

Atualmente a CATI está trabalhando de forma participativa através de departamentos, ações e políticas públicas, como: CIAGRO (Centro de Informações Agropecuárias); Departamento de Comunicação e Treinamento (DCT); DEXTU; Departamento de Sementes, Mudas e Matrizes (DSMM); Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável Microbacias II – Acesso ao Mercado; LUPA – Censo Agropecuário do Estado de São Paulo; projeto Integra SP; Fehidro; Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista (Feap); PPAIS – Programa Paulista da Agricultura de Interesse Social; PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar); entre outros.

CATI
COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA INTEGRAL

Para beneficiar o campo

Apesar das dificuldades, principalmente ao longo dos últimos dez anos, e da relutância que muitos agricultores possuem quanto ao assunto, é importante reconhecer o papel da extensão rural no desenvolvimento da agricultura.

Essa assistência pode trazer benefícios para o bolso de quem a utiliza, já que as indicações de tecnologias modernas possibilitam o aumento da produção e produtividade, orientando com boas práticas agropecuárias, apoiada ao tripé da sustentabilidade, social, econômico e ambiental.

O Estado de São Paulo está mantendo esse serviço atuante, sempre buscando aperfeiçoar os seus modelos de atuação e adaptar-se às restrições do momento. Mesmo com tais problemas, o país, via extensão rural pública, ainda tem um papel preponderante a desempenhar no resgate do agricultor familiar excluído do processo de transformação da agricultura. E precisa incorporar e incluir essa massa de agricultores, possibilitando a recuperação da cidadania e do bem estar (qualidade de vida) dessa população.

Afinal, é para este público que estas instituições prioritariamente são voltadas, cabendo-lhes construir caminhos que o levem a viver e ser cada vez melhor para fazer frente a este mundo competitivo.

Apesar das dificuldades, principalmente ao longo dos últimos dez anos, e da relutância que muitos agricultores possuem quanto ao assunto é importante reconhecer o papel da extensão rural no desenvolvimento da agricultura.



BOLO CREME **de chocolate**

Receita leva conhaque no preparo e rende 10 porções

Ingredientes:

· 8 claras
· 240g de açúcar (1 + 1/3 xícara de chá)
· 8 gemas
· 240g de chocolate em pó (2 xícaras de chá)
· 240g de manteiga derretida (1 + ¼ xícara de chá)
· 2 colheres (sopa) de conhaque (30ml)
· 250g de sal

Modo de preparo:

1. Numa batedeira coloque 8 claras e bata bem até ficar em ponto de neve. Com a batedeira ligada adicione, aos poucos, 240g de açúcar e 8 gemas e vá batendo por 2 minutos. Diminua a velocidade da batedeira e acrescente, aos poucos, 240g de chocolate em pó e em seguida 240 g de manteiga derretida e bata por mais 1 minuto. Desligue a batedeira retire 1 xícara (chá) da massa de chocolate e misture nesta xícara 2 colheres (sopa) de conhaque e reserve. **2.** Transfira o restante da massa de chocolate (da batedeira) para uma assadeira redonda de fundo falso (25 cm de diâmetro) forrada com papel manteiga, untada e polvilhada com chocolate e leve para assar em forno médio pré-aquecido a 180°C por +/- 20 minutos (depois deste tempo o centro da massa deverá estar mole). Retire do forno e deixe esfriar. **3.** Espelhe sobre a torta de chocolate (já fria) a mistura de massa com o conhaque (feita acima), desenforme e leve para gelar. Sirva em seguida.



RIOLÂNDIA: **cidade natureza completa 61 anos**

Em março a prefeitura realizará uma festa com shows de Eduardo Costa, Banda Atlântico Sul, MC Claudinho PP e Rádio Conquista para comemorar os 61 anos de emancipação



O nome Riolândia significa 'Cidade entre Rios'. O município se localiza no interior de São Paulo e, com seus mais de 11 mil habitantes, recebe turistas de todas as partes do país por ser rico em recursos naturais, com divisas formadas pelos rios Grande e Turvo, oferecendo atividades de pesca, diversões aquáticas, passeios e descanso em uma praia artificial às margens da represa de Água Vermelha.

Em março deste ano, Riolândia completa 61 anos de emancipação e para comemorar esta importante data, a prefeitura do município realizará um grande evento com o show de Eduardo Costa e Banda Atlântico Sul, no dia 21 de março, às 22h, e show com MC Claudinho PP e Rádio Conquista no dia 22.



Eduardo Costa será a grande atração da festa de aniversário da cidade

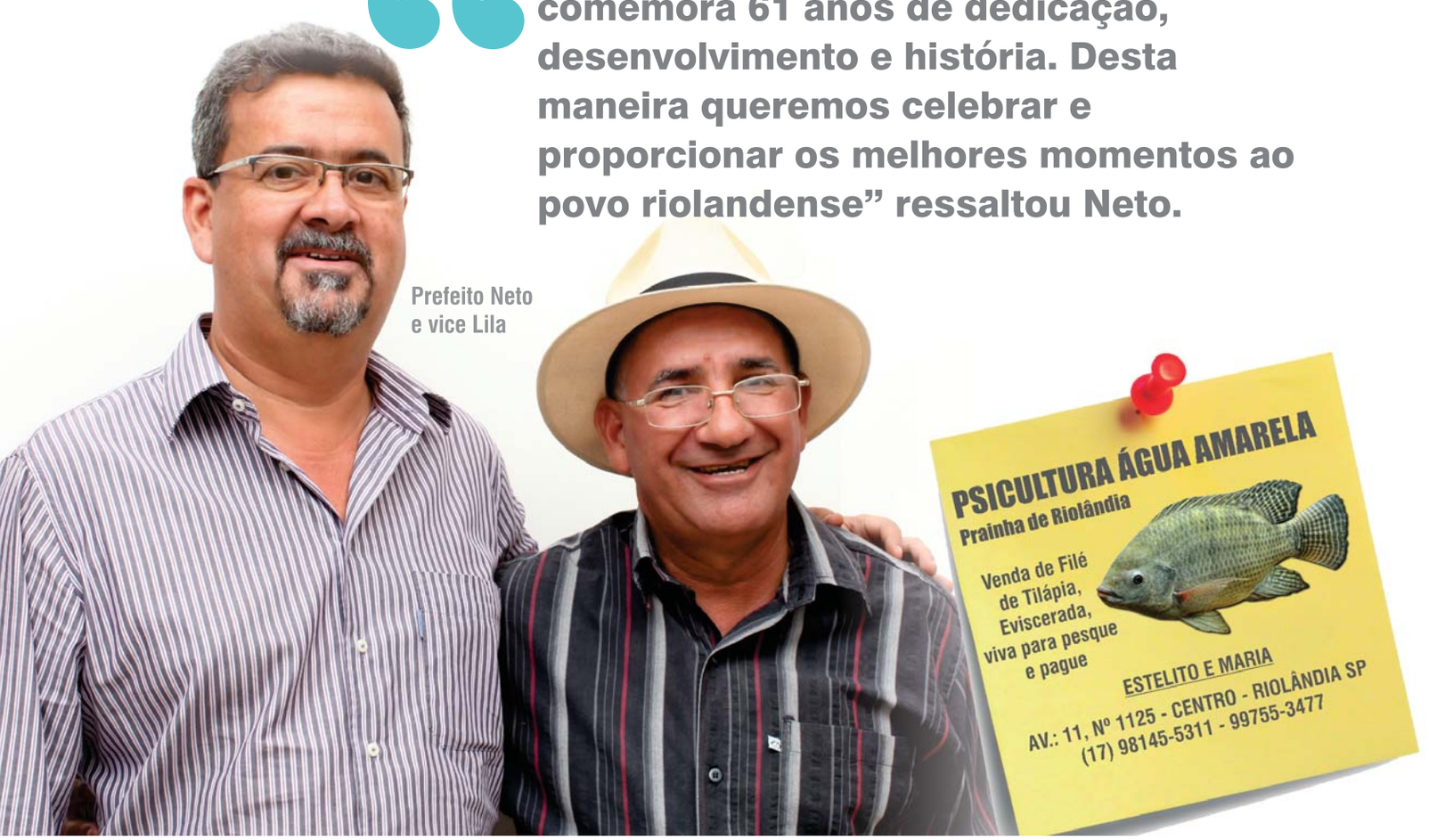
O prefeito da cidade, Sávio Nogueira Franco Neto destacou a importância de se comemorar 61 anos.



O município possui economia baseada essencialmente na agricultura e pecuária mostrando uma forte intensificação da cultura canavieira. Preserva ainda a cultura do milho e sequencialmente o algodão, a laranja, a soja e o feijão, além de outras culturas, como uva, goiaba e seringueira. Riolândia também é conhecida como Terra do Caubói, referência às fazendas e aos rodeios existentes no local.

Para conhecer este espaço maravilhoso, a equipe da Revista Agro S/A foi recebida pelo anfitrião Celso Moreira, presidente do Sindicato Rural de Riolândia. Ele mostrou todos os pontos turísticos e ressaltou a boa companhia de um riolandense.

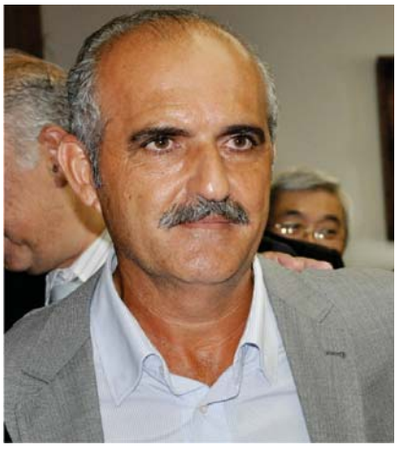
“É uma importante data para a cidade, que comemora 61 anos de dedicação, desenvolvimento e história. Desta maneira queremos celebrar e proporcionar os melhores momentos ao povo riolandense” ressaltou Neto.



Prefeito Neto e vice Lila

PSICULTURA ÁGUA AMARELA
Prainha de Riolândia
Venda de Filé de Tilápia, Eviscerada, viva para pesque e pague
ESTELITO E MARIA
AV.: 11, Nº 1125 - CENTRO - RIOLÂNDIA SP
(17) 98145-5311 - 99755-3477

Uma comunidade pequena, mas enorme de coração. O riolandense é sempre receptivo e adora mostrar o que tem de melhor por aqui" afirmou Celso Moreira, presidente do Sindicato.



História do Município

A penetração dos primeiros desbravadores da região próxima à confluência do rio Turvo com o rio Grande, primitivamente habitado pelos índios Caiapós, se faz através de Minas Gerais.

Foi o catequista, Padre José Vicente Gonçalves de Macedo, quem, descendo o rio Verde, estabeleceu contato com os índios aldeados junto à foz, onde hoje se localiza a Cidade mineira de São Francisco de Sales e que acabou transpondo o rio Grande e penetrando em São Paulo pelo rio Turvo.

Nesse último rio, a missão catequista estabeleceu uma colônia no local à jusante da Cachoeira do Talhadão, onde mais tarde foi instalado o porto do marques. Pacificados os índios, pelo Padre Macedo, vieram diversas famílias paulistas, mas que seguiram o mesmo percurso missionário, isto é, pelo triângulo Mineiro. Assim vieram os Costa Maldonado, os Lemos Campos, os Santana e Felisbino, que passaram a ocupar as terras do Turvo, mais tarde constituindo um povoado junto ao córrego do Veadinho. São considerados fundadores, Antônio Levino Borges e Joaquim Escolástico Maldonado.

Embora a povoação tivesse sua formação em fins do século passado, somente em março de 1935 foi criado o Distrito de Paz, no Município de Olímpia, com o nome de Veadinho. Em 1944 foi alterado para Veadinho do Porto e, em 1953, passou à denominação de Riolândia.



AÇOUGUE SÃO PAULO
Carne bovina - suína - frango - linguiça
ACEITA-SE ENCOMENDA PARA FESTAS
RUA 12, Nº 532 - CENTRO - RIOLÂNDIA SP
(17) 3291-1424

O município é estritamente de economia agrícola e a suas maiores forças ainda são a pecuária de corte e leite, cana de açúcar e seringueira. Hoje a cidade está diversificando o setor agrícola, principalmente na área da fruticultura, tendo muitas propriedades com plantio de uva de mesa, banana, laranja, coco, e manga.

Depois do represamento do rio Grande, as praias fluviais vieram somar na economia da cidade, tornando o turismo uma nova fonte de renda.









ROTEIRO TURÍSTICO UAI PAULISTA COMEMORA **sucesso da capacitação de gestores**

O Roteiro UAI Paulista será comercializado por operadoras e agências de turismo ainda em 2015

A participação desta última capacitação dos gestores públicos dos municípios que fazem parte do Projeto Turístico da Alta Mogiana - Roteiro Uai Paulista, nos dias 02 e 03 de Fevereiro em Franca e Uberaba respectivamente foi comemorada com sucesso pelo gestor do Projeto Manoel Pedro Leal.

Participam do projeto de 52 cidades do estado de São Paulo e do estado de Minas Gerais entre gestores públicos, integrantes dos Conselhos Municipais de Turismo e representantes de entidades parceiras; Miguelópolis-SP foi representada por Paulo Cesar (PC), Diretor do Departamento de Turismo.

Os participantes tiveram durante 04 horas uma verdadeira aula de como formatar um roteiro turístico em sua cidade, utilizando seus atrativos prioritários, que já estão prontos para fazerem parte do Roteiro Uai Paulista. Eles deverão ser compartilhados e colocados à disposição das operadoras e agências ainda este ano para a comercialização aos turistas.

Roteiro UAI Paulista conta 52 cidades participantes de São Paulo e Minas Gerais



As cidades participantes do lado paulista foram: Miguelópolis, São José da Bela Vista, Patrocínio Paulista, Altinópolis, Guará, Franca, Brodowski, Guaíra, Igarapava, Rifaina, Sertãozinho, Dumont, Monte Alto, Cajuru, Barrinha, Santo Antônio da Alegria, Ribeirão Corrente e Buritizal e outras. De Minas foram: Uberaba, Conceição das Alagoas, Sacramento, Delta, Santa Juliana, Fronteira, Campo Florido, Comendador Gomes e outras.

O Sindifranca que é o idealizador do projeto, juntamente com todas as Prefeituras, Grupo Gestor, Amvale, Comam e demais parceiros, pretendem fazer um grande evento de lançamento oficial em Franca, no final de março esperando inclusive a presença dos governos estaduais (São Paulo e Minas Gerais) e até mesmo do Ministério de Turismo.

O Gestor do Projeto espera ter diversos roteiros e produtos competitivos já formatados nesta data, para mostrar todo o potencial turístico desta região, que a própria desconhece.

O Sindifranca que é o idealizador do projeto, juntamente com todas as Prefeituras, Grupo Gestor, Amvale, Comam e demais parceiros.



RDW
TECNOLOGIA EM SOFTWARES

OS MELHORES SISTEMAS SOB MEDIDA PARA SUA EMPRESA, SEJA QUAL FOR O SEU SEGMENTO!

Conheça todas nossas ferramentas acessando o www.rdwtecnologia.com.br

Rua 18 nº 263 - Centro - Guaíra SP - Tel.: 3332.1119



Por Tânia Fornel

BELA MANEIRA DE **decorar vasos novos ou usados**

Nada melhor que olhar para sua casa e vê-la linda esbanjando charme

Quem não tem um vaso em casa que está rachado, velho, ou até mesmo esquecido no fundo do quintal? Restaurar peças, como essa, dá um charme à residência, além de deixar o jardim muito melhor.

Às vezes, quando se compra uma planta, você pode trocá-la de recipientes e acaba deixando-os guardados embaixo de alguma planta, e com o sol e a chuva, eles ficam desgastados. Mas, embaixo dessa aparência há um vaso em ótimas condições.

A artista plástica Tânia Fornel ensinou passo-a-passo uma das melhores maneiras de enfeitar seu vaso de plantas, dando uma beleza diferente para a varanda de sua casa.



“Se pintarmos e colocarmos alguns pequenos acessórios, um simples recipiente de planta pode se transformar em um vaso chique e até mesmo caro” afirmou.

Materiais:

Um vaso novo ou usado; massa acrílica; lixa grossa; trincha ou pincel largo; espátula ou colher para espalhar a massa no vaso; tinta acrílica nas cores branca, verde, amarela, vermelha, preta; verniz marítimo; corda de cisal (pode ser outro tipo); rodelas de sabugo de milho seco; pano para limpar; e jornal para forrar o local.



Passo a passo:



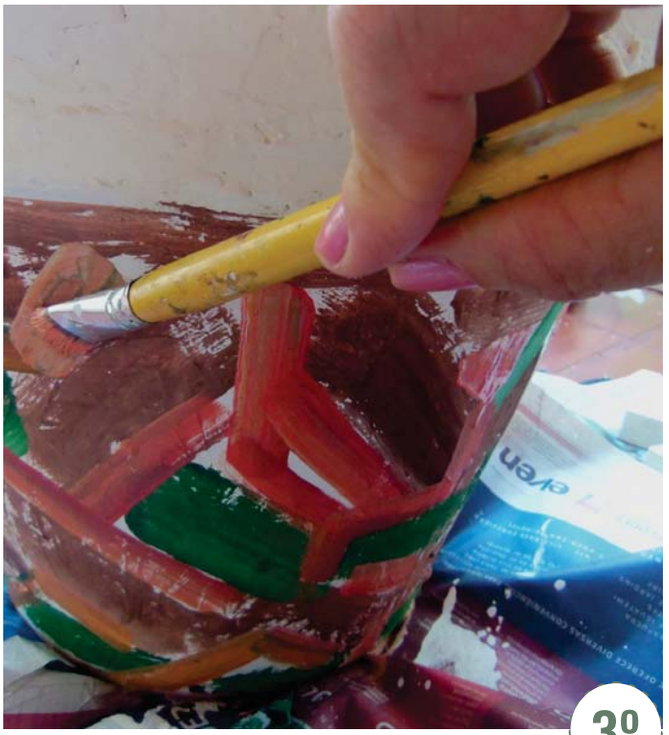
1º

Lixe bem o vaso, tirando todo o pó com um pano úmido. Inicie espalhando a massa acrílica em todo o vaso, criando relevos (se quiser). Molhe as mãos e crie texturas mais definidas de acordo com a sua criatividade. Deixe secar de um dia para o outro;



2º

No outro dia, já seco, pinte todo o vaso com tinta acrílica (ou pvc) branca. Após secar bem inicie a pintura decorativa;



3º

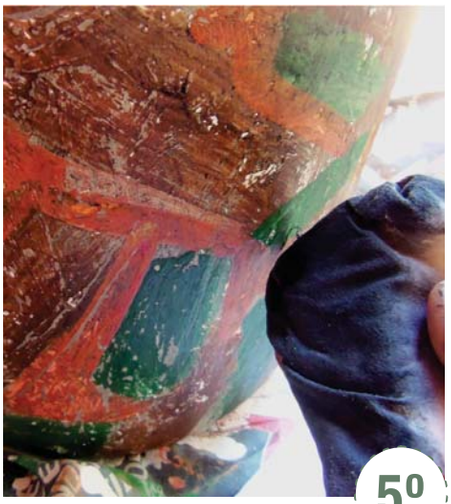
Dê pinceladas aleatórias usando uma trincha, ou o pincel largo. Neste vaso foram usadas as cores verde, bege, marrom, e vermelha e amarela juntos (laranja);





4º

Após secar, no mínimo duas horas, lixe o vaso com uma lixa grossa. Observe que o local de maior relevo ficará meio branco (técnica do desgaste). Limpe todo o pó com um pano úmido.



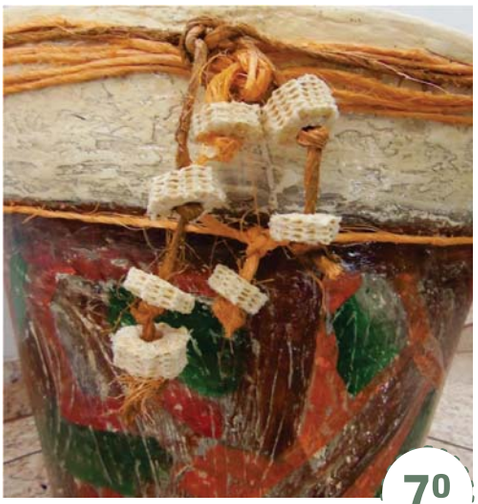
5º

Para fazer o envelhecimento (se preferir), faça uma mistura com pouca tinta preta e uma grande quantidade de água. Espalhe na peça com a trincha e vá retirando o excesso imediatamente com um pano;



6º

Deixe secar bem o vaso e finalize com uma demão de verniz marítimo. Lembrando que se for passar mais de uma mão de verniz é necessário ter um intervalo de no mínimo quatro horas. Isso faz com que a peça fique mais impermeabilizada, resistindo ao sol e chuva.



7º

Para finalizar, enfeite da maneira que quiser. Nesta peça foi colocada uma corda de cisal e amarrada em suas pontas rodelas de sabugo de milho seco (sem o miolo). Mas a imaginação fica por conta do bom gosto de quem fizer o trabalho.

ANTES



DEPOIS



facebook.com.br/artestaniafornel
taniafornel@hotmail.com
(17) 3331-5596

SINDICATO DE OLÍMPIA **realiza confraternização entre associados**

No final do ano passado, o Sindicato Rural de Olímpia realizou um evento de confraternização entre seus funcionários, diretoria, associados e seus familiares. A festa contou com a presença de mais de 200 pessoas que aproveitaram um belo jantar ao som da dupla Sérgio & Sandro.

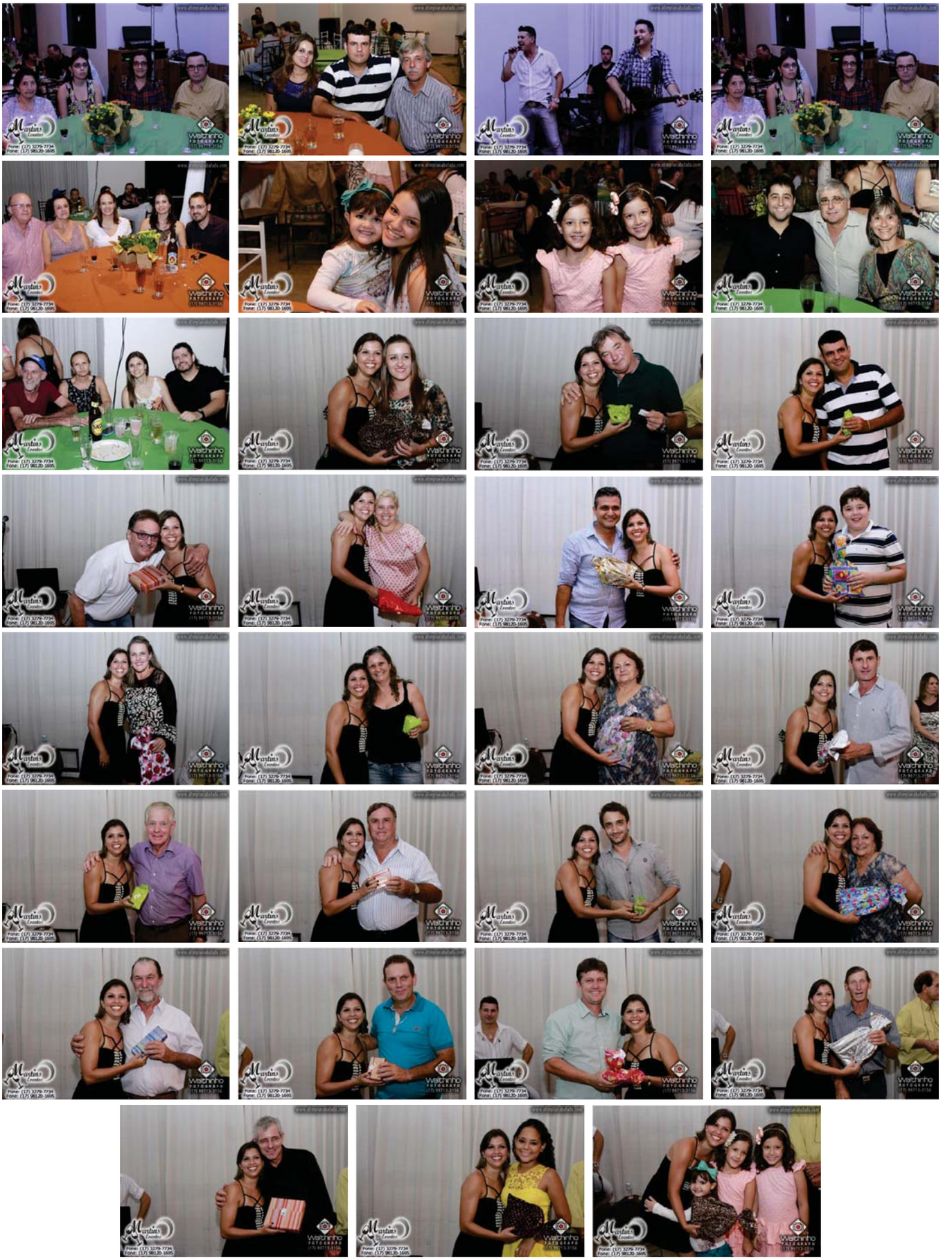
É o segundo ano consecutivo que o sindicato faz este evento com o intuito de manter ligação com seus parceiros e celebrar o final de uma etapa vivida. "Mais um ano com o mesmo serviço realizado com ética, força e honestidade, apesar dessa grande crise que tivemos no setor", afirmou o presidente do sindicato, Osmar Antonio de Lima.

Durante o evento foram distribuídos brindes para os participantes em uma maneira de agradecê-los pela parceria.





"Gostaria de agradecer a presença de todos aqui e dessa parceria que tivemos durante 2014. Que ela se estenda por muitos anos, com eficiência e transparência. E que em 2015 consigamos atravessar essa crise do país juntos e com garra" encerrou Osmar.





SINDICATO RURAL E SENAR EM 2014 promoveram 140 cursos na região

Durante a reunião festiva organizada em dezembro, a diretoria do Sindicato Rural ressaltou o trabalho de seus colaboradores e a forma de atuação para o sucesso da parceria que mantém com o SENAR, na organização e realização dos cursos de capacitação.



Diretoria do Sindicato Rural: Ricardo Magnani, Hélio Segnini, José Arthur Antunes, Marcelo Xavier Benedetti, Dorival Bérgamo, Marino Carrascosa Filho, Nicolau de Souza Freitas, Reginaldo Benedetti, Domingos Baú, Antônio Romano, Mário Porto, João Henrique de Souza Freitas, Henrique Augusto Somenzari e Eduardo Luiz Rodrigues Primiano

Os cursos de capacitação realizados pelo SENAR e Sindicato Rural atingiram em 2014 um saldo tão positivo que já há reservas para 2015: a Raizen, Grupo Fischer e a Prerfeitura de Nova Europa solicitaram que parte das datas em disponibilidade no calendário de fevereiro a dezembro sejam ocupadas para treinamento dos seus profissionais.

Para colocar em prática essa missão, o programa envolve diretamente três colaboradoras do Sindicato, segundo o coordenador do SENAR, Mário Porto: Elisabete Cristina Rodrigues Peiró, Priscila Mirela Mazeo Fernandes e Nereide de Lima Ornellas, que atuam desde o atendimento inicial para cadastramento dos alunos interessados até a formatura. Todas as normas são estabelecidas pelo SENAR e seguidas pelo quadro de atendimento e organização. Encerrado cada programa é elaborado o relatório para análise aprovação.

Mário Porto, diz que o êxito do projeto só é possível graças o incentivo e o apoio do presidente Nicolau de Souza Freitas e seus diretores:

“A retribuição a esta confiança é o nosso empenho para que cada vez se fortaleça essa parceria”, diz o dirigente.

“Uma instituição só pode avançar na sua história com poder e representatividade, se existir o envolvimento daqueles que formam seu quadro de colaboradores, até diríamos trabalhadores, pois que a palavra ‘trabalho’ dignifica e honra quem exerce com comprometimento e honestidade a missão que lhe foi imposta” complementou Mário.



Presidente do Sindicato Nicolau de Souza Freitas, José Arthur Antunes e Marino Carrascosa Filho



Mário Porto, diretor do Sindicato Rural e coordenador do SENAR e Lúcia

''E o Sindicato Rural sempre teve o privilégio de possuir pessoas extraordinárias que com denôdo, coragem, ousadia, conhecimento, vão em frente lutando por um ideal'', ressaltou o diretor.

Foi esse grupo que ao formalizar parceria do Sindicato Rural com o Senar pôde realizar em 2014, cerca de 140 cursos de capacitação, reunindo mais de 1600 formandos, lhes dando a grande oportunidade de captar conhecimentos, cada qual em sua área de atuação: uma grande ação social.

Paralelamente, o Sindicato Rural partiu em defesa dos seus associados, ponderando sempre pela necessidade da união para ampliar seus objetivos e fortalecer os princípios de uma classe voltada ao agronegócios.

A festa de confraternização organizada em dezembro, além da união, mostrou a facilidade que a diretoria dispõe em agregar sua gente, e onde todos, demonstrando profunda simplicidade, pareciam estar em encontro eminentemente familiar.

''Se 2015 marca a comemoração do cinquentenário do Sindicato Rural, devemos considerar como definida a linda história escrita por esta diretoria que deixa sua marca de trabalho e transparência, resgatando e preservando as lições que vêm da terra'', concluiu Mário.



Henrique Augusto Somenzari, Dorival Bérgamo e Reginaldo Benedetti, diretores



Presidente Nicolau de Souza Freitas e familiares

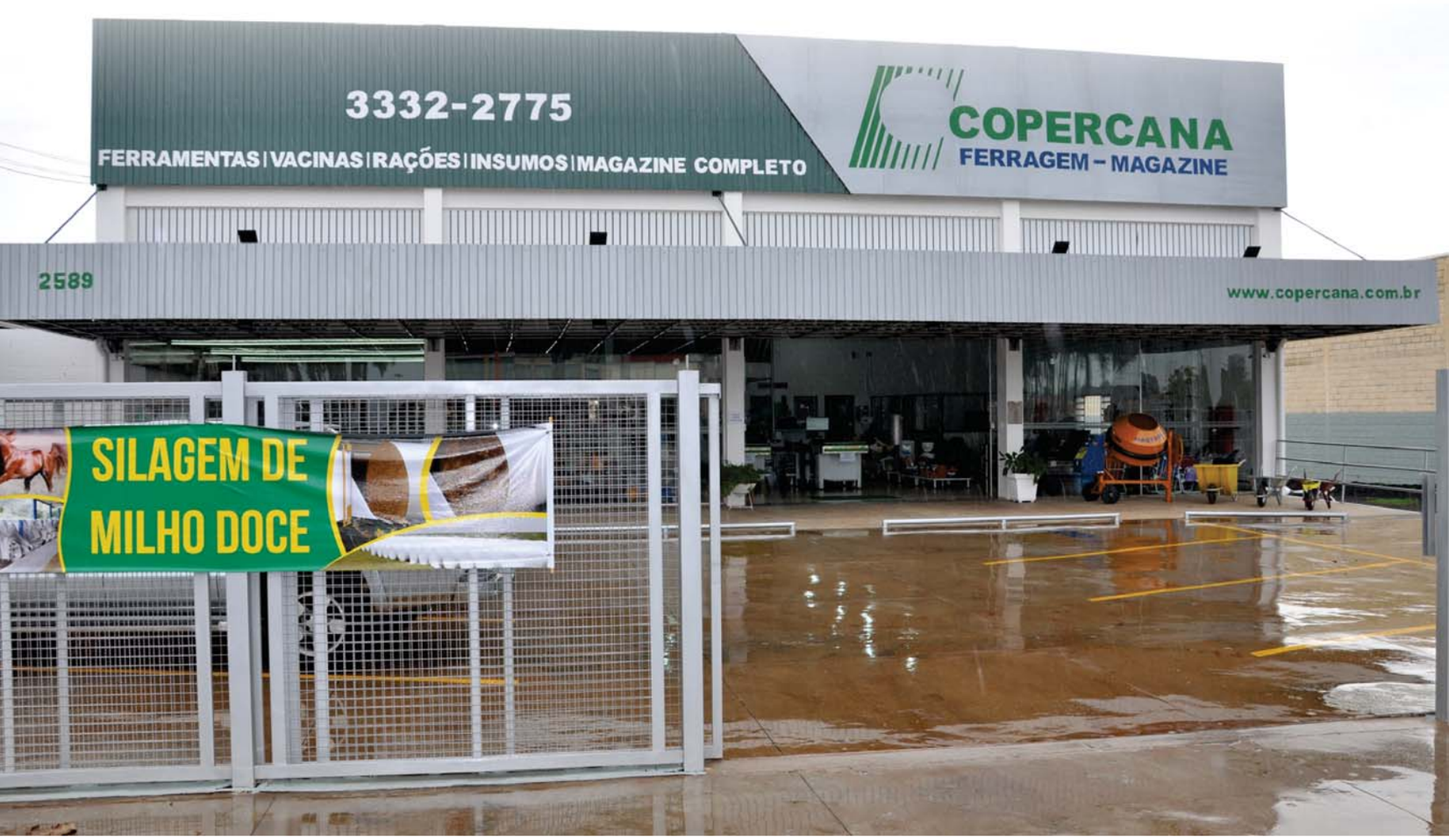


Fonte: Marzo Comunicação/ Ivan Peroni



INAUGURAÇÃO **da Copercana em Guaíra**

Graças ao esforço de seus presidentes e diretores, hoje a Copercana é considerada um modelo de cooperativismo rural que serve de referência não apenas para o Brasil, mas para o mundo



No último dia 30 de janeiro, em Guaíra interior do estado, a Copercana Ferragens e Magazine, inaugurou sua 19ª loja. A inauguração contou com a presença de varias autoridades, representantes do Sindicato Rural e Cati, produtores rurais, clientes, cooperados e empresas parceiras. Após os pronunciamentos, o padre Edson, da paróquia São Sebastião, proferiu as bênçãos às novas instalações, logo em seguida a diretoria fez o descerramento da placa de inauguração.

A cooperativa, conta com um espaço amplo e moderno com mais 945m2, que irá oferecer uma linha completa de ferramentas, fertilizantes, sementes, produtos veterinários, selaria, automotivos, eletrodomésticos, eletrônicos, celulares entre outros.

Fundada em 19 de maio de 1.963, a Copercana (Cooperativa dos Plantadores de Cana do Oeste do Estado de São Paulo), surgiu com a necessidade de unir os agricultores da região e promover a mais ampla defesa de seus interesses econômicos. Com base na colaboração recíproca, desde a sua fundação, o objetivo principal é desenvolver o estímulo de seus cooperados, através do fornecimento de produtos agropecuários, das vendas em comum da sua produção e da prestação de serviços agrícolas.

Graças ao esforço de seus presidentes e diretores, hoje a Copercana é considerada um modelo de cooperativismo rural que serve de referência não apenas para o Brasil, mas para o mundo. Seu grande número de cooperados faz dela uma instituição sólida, de excelência nos serviços prestados e que cresce junto com a comunidade.

Sabemos da tecnologia em irrigação e pujança em Guaíra. A Copercana veio para somar, queremos ser útil para os produtores e esperamos o apoio para que possamos atendê-los cada vez melhor.”

Antonio Eduardo Tonielo
Presidente da Copercana





A expectativa para Guaíra e região é muito boa. Sabemos do ano difícil, clima, governo e finanças são preocupantes, mas estamos otimistas e vamos passar por mais esta. Temos a certeza da melhora. Chegamos a Guaíra para ficar e oferecer nossos melhores serviços agrônomos e veterinários.”

Pedro Esrael Bighetti – Diretor da Copercana



Sabemos do momento de crise, mas delas vamos fazer oportunidades e não podemos parar. Não parem seus negócios, não regridam. A Copercana vai continuar avançando. Guaíra é pujante tem um grande número de produtores, a agricultura dessa região é dinâmica e intensiva. Vamos prestar um bom serviço à comunidade e aos agricultores da cidade e região”

Manoel Ortolan – Presidente da Canaoeste



É um prazer muito grande, para nós de Guaíra, receber um investimento como esse, que trará oportunidade para o nosso comércio geração de emprego e renda. Nós queremos, em nome do prefeito Sérgio de Mello, agradecer imensamente essa confiança que o grupo Copercana esta tendo em nosso município.”

Denir Ferreira dos Santos, vice-prefeito de Guaíra-SP



Veio beneficiar a todos agricultores. O porte da loja é característica da Copercana, vem beneficiar os pequenos, médios e grandes agricultores de Guaíra e região”

José Carlos Junqueira Secretário da Agricultura de Guaíra



É com grande satisfação que recebemos a Copercana. São vários empregos gerados para desenvolvimento de Guaíra. Sabemos das variedades que a cooperativa nos fornece. Teve época que tínhamos de ir até Sertãozinho fazer compras e agora a loja está aqui na nossa casa, na nossa cidade. Somos um grande polo com 3 usinas, uma enorme área irrigada e a cooperativa veio somar e colaborar com todos nós produtores.”

Marcos Pugliesi – vereador, agricultor e cooperado



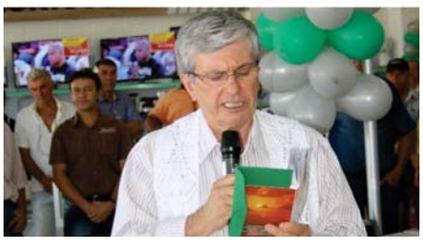
A expectativa é muito grande, o atrativo maior é o seguimento de magazine com a parte de veterinária e ferragens que não é comum aqui em Guaíra.”

Rodrigo Geraldo Eloi
Gerente da loja













Piada do Joãozinho e a maquiagem da tia

Num belo dia, estava a tia do Joãozinho a se preparar para uma festa, na esperança de despertar a atenção de algum pretendente. Observando a tia fazendo a maquiagem, com uma porção enorme de cremes, pós, tintas e outros utensílios misteriosos, o Joãozinho pergunta:

- Tia, para que serve tudo isto?

A tia, orgulhosa, responde:

- É para a titia ficar mais bonita! O Joãozinho fica imerso em seus pensamentos durante alguns instantes, e então dispara:

- E quando é que começa a fazer efeito?

Mineiro brincando de antônimo

- Zé vamos brincá di antônimo?
- O que cê falô?
- Brincá di antônimo, sô! Qué dizê, uma coisa contrária da otra! Por exemplo: arto e baxo, forte e fraco!
- Ah, intindi tudim agora! Intão, vamu brincá!
- O que vai valê??
- Uma cerveja... Eu começo, tá?

E os dois mineirinhos começaram a brincadeira:

- Gordo?
- Magro!
- Hômi?
- Muié!
- Preto?
- Branco!
- Verde?
- Uai, verde? Verde tem esse tar de antônimo, não!
- Craro que tem!
- Intão explica, sô!
- Maduro!
- Ai, carái! Perdi a aposta! Vâmu di novo, valendu ôtra cerveja? Mas dessa veiz eu cumeço!
- Pódi cumeçá!
- Saúde?
- Duença!
- Moiádo?
- Seco!
- Agora cê me paga fiudumaégua! Qué vê só?

E ele fala:

- Fumo?
- Não, não! Peraí... fumo num tem antônimo!!
- Craro qui tem, uai!
- Intão, diz aí, qualé o antônimo di fumo?
- Essa é fácil, sô...Vortemo!



O português e a manga madura

Dois portugueses andavam em uma rua, quando viram um pé de manga e começam a jogar pedras. Já cansado José fala para Manoel:

- Ora pois, Manoel, já tem um tempão que estamos cá jogando pedras e não derrubamos nenhuma uma manga. Vai procurar uma escada.

Depois de um tempo Manoel chega com uma escada.

- Está aqui a escada, José!
- Agora suba para ver se tem alguma madura.

Manoel subiu e lá de cima do pé de manga fala para José:

- Essa aqui está madura.

E o portuga que ficou segurando a escada prontamente diz:

- É mesmo, então desce pra gente poder jogar pedra.

ONDE HOSPEDAR



Hotel do Lago
Guaíra - SP

www.hoteldolago.com.br

FALE CONOSCO:
Fone/Fax: 17 3330-3844 | Endereço: Avenida Gabriel Garcia Leal, 2380 Guaíra SP | CEP: 14.790-000
e-mail: hoteldolago@yahoo.com.br

Hotel Palmares
Guaíra - SP

www.palmareshotelguaira.com.br

FALE CONOSCO:
Fone/Fax: 17 3330-1400
e-mail: palmareshotel@gmail.com
Endereço: Avenida Gabriel Garcia Leal, 1690 | Guaíra SP | CEP 14.790-000

Hotel Paranoá
Guaíra - SP

www.paranoahoteis.com.br

FALE CONOSCO:
Fone/Fax: 17 3330-1813

Endereço: Em frente ao Lago Maracá
Guaíra SP| CEP 14.790-000

Tourist Hotel
Guará - SP

www.hoteltourist.com.br

FALE CONOSCO:
Fone/Fax: 16 3831-3435
e-mail: hoteltourist@hoteltourist.com.br
Endereço: Avenida Voluntário, 641 - Centro
Guará - SP

Pousada Estrela Guia
Guaíra - SP www.estrela-guia.com.br

FALE CONOSCO:
Segunda a Sexta (horário comercial): 17 3331-8665
Segunda a Sexta (das 10h às 22h):
17 98103-1551 |9 8103-1514 | 9 9976-4900
e-mail: contato@estrela-guia.com
Localizada a 27 quilometros de Guaíra SP

Plaza Hotel
Frutal - MG

www.plazahotelfrutal.com.br

FALE CONOSCO:
Avenida Euvaldo Lodi, 600 | Bairro Estudantil
CEP 38200-000 | Frutal MG
Fone: 34 3421-8733 | e-mail: plazahotel@netsite.com.br

Hotel Danubio
Colina - SP

www.hoteldanubio.com.br

FALE CONOSCO:
Fone/Fax: 17 3341-8006 \ 3341-3908

Endereço: Rua Lourenço Marine, 126
Vila São Sebastião | Colina SP

Hotel Paranoá
Jabotical - SP

www.paranoahoteis.com.br

FALE CONOSCO:
Fone: 16 3202-9339

Endereço: Avenida Hermínia Casteleti Bellodi, 200
Morumbi - Jabotical SP

Hotel Gran Corona
São Paulo - SP

www.grancorona.com.br

FALE CONOSCO:
Rua Basílio da Gama, 101| Centro
CEP: 01046-020 | São Paulo SP
Fone: 11 3214-0043 | Fax: 11 3214-4503
e-mail:reservas@grancorona.com.br

Pousada Realeza
Guaíra - SP

e-mail: robertolealgoncalves@hotmail.com

FALE CONOSCO:
Fone: 17 3331-4810 | 17 98120-9999

Endereço: Rua 12 nº 364 - Centro
CEP 14790-000 - Guaíra - SP



22ª Feira Internacional de Tecnologia Agrícola em Ação

AGRISHOW 2015

O DNA do Agronegócio

A Agrishow está entre as 3 maiores feiras de tecnologia agrícola do mundo!

Na Agrishow é possível encontrar uma enorme variedade de produtos e serviços que atende a todos os produtores rurais, não importa o tamanho da sua propriedade e cultura. Um ambiente de atualização profissional, lançamentos e divulgação das próximas tendências do setor.

É onde o produtor rural encontra tudo o que precisa!

Programe-se para este grande evento.

De 27 de Abril a 01° de Maio

Das 8h às 18h - Ribeirão Preto - São Paulo

www.agrishow.com.br /agrishow

Realização: abag, ABIMAQ, ANDA, FAESP, SRB Sociedade Rural Brasileira

Organização e Promoção: BTS an informa business

PERMITIDA A ENTRADA DE MENORES DE 14 ANOS SOMENTE SE ACOMPANHADOS PELOS RESPONSÁVEIS